

Adelaide Maria de Almeida Bota

IGREJA DO CONVENTO DE N. S. DAS VIRTUDES

Azambuja

Base para uma proposta de Recuperação e Valorização

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Universidade de Évora, 1998

Quero expressar o meu agradecimento muito especial ao Professor Dr. Virgolino Ferreira Jorge, pela paciência e dedicação dispensadas, à Associação Cultural e Recreativa das Virtudes e à Junta de Freguesia de Aveiras de baixo pelos meios disponibilizados.

São ainda merecedores da minha gratidão, entre muitos outros, Arqta. Ana Luísa Quinta, Dr. Anthimio José de Azevedo, Câmara Municipal da Azambuja, CP-Caminhos de Ferro Portugueses, Dr. G. Zbyszewski, Engo. João A. da Silva Appleton, Dr. João Ludgero Marques Gonçalves, Arqto. Jorge Moreira, Arqto. José Aguiar, Sra. D. Leonor Maria Correia de Sá, Prof. Dr. Luís Aires-Barros, Dra. Maria Micaela Soares.

Março de 1998

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Em lugares escondidos do nosso país existem muitos pedaços da nossa História que nos são completamente desconhecidos. Abandonados e esquecidos uns, maltratados e alterados outros...

Grande é a incúria dos povos perante a maior riqueza que podem deixar sobre a face da Terra - a sua Cultura. Todos devemos responsabilizarmo-nos pela sua transmissão às gerações vindouras e ensinar-lhes a perpetuar esse labor. O sentido de Cultura, como sendo a herança de um povo, e o dever de a preservar para a ceder ao futuro, obteve maior consciencialização no início do século XX. Organizaram-se documentos como a Carta de Atenas, de 1931. Foi o seu maior objectivo despontar um movimento internacional de princípios a cumprir, para que a humanidade pudesse continuar a usufruir da sua herança cultural.

Outros diplomas se redigiram de tão digna importância, mas são sobretudo os artigos da Carta de Veneza, como Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, efectuada em 1964, que nos irão orientar no trabalho que nos propomos iniciar.¹

Fazemos jus às nossas considerações, escolhendo para estudo uma das mais arruinadas memórias da nossa História, a Igreja do Convento de Nossa Senhora das Virtudes, no concelho de Azambuja. Contribuindo positivamente para a sua valorização e propalação, regemo-nos pelas directrizes magnânimas da Carta de Veneza, quando esta nos lembra, no seu artigo terceiro: *A conservação e o restauro dos monumentos têm como objectivo salvaguardar tanto a obra de arte como as respectivas evidências históricas.*

Um imóvel destelhado é o que se mantém da Igreja que pertenceu a um espaço conventual franciscano, do século XV. É um marco histórico, com identidade nacional, que se encontra ao abandono desde a extinção das ordens religiosas, em 1834. Como parte integrante da nossa História merece, por si só, uma abordagem nos vários campos do conhecimento actual. Na área histórica, técnica e científica o contributo deve ser enriquecedor para o melhor discernimento do monumento.

¹ *Cadernos SPPC*, nº. 1 (Textos Fundamentais), “Carta de Veneza”, Évora, Janeiro de 1996, p. 3.

Aos esforços do Professor Dr. Virgolino Ferreira Jorge e da Junta Distrital de Lisboa, na pessoa da Dra. Maria Micaela Ramos Trindade Soares, se deve a classificação do monumento. Desde 1985 iniciaram a dura batalha da sua classificação, sendo hoje Imóvel de Valor Concelhio, legislado pelo Decreto nº. 2/96, de 6 de Março.²

Ao decidirmos abarcar este trabalho, imbuímo-nos no mesmo sentimento que o Professor Catedrático Luís Aires-Barros, quando escreveu sobre a questão do património cultural construído: *Seria estultícia da minha parte pretender tratar em profundidade tal tema, pois para tanto não me chega nem engenho, nem arte, nem tempo.*³

O nosso trabalho tocará mais nos aspectos morfológicos e construtivos que nos são dados observar. Face aos escassos documentos encontrados que abordam o nosso objecto de estudo, a pilhagem e destruição de arquivos, verificados durante as invasões francesas, em oitocentos, ou depois, a extinção das ordens religiosas, talvez estejam exploradas, senão todas, quase todas as fontes bibliográficas existentes sobre o nosso tema de reflexão.

Independentemente da função que se poderá vir a verificar, apresentar uma metodologia de intervenção, conjuntamente com uma proposta de recuperação e conservação é uma etapa dentro da valorização do monumento. Se de alguma forma este trabalho contribuir para a realização do projecto de obra, daremos assim por atingido o nosso maior objectivo.

ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO

Como fontes primárias existem os manuscritos de Frei Manuel da Esperança, de 1666, e de Frei João da Póvoa, na sua descrição dos milagres da N. Senhora das Virtudes. Ambos tinham conhecimento suficiente para redigir sobre o assunto que cada um abordou, Frei Manuel da Esperança por ter tido em seu poder a documentação pessoal do Rei D. Duarte e Frei João da Póvoa, confessor de D. João II, por ter sido Vigário Provincial, redigiu e compilou 56 milagres observados entre 1405 e 1498. Frei Manuel da Esperança, na sua História Seráfica da Ordem dos Frades Menores, também refere alguns milagres da Santa. Um deles em 1641 que se supõe tenha sido o último.

² V. ANEXO I, p. 279.

³ AIRES-BARROS, Luís, “As Grandes Questões do Património Cultural Construído”, *Cadernos SPPC*, nº. 2, (Gestão e Tutela do Património), Évora, Fevereiro de 1996, p. 7.

Mário Martins no seu livro sobre peregrinações e milagres na nossa Idade Média, também refere a Santa Milagreira das Virtudes baseando-se, como tantos outros autores, na História Seráfica de Frei Manuel da Esperança. Acrescenta bibliografia de Garcia de Resende na sua Crónica de D. João II, cap. 171, em que descreve uma das peregrinações daquele Rei, no ano de 1493. Depois de ter percorrido outras localidades como Ribafria, junto à Aldeia Gavinha, e Santa Catarina da Carnota, que são localidades do concelho de Alenquer, o monarca e sua esposa passaram alguns dias na pequena *hermida*.⁴

O *Livro das Igrejas e Capellas do Padroado dos Reis de Portugal* dos dois compiladores Cristovão de Benavente e António Castilho, terminado em 20 de Abril de 1574, refere a *hermida das Virtudes* no seu quarto capítulo, sobre as doações que os reis deste reino fizeram do padroado de algumas igrejas a mosteiros, bispos e ordens.⁵

Em consequência da extinção das Ordens Religiosas em Portugal, que se verificou em 1834, promove-se a inventariação de todos os imóveis e móveis que estivessem na sua posse para que passassem a figurar na lista dos Bens Nacionais. O Convento das Virtudes não fugiu à regra e em 18 de Junho de 1837 saiu a publicitação sobre a sua venda, em hasta pública.⁶ Este acto foi precedido de um inventário, significativo quando refere o estado em que se encontravam as partes constituintes do convento. Descreve os móveis existentes no seu interior, menciona os documentos que existiam em Cartório, as dívidas, os títulos, e outros. Esta descrição do existente, embora escassa, torna-se importante para o conhecimento do que teria sido aquele espaço conventual, especialmente no aspecto arquitectónico.

Por determinação da Portaria Régia de 14 de Novembro de 1833, expedida pela Junta de Melhoramentos Temporal das Ordens Regulares, na pessoa do conselheiro Marco Pinto Soares Vaz Preto, foi mandado executar o referido inventário. Este realizou-se, em 1834, por José Fortunato d'Almeida, conselheiro e avaliador.⁷

As Chancelarias são também fontes inéditas que fazem referências ao concelho de Azambuja e arredores, no decorrer do século XV. Este facto advém da área de mobilização das Cortes, centrando-se essencialmente no distrito de Santarém e Évora. Aspectos que não

⁴ MARTINS, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, 1957, p. 73.

⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Livro das Igrejas e Capellas do Padroado dos Reis de Portugal, 1574*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1971.

⁶ V. ANEXO II, p. 280.

⁷ Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, n.º 38, (ANTT, Cx. n.º 2197, capilha 2).

passaram despercebidos à Dra. Maria Micaela Soares, tendo como resultado o seu livro intitulado *O Concelho de Azambuja nas Memórias Paroquiais de 1758*.⁸

Outros artigos vão sendo escritos, sobretudo como chamada de atenção ao estado deplorável do monumento e como forma de despertar o sentimento da conservação. Pelos historiadores Aníbal Lamy, Dionísio David, Francisco Domingues, Jorge Rodrigues e Paulo Pereira foi redigido o documento intitulado *Dois casos de degradação do património cultural português / A Igreja de St^a. Maria das Virtudes e o Solar dos Chavões*.⁹

Alguns órgãos de comunicação social também têm participado na tarefa de divulgar o nosso património degradado. Temos a exemplo o artigo publicado no jornal Público, de 17 de Junho de 1996.¹⁰

Actualmente acercando-nos das paredes arruinadas da igreja do antigo convento, é difícil imaginar a grandeza espiritual e construtiva que ali se viveu no século XV.

O terreno, onde está implantada a Igreja do Convento de Nossa Senhora das Virtudes, é propriedade da Exma. Senhora D. Leonor Maria Corrêa de Sá, pertencente à Casa dos Duques de Palmela. Não havendo interesse ou recursos financeiros para a conservação do monumento, nunca se fez nada em prol da sua perenidade. A Autarquia local mantém a sua posição quando afirma não se tratar de um monumento nacional e que é difícil uma intervenção por se tratar de uma propriedade privada.

Então como vamos agir? A quem se deve pedir responsabilidades? Com este humilde trabalho desejamos impulsionar, principalmente, uma actuação estatal, em parceria com a proprietária, de forma a se chegar a um consenso definitivo sobre a origem dos fundos a aplicar nas obras que o monumento precisa e, igualmente importante, como executar essas obras de forma a garantir a continuidade do que ainda resta do Convento de Nossa Senhora das Virtudes.

Iniciamos o nosso estudo, com uma primeira parte, abordando os aspectos históricos, como a fundação e a localização. Incidindo, mais concretamente, sobre o monumento, fazemos a sua descrição espacial, reflectimos sobre a história da construção, os materiais e sistemas construtivos utilizados.

⁸ SOARES, Maria Micaela, "O Concelho de Azambuja nas Memórias Paroquiais de 1758", *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, nº. 91, 2º tomo, Lisboa, 1989.

⁹ LAMY, Aníbal, e outros, "Dois casos de degradação do património cultural português / A Igreja de Sta. Maria das Virtudes e o Solar de Chavões", *História*, 12, Lisboa, 1979, pp. 66-73.

¹⁰ V. ANEXO III, p. 281.

Numa segunda parte do trabalho, apresentamos a inspecção e diagnóstico sobre o estado de conservação do monumento, onde se enumera as patologias que são dadas observar e, finalmente, como base de uma proposta são feitas algumas reflexões sobre a actuação mais adequada para uma recuperação e conservação do imóvel. A conclusão, inserida nesta última parte, apresenta, de uma forma condensada, os aspectos mais relevantes a ter em linha de conta numa futura intervenção no monumento.

Queremos salientar, não como subterfúgio ou justificação à falta de dados históricos inovadores, ou à imprecisão dos nossos diagnósticos, que houve limitações impostas ao nosso trabalho. Algumas delas inserem-se nas seguintes áreas:

- Financeira;
- Desconhecimento da língua escrita da nossa Idade Média;
- Falta de análises laboratoriais nas várias vertentes tecnológicas;
- Falta de dados geotectónicos, com especial incidência na zona das fundações do monumento que nos propomos estudar.

Pensamos que o aspecto financeiro condiciona todas as outras vertentes. Todos os dados de que sentimos necessidade, seriam obtidos desde que fôssemos detentores do financiamento adequado. Contudo queremos contribuir positivamente, com este nosso trabalho, para uma metodologia de intervenção no monumento.

PARTE I

CAPÍTULO UM

1. A FUNDAÇÃO E O ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Decorria o século XV quando a mais importante prioridade da Corte Portuguesa era a reconquista cristã de todo o norte de África, principalmente Marrocos. Esta foi uma directiva no reinado de D. João I até ao ano de 1433, quando faleceu. Perpetuou-se esta vontade também no governo de seu filho D. Duarte, desde 1434 a 1438, interesse este que se instituiu nos reinos que sucederam. No entanto, no próprio país o raio de acção real, em termos de deslocações, era bastante condicionado. Pela compilação efectuada por Humberto Baquero Moreno, baseado no trabalho do cronista Rui de Pina, ficamos cientes, de facto, do diminuto espaço por onde se movimentava a nobreza portuguesa. D. Duarte permaneceu longo periodo em Santarém, "[...] *a primeira quinzena de Julho de 1434 afigura-se-nos relacionada com as cortes aí celebradas [...] de acordo com a carta régia de dois de Agosto de 1434 [...]*". Está de certa maneira este facto relacionado com a importância que Santarém adquiriu no "[...] *papel fulcral nas relações políticas e económicas existentes entre a costa e o interior do Território [...]*".¹

Estremadura, Entre Tejo e Guadiana, pertencentes ao distrito de Évora, eram as regiões onde a nobreza permanecia mais tempo. Poderia levar a pensar, como o fez Humberto Baquero Moreno, que havia desinteresse régio pelo interior do País. O historiador propõe duas hipóteses como justificativa. A primeira relacionada com o curto reinado de D. Duarte e a segunda ligada ao "[...] *empenho em seguir de perto os preparativos e o desenrolar da empresa militar enviada a Marrocos*".²

Eram precisos grandes esforços, especialmente humanos e sociais, para se conseguirem armadas, barcos e meios económicos para que os portugueses partissem deliberadamente para a guerra com o intuito de aumentarem o seu território. Claro que o País

¹ Academia Portuguesa de História, *Itinerários de El-Rei D. Duarte (1433-1438)*, Prefácio compilação e notas por Humberto Baquero Moreno, Lisboa MCMLXXVI, Cap.I, pp.72-73.

² IBIDEM.

via nisso outros aspectos, como por exemplo o enriquecimento da Nação, mas à custa de quantas vidas humanas?

Grande parte do financiamento para tais expedições provinham do Padroado Real, que é "[...] *o direito de protector adquirido por quem fundava uma igreja [...]*" e adquiria benefícios eclesiásticos.³ Coexistia o padroado local, ou particular, que ajudava a ampliar os bens da igreja.

O padroado beneficiava especialmente as ordens religiosas. O seu modo de vida simples e humilde despertava o interesse e a benevolência real. Principalmente as Ordens Mendicantes, que viviam de doações e outras benesses, ganharam mais atenções no decorrer dos reinados portugueses. Estavam protegidas pelo patrono do local onde habitavam, quer se tratasse de um convento ou uma simples igreja. O fundador que financiava a construção, ou apenas o acrescento de uma capela, gozava de alguns privilégios dentro daquele espaço. O facto de elegerem sepultura perpétua e poderem transmitir esse direito por herança, demonstrava o vínculo que o prendia à fundação.

No entanto o padroado tinha os seus princípios e desde o reinado de D.Afonso III, os Pontífices exigiam que as igrejas do Padroado Real tivessem confirmação dos Bispos. Esta era uma forma de valorizar os bens religiosos da Metrópole e colocar os seus rendimentos ao serviço da Expansão Ultramarina. Nesta perspectiva, em 23 de Agosto de 1499, o Papa Alexandre VI concede a D. Manuel e a seu pedido, o direito de padroado de todas as igrejas que viessem a ser fundadas nas terras conquistadas em África. A 7 de Junho de 1514, a Bula do Papa Leão X permite o aumento do Padroado Real o que, por seu lado, beneficia mais uma vez, aquela expansão. Outra Bula do mesmo Papa, de 18 de Setembro de 1517, autorizou a transferência dos direitos dos padroeiros particulares para a Coroa, concedendo a estes outras recompensas.⁴

O crescimento do Padroado Real deve-se ao "[...] *interesse dos nossos monarcas em estabelecer a unidade religiosa do Padroado de forma a concentrarem na Coroa os rendimentos dos mosteiros, igrejas e capelas da Metrópole e do Ultramar*", rendimentos que permitiam o avanço na conquista de terras em África e no Oriente.⁵

Sintetizando pode-se dizer que o Padroado Real era, no fundo, uma fonte de rendimentos para financiamento das cruzadas da reconquista cristã.

³ COSTA, J. Almeida, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, 1985, Porto, p.1215.

⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal, 1574*, Fundação Calouste Gulbenkian Centro Cultural Português, Paris, 1971, pp. XIII, XIV.

⁵ IBIDEM, p. XIV.

Como já sendo vasto o número de igrejas, capelas, conventos e mosteiros pertencentes ao padroado real havia necessidade de os inventariar. Assim D. Sebastião ordenou que se compilassem todos esses imóveis incluindo as suas localizações. Em 20 de Abril de 1574 o trabalho estava concluído tendo orientação de Cristovão de Benavente e António de Castilho. O plano de trabalho, proposto por Cristovão de Benavente, inclui seis capítulos e no quarto figura a seguinte descrição:

"Tittulo

Das doações q os reis deste reino fizerão do padroado d'algũas igrejas a moesteiros, bispos e ordens [...]

Hermida das Virtudes

Doçam, q Elrej fez aa igreja de Santamaria d'Aveiras do Arcebispado de Lisboa da hermida de Santa maria das Virtudes per ser em seu limite por Elrej dom Duarte.

[...]".⁶

Certificamo-nos que a primitiva ermida de Nossa Senhora das Virtudes que mais tarde se transformou em convento, pertenceu ao padroado real, tendo como fundador El-Rei D. Duarte que muito prestigiou o lugar.

Segundo a História foi em 1403 que a localidade das Virtudes teve o seu início. Em terrenos baldios, no términus da vila da Azambuja, pastavam-se rebanhos e gado. Naquele ano um pastor encontrou uma imagem da Virgem Maria.⁷

A Santa era esculpida em marfim e não tinha mais de meio palmo de comprimento.

Conhecido o sucedido por um grupo de pastores e gentes da região construíram naquele mesmo local uma pequena ermida de ramos que mais tarde se transformou numa construção resistente. Nossa Senhora das Ademas foi o primeiro nome da Santa, em face dos terrenos agrestes e incultos que envolviam a região.

A fé a Nossa Senhora provocava milagres e a afluência de pessoas ao local era constante. Apareciam muitos peregrinos de toda a parte, mesmo do norte de África, e as

⁶ IBIDEM, pp. 61, 62.

⁷ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal*, 2ª. Parte, Lisboa, 1666, Cap. XXI, p. 570.2.

romarias à Senhora Santa eram um facto. Da constatação destes acontecimentos Oliveira Marques denominou as Virtudes como *a Fátima do séc. XV*.⁸

Tais acontecimentos foram documentados por Frei Agostinho de Santa Maria, no Arcebispado de Lisboa. Escreveu um livro, que tendo por nome Santuário Mariano, testemunha todas as Imagens que são veneradas. No Livro II, sobre Nossa Senhora das Virtudes diz assim:

"Da efrada Real, que corre de Lisboa pela charneca da Villa da Azambuja ao Cartaxo, começa a defcer à mão direita a terra aonde eftá o pinhal delRey, que vay parar em os campos, que banha o Tejo com fuas enchentes; as vallas em que confina efta defcida, fe chamão as Ademas, & tão eftéreis [...] algu paftor, que guarda He gado; mas nestes poucos ouve hum tão venturofo, que defcubrio na brenha mais inculta, a pedra preciofa [...] aquella celeftial Rainha, que coftuma fazer dos defertos povoado. [...] Juntos todos dispuzerão entre fi fabricar à Senhora hua cafa, dos materiaes que lhe offerecia o fitio, que erão os ramos das arvores [...].

*Com as maravilhas que a Senhora obrava cresceo a devoção, & com ella também a liberalidade dos fieis [...]"*⁹

Como já foi supracitado, reinava D. João I e aproximava-se a expedição a Ceuta. Entretanto, sendo o Infante D. Duarte devoto da Senhora das Ademas e pretendendo acompanhar seu pai naquela expedição, pediu à Virgem Maria que os ajudasse. Prometeu que se regressasse da viagem construiria na localidade das Virtudes um Templo em honra da Senhora Santa. Alterou-se o seu nome para Santa Maria das Virtudes, ou Nossa Senhora das Virtudes como também o Infante lhe chamava, pelos numerosos milagres realizados e testemunhados por vários fiéis.

Sabendo que Ceuta era objectivo fundamental no projecto de expansão económica concretizou-se então a expedição. Com a conquista de Ceuta em 21 de Agosto de 1415 a campanha foi um êxito. A História Seráfica de Frei Manuel da Esperança diz-nos que D. Duarte naquela altura *"[...] obrigou a seu irmão o Infante D. Pedro, que dentro desta cidade nos edificasse outro (convento). [...] Edificou-o onde dantes era uma Mesquita [...]. A licença só foi dada pelo Papa Martinho V à petição do Infante em 4 do mês de Junho de 1420 [...]"*.¹⁰

⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira, A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana, Lisboa, 1971, p. 158. Cf. SOARES, Maria Micaela, ob. cit., p. 44.

⁹ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo II, Lisboa, 1707, Titulo XXIV.

¹⁰ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, ob. cit., Cap. XXVIII, p. 589.1.

Foram feitas algumas pesquisas no sentido de se apurar sobre a existência do convento ou igreja que ainda pudesse existir em Ceuta, mandado erigir por aquele Infante.

A Gran Enciclopedia de España descreve assim: "[...] *La antigua iglesia-catedral se edificó sobre la mezquita principal a partir de 1420 y su consagración como sede episcopal se realizó en 1432. En el s.XVII se encontraba ya en ruinas, por lo cual hubo de ser demolida y en 1638 se inició la nueva fábrica, concluida en 1694, aunque no fue consagrada hasta 1724. [...]*"¹¹ Conclui-se que o templo construído em Ceuta já não existe, facto que foi confirmado por contacto com o Consulado Honorário de Portugal em Ceuta, na pessoa do Sr. Dr. José Luis Gómez Barceló.¹²

De regresso a Portugal, e de acordo com o prometido, D. Duarte mandou construir o Templo que, mais tarde, no ano de 1420, já era um espaço conventual onde residiam alguns frades franciscanos, como Fr. João das Marinhas e Fr. Diogo da Veiga.¹³

"[...] *Floreção neste tempo os Padres Menores da Observância, filhos do Patriarcka dos Pobres, o Seraphim Francisco, com grande opinião de virtude, & por esta causa elles forão, os escolhidos. Traçoufe o convento na melhor forma, a que o fitio dava lugar [...]*".¹⁴

O convento recebeu o aval do Papa Martinho V em 03 de Março de 1419. Esta Bula, a pedido de D. Duarte, incluía também a independência do Convento relativamente à administração do prior de Aveiras de Cima, tendo assim os frades a possibilidade de exercerem funções paroquiais, como por exemplo a aplicação dos Sagrados Sacramentos. Disposição, no entanto, já concedida às Ordens Mendicantes, em 1215, no Concílio de Latrão IV.

A vontade de D. Duarte era também uma forma de evitar atritos existentes entre o padre de Aveiras de Cima e os frades. O pároco da localidade sentia a afeição do povo pelos frades mendicantes, tendo-os como exemplo de cristandade e de interajuda humanitária.

A bibliografia referente a este Convento, mais concretamente sobre a primitiva igreja, descreve dois tipos de construção inicial. A primeira edificação teria sido uma pequena ermida de troncos, mais tarde, e por questões espaciais, transformou-se numa construção de pedra e cal. Também D. Duarte aplicou-lhe o termo Templo.

¹¹ Gran Enciclopedia de España, Biblioteca do Instituto Cervantes, p.2612.

¹² V. ANEXO IV, p. 282.

¹³ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, ob. cit., Cap. XXII, p.572.2.

¹⁴ SANTA MARIA, Frei Agostinho de, ob. cit., Título XXIV.

Mario Martins, no seu livro sobre peregrinações e milagres da nossa Idade Média baseando-se também nos manuscritos de Frei Manuel da Esperança, escreve assim: "[...] *Junto da ermida, erguia-se o convento. Ao lado, uma casa para o rei. D. Duarte chama-lhe os Paços da nossa pouzada. Havia, também, um cemitério, um hospital para os romeiros doentes, um alpendre para eles passarem a noite e terras de cultivo. [...]*".¹⁵

É quase conclusivo que a inicial ermida, erguida precisamente no sítio onde apareceu a imagem de Nossa Senhora, se transformou em igreja. Com a ajuda da arqueologia, sabemos hoje, que na generalidade, as primitivas ermidas davam lugar às igrejas, ou estas eram implantadas sobre as primeiras, se a topografia o permitisse. Justifica-se, assim, a construção das criptas. O que acontecia era que o espaço inicial do culto começava a ter grande afluência de fiéis e os recintos tornavam-se demasiadamente reduzidos. Daí a necessidade de uma área maior o que vinha a concretizar-se com a construção da igreja.

Nas Virtudes outro aspecto importante foi a acomodação dos peregrinos. Construíram-se alpendres para os proteger das fortes intempéries. Entre 1420 e 1430, D. Duarte mandou também construir um hospital para que se cuidasse dos romeiros e peregrinos que necessitassem de cuidados.

É em 1433 que D. Duarte sobe ao trono e no dia 2 de Abril do ano seguinte faz a sua carta de doação aos frades da Ordem Observante de S. Francisco. Esta carta de doação é elucidativa quando aprova a existência do convento, todos os ornamentos e jóias da Nossa Senhora das Virtudes, o Padroado Real de D. Duarte e a separação administrativa do prior de Aveiras.¹⁶

Surge-nos, no entanto, uma dúvida. Qual das Aveiras D. Duarte se referirá?

Na sua carta de doação apenas menciona "*daaveiras*".

Francisco Correia, no seu trabalho sobre o *Livro dos Milagres de Nossa Senhora das Virtudes*, compilado por Frei João da Póvoa, em 1497, refere o seguinte:

"[...] *,retirando a dita ermida da dependência do prior de Aveiras de Cima, e doando-a à Ordem de S. Francisco. [...]*"¹⁷ Por outro lado, Frei Manuel da Esperança comenta:

"[...] *o Bispo de Silves D. Fr. Álvaro, a quem veio remetida, acompanhou o Infante e deixando-o no convento foi às Aveiras de Baixo onde ouviu o Prior Vasco Domingues e*

¹⁵ MARTINS, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, 1957, p.71.

¹⁶ V. ANEXO V, pp. 283-284-285.

¹⁷ CORREIA, Francisco, "Livro dos Milagres de Nossa Senhora das Virtudes, Compilado por Frei João da Póvoa em 1497", *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 3, tomo I (Jan. a Abril 1988), p.10.

concordatas as partes em 5 do mês de maio de 1429 confirmou o contrato e fundação do convento. [...]"¹⁸

Há portanto referência às duas Aveiras. Esta dúvida não se torna relevante para o presente trabalho, pois que ambas as localidades pertencem ao mesmo concelho e distam entre si pouco mais de três quilómetros.¹⁹ Administrativamente Aveiras de Cima detinha maior relevância no contexto regional e político, até porque se tratava de uma freguesia com quatrocentos e setenta e três pessoas, enquanto que Aveiras de Baixo não tinha freguesia e era ocupada por cento e quarenta e nove pessoas, comparando com Virtudes que era ocupada por cento e quarenta habitantes.²⁰

D. Duarte, devido à sua devoção, tinha um carinho especial por aquela localidade, beneficiando-a de várias formas. Mandou construir nas Virtudes, permitiu o uso dos terrenos da cerca para cultivos, isentou de impostos os vendedores no dia da feira e outras romarias. A construção mais significativa e que muito engrandeceu a terra foi os Paços Reais. Teriam a função de pousada ou casa de temporada cinegética.

Frei Manuel da Esperança escreve ainda na sua História Seráfica que D. Duarte doava todo o benefício, proveniente das terras circundantes do convento, à cura e tratamento dos enfermos que se encontravam no hospital e que "[...] reservou para si o senhorio e propriedade das suas terras de pão, pomares, vinhas, olivais, esmolos, rendas e todas as outras coisas, [...]" que não podiam ser recebidas pela Ordem dos Frades Menores segundo a sua Regra.²¹

El-Rei D. Duarte foi, assim, o grande fundador do Convento de N. Senhora das Virtudes. Da longa descrição feita por Frei Manuel da Esperança consta que o convento não mostrava a grandeza que o Rei teria desejado, talvez porque se construía também o grande e dispendioso Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha. De qualquer forma a regra franciscana compactuava com toda aquela simplicidade, estabelecendo-se ali por mais alguns séculos.

Após a morte do Rei D. Duarte, em 1438, seu filho D. Afonso V continuou a obra de seu pai, pois também era devoto da N. Senhora das Virtudes.

¹⁸ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *ob. cit.*, Cap. XXII, p.573.3.

¹⁹ SOUSA, Francisco Luis Pereira de, *O Terramoto do primeiro de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, Lisboa, 1928, vol. III, p.498.

²⁰ SOARES, Maria Micaela, "O Concelho de Azambuja nas Memórias Paroquiais de 1758", *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, nº.91, 2º tomo, Lisboa, 1989, pp.75-77.

²¹ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *ob. cit.*, Cap. XXIV, p.578.1.

Licenciou seis estalajadeiros para que se instalassem naquela localidade para proporcionar abrigo aromeiros e peregrinos que pernoitassem nas Virtudes. Isentou de certos impostos e leis os vendedores que apareciam no dia da Natividade de N. Senhora, a 08 de Setembro.

É patente que a localidade das Virtudes se desenvolveu mais rapidamente com a realização anual da feira comemorativa do aparecimento de Nossa Senhora. Outras pessoas se estabeleciam ali e os visitantes eram sempre muitos, trazidos pela fé.

Conta Fr. Manuel da Esperança que "*Se chovesse ou os mercadores se recolhiam na igreja ou os produtos se estragavam. [...] Rei D. Afonso ordenando se fizessem uns alpendres, como casas arruadas, e repartidos em tendas, as quais chamamos Boticas, que poderiam passar de duzentas [...] Deu o chão e encarregou a obra, que logo teve efeito, a João Alvares da Porta de Mansos, morador em Santarém.*"²² Isto demonstra como foi que aquela localidade se desenvolveu. Beneficiando das mercês dos monarcas D. Duarte e D. Afonso V, com a realização anual da feira e a existência dos Paços Reais perto do convento, ajudaram à sua promoção, tanto local como regional.

Em 1460 inicia-se uma contenda entre os superiores da ordem religiosa e o Rei, em virtude de algumas beneficências dadas aos frades que habitavam o lugar, nomeadamente a existência de esmolas e o cultivo da vinha. Tendo o Visitador da Ordem mandado tirar o cepo das esmolas e deixado secar a vinha, em 14 de Julho de 1460, presume-se que tenha sido D. Afonso V, e não D. Duarte como diz Frei Manuel da Esperança, face às datas apresentadas, aquele monarca mandou passar uma carta modificando o que tinha sido instituído para os frades.²³

Reinava D. João II, em 1488, quando outro Vigairo Geral, Fr. Oliverio Mailardo, ordenou o enterramento do cepo das esmolas, o corte das vinhas e, por forma a terminar a contenda com o Rei, o abandono do convento. Face a esta ordem e de acordo com o manuscrito de Frei Manuel da Esperança quando escreve "*[...] as ofertas acabaram e nós ficámos nesta terra tão agreste sem ter um cacho de uvas para comer no refeitório*", tudo leva a crer que o convento continuou ocupado por alguns frades, talvez em menor número.²⁴

²² IBIDEM, Cap. XXIII, p. 577.6.

²³ IBIDEM, Cap. XXIV, p. 581.3.

²⁴ IBIDEM.

A população também começava a rarear como confirma a Carta Régia de 27 de Março de 1449.²⁵

Em 5 de Março de 1453 foi feito um inventário de todas as ofertas dadas a Nossa Senhora das Virtudes. Mais tarde, algumas dessas riquezas foram desviadas para outras paróquias, facto que promoveu ao maior abandono daquela Igreja.²⁶ No entanto é a partir de, sensivelmente, 1490 que a localidade perde um pouco o seu esplendor face ao litígio ocorrido entre a Ordem e o monarca.

Na localidade das Virtudes permaneceu algumas vezes o Rei D. João II, na pousada dos Paços Reais. Uma dessas vezes foi no mês de Setembro de 1487 e em 1493, acompanhado da Rainha D. Leonor. A confirmar transcrevemos, de seguida, dois passos da Crónica de D. João II, redigida por Rui de Pina, transmitindo-nos a Real importância do lugar. O primeiro passo relata o encontro de Cristovão Colombo com D. João II, em Vale do Paraíso, localidade muito próxima das Virtudes. O segundo passo da Crónica narra a estadia de D. Leonor, esposa de D. João II, no Convento de Santa Maria das Virtudes, aquando da morte de seu filho, em Santarém, o Príncipe D. Afonso.

"No anno de mil quatrocentos e noventa e três, estando El Rei no lugar de Vale do Paraíso, que é acima do Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, por causa das grandes pestenenças que nos lugares principais daquela comarca havia, a seis dias de Março arribou ao Restelo em Lisboa Cristovão Colombo, Italiano, que vinha do descobrimento das ilhas de Cipango e de Autilia, que per mandado dos reis de Castela tinha feito [...] e sendo El Rei logo disso avisado, o mandou ir ante si [...]";

"[...] como a princesa (D. Isabel, primogénita dos Reis Católicos) foi de Santarém, logo a rainha partiu para o Mosteiro das Virtudes."

Outro importante documento é o de Fr. João da Póvoa, confessor e testamentário daquele monarca, que redigiu o testamento Real em 29 de Setembro de 1495 e compilou num livro cinquenta e seis milagres, por invocação de N. S. das Virtudes, observados entre os anos de 1405 e 1498.²⁷

²⁵ CÂNCIO, Francisco, *Ribatejo Histórico e Monumental*, vol. II, Junta de Província do Ribatejo, Lisboa, 1939, p.243. (Cf. Augusto Marques Pinto).

²⁶ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *Op. Cit.*, Cap. XXVI, p. 583.1.

²⁷ CORREIA, Francisco, *ob. cit.*

Escreve Mário Martins que "*Graças aos apontamentos do caderno mandado escrever por Frei João da Póvoa, conhecemos, perfeitamente, o estilo desta romaria, as dádivas dos peregrinos, os nomes dalguns deles e, até, os ex-votos da igreja [...]*".²⁸

Outros reis, como D. Manuel, D. Sebastião e D. Filipe I, tiveram sempre especial atenção para com as Virtudes, até porque, ainda mesmo durante o século XVI, o impacto do Santuário continuava a ter grande notoriedade junto das populações, devido ao conhecimento dos muitos milagres da Santa. Estes fenómenos, para além das terras do norte de África, chegaram ao conhecimento dos habitantes da Índia, onde o Governador Lopo Soares de Albergaria baptizou a fortaleza de Columbo, que levantou em Ceilão, com o nome de Nossa Senhora das Virtudes.²⁹

No período de 1531 a 1834 a documentação compulsada dá-nos conhecimento de vários factos. Os terramotos de 1531 e 1620, contribuíram para a debilidade do convento. Algumas reparações aconteceram entretanto, mas com as invasões francesas, em 1810, supõe-se que o espaço conventual tenha sofrido grande destruição e pilhagem.³⁰

O fim da actividade no Convento de Nossa Senhora das Virtudes dá-se com a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, decretada pela Lei de 28 de Maio de 1834. Neste ano já não permanecia nenhum frade no convento das Virtudes, de acordo com o documento da avaliação, executada por José Fortunato d'Almeida.³¹

A seguinte transcrição certifica o estado de degradação que o convento apresentava, em 1834:

"E começando a revistar o dito convento o encontrei no maior estado de ruína como todas as portas interiores da cerca, convento e igreja, arrombadas e o edificio a ponto de demolir-se [...] Informo mais que da existência deste convento não resulta aos povos vizinhos beneficio algum: porque tendo há anos este convento só dois religiosos [...] por este motivo se não dizia Missa ao Povo na igreja daquele convento e até mesmo pelo seu estado de ruína e trastes que lhe faltavam para o dito fim. 3 de Abril de 1834

[...] 15 de Janeiro [...] que o convento está na maior ruína, de forma que só pode servir pela sua localidade para ser aproveitado para [...] e palheiro de algum lavrador [...]" ³²

²⁸ MARTINS, Mário, ob. cit., p.72.

²⁹ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, Op. Cit, Cap. XXVII, p. 588.4.

³⁰ Cf. Augusto Marques Pinto, *O Real Convento ou Mosteiro de S. Francisco das Virtudes*.

³¹ Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, n.º. 38, (A.N.T.T., Cx. n.º. 2197, capilha 2).

³² IBIDEM.

Com a extinção das Ordens Religiosas o imóvel passa a constar da Repartição dos Bens Nacionais. Por execução da Régia Portaria de 14 de Novembro de 1833, expedida pela Junta de Melhoramentos Temporal das Ordens Regulares, foi feita a sua inventariação no decorrer dos anos de 1834 e 1835. Por fim é anunciado para arrematação, que se efectivou no dia 18 de Julho de 1837.

Depois das extinções das Ordens Religiosas, em 28 de Maio de 1834, não se sabe em que regime ou sob que tutela ficou o presente Convento. Segundo Augusto Marques Pinto, num artigo sobre este imóvel, diz-nos o seguinte: “*A Lei de 1-5-1834 providencia a tornar navegável a vala de Azambuja em todas as estações do ano. No art. 2º. Desta Lei, consta: “O Governo cederá gratuitamente à Empresa o Convento arruinado das Virtudes”*”. Presume-se que a Empresa foi a que explorava a navegação fluvial no rio Tejo e Vala Real da Azambuja. Por outro lado, por pesquisas efectuadas na Conservatória do Registo Predial do Cartaxo, sabe-se que a Quinta da Cerca foi comprada pelo Sr. Alexandre António Pereira de Sousa Coutinho, por escritura de 27 de Setembro de 1865 e feito o registo de propriedade em 07 de Setembro de 1868.³³

Porquanto aquele facto não prova a posse da Igreja e do Convento, visto a referida Quinta ser, apenas, parte integrante dos terrenos que pertenciam à cerca do espaço conventual.

Em 18 de Julho de 1837 o Convento é um Bem Nacional e é colocado o anúncio da sua arrematação. As fontes documentais analisadas referem sempre a Casa Palmela como proprietários particulares de todo o espaço conventual, após a arrematação. Segundo nos informou verbalmente, a senhora D. Leonor Maria Corrêa de Sá, o bem pertencia já a seu avô, Duque de Palmela, pela parte de sua esposa, Sr. D. Luís Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Câmara. Informou-nos também que pensa ter sido seu bisavô, o Sr. Alexandre António Pereira de Sousa Coutinho. Assim, a ter havido escritura, à data da arrematação, o bem ter-se-à mantido na posse desta família.

À excepção da Igreja, toda a restante propriedade, que ainda estava na posse da Sra. D. Leonor Maria Corrêa de Sá, foi vendida. A chamada Cerca dos Frades foi alienada à empresa de urbanização que requereu, em Dezembro de 1977, o licenciamento de um processo de loteamento, autorizado pela Câmara Municipal de Azambuja em 1979. A Quinta da Cerca, como é conhecida, a norte da Igreja e junto ao muro da cerca, é hoje propriedade da senhora D. Vanda Rodrigues (Fig. 1.1).

³³ Livro das Descrições Prediais, Desc. 248, Fls. 284Vº., Lº. B2 – Azambuja, Conservatória do Registo Predial do Cartaxo.

De todo o espaço conventual apresenta-se-nos apenas a Igreja, intacta. Por ser um imóvel de valor histórico não se torna fácil a sua alienação, pelo que permanece propriedade da Casa Palmela.

Alguns factos, como as datas das alienações, não nos são possíveis comprovar com fontes documentais irrefutáveis. Acrescentamos outros exemplos:

- A ocupação do convento depois de 1488;
- A ocupação do espaço conventual pelas tropas francesas, em 1810;
- Todo o historial desde o acto de arrematação, em 1837.

Este último período foi-nos dado conhecer através de informações telefónicas fornecidas pela actual proprietária. Sobre o aspecto da urbanização, foi consultada a memória descritiva do respectivo processo.

Podemos ver pela História e não por aquilo que resta no local, como foi importante a localidade das Virtudes. Aquele espaço passou de eremitério a recinto conventual, tendo o seu ponto alto no século XV, culminando com a existência da sua feira muito concorrida e dos Paços Régios.

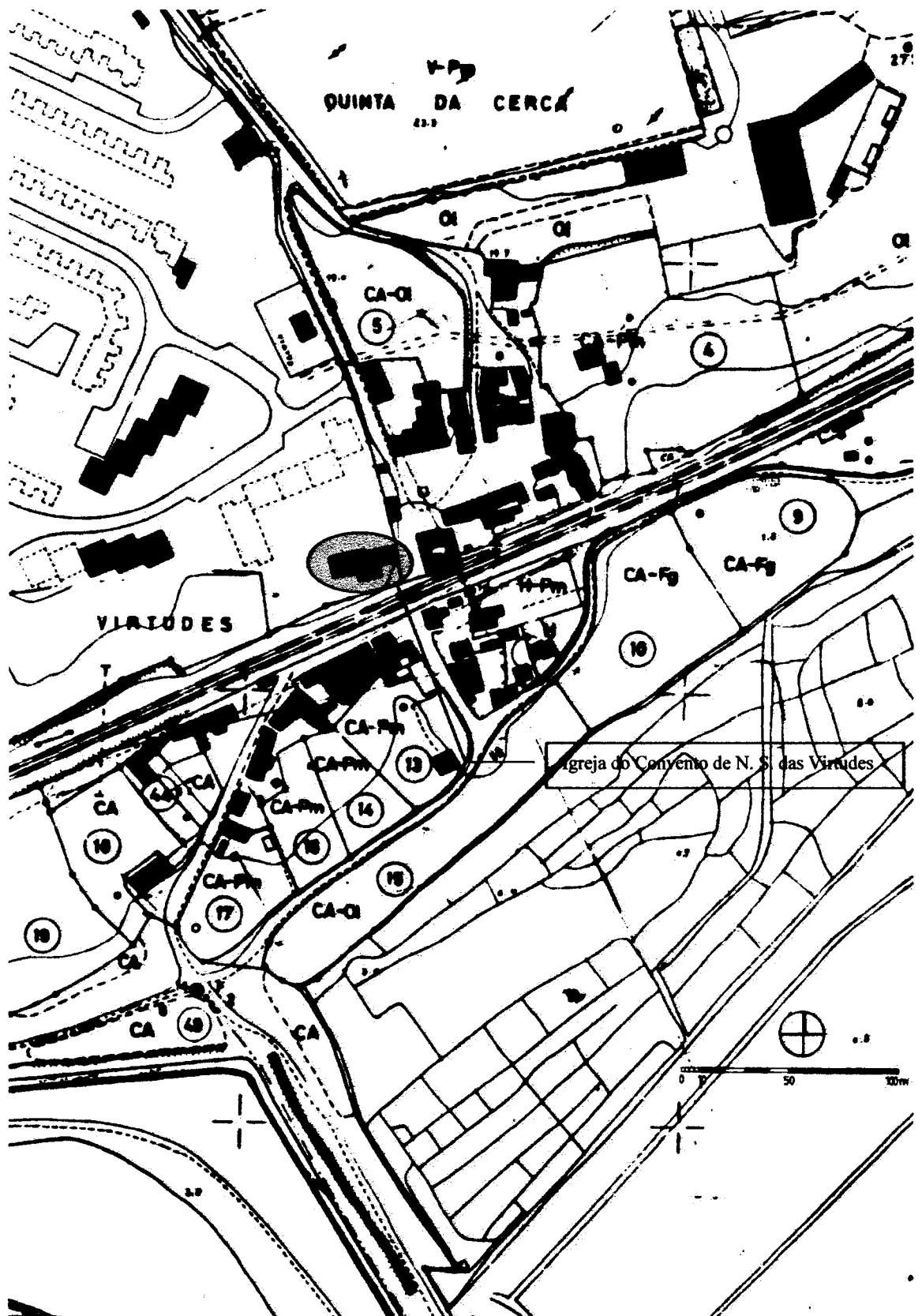


Fig. 1.1 – Planta de localização das Virtudes.

2. SITUAÇÃO E SÍTIO

A Ordem dos Frades Menores, aprovada por Honório III, em 1223, chegou ao nosso país no decorrer do século XIII.¹ Esta Ordem cujo objectivo principal era a pregação, necessitava de se aproximar dos centros urbanos ou de povoações em vias de desenvolvimento. Face ao evoluir da situação nas Virtudes, como ponto referencial da fé cristã, contribuiu decisivamente para que os frades se estabelecessem na localidade e em muito os ajudou e facilitou nas suas tarefas de conversão e evangelização.

Muitos outros locais tinham já sido agraciados com a presença destes frades franciscanos. Mais próximo das Virtudes já existia o Convento de Santarém, desde 1245 e também o de Alenquer, fundado em 1222. Virtudes não tem a dimensão de Santarém e administrativamente nunca obteve a sua importância, no entanto, a carga emotiva vivida ali, transformou aquele esquecido lugar numa memória em Ceuta e em terras da Índia. Com fundações mais recentes, existem localidades que sofreram a mesma metamorfose, damos como exemplos Lourdes e Fátima.

Lembramos que a imagem de Nossa Senhora das Virtudes apareceu em 1403 e que só em 3 de Março de 1419, pela bula do Papa Martinho V, foi autorizada a fundação do Convento. De lugar ermo e de densa mata, Virtudes foi transformando-se, pouco a pouco, numa localidade de residência, com o aval régio, de culto e oração.

"[...] Da estrada Real que corta pela Charneca da Azambuja ao Cartaxo [...] As terras baixas e calvas, onde pára esta descida do monte, confrontam com umas valas, que recolhem as águas perdidas do dito rio (Tejo); e outras que se juntam das chuvas, as quais valas comumente são chamadas as Ademas. São estéreis, mas muito acomodadas a quem trata do espírito [...] Tudo isto estava despovoado, e quem quizesse ver gente havia de ir buscá-la à estrada, ou à Vila de Azambuja, ou em Aveiras de Baixo que são os povos vizinhos e distantes

¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1995, p.176.

pelo menos meia légua. Muito acaso se via um lavrador que trabalhasse o campo, ou um pastor que guardasse o seu gado [...]”² (Figs. 2.1-2.2).

A fotografia aérea é explícita quanto à topografia e morfologia do local, também no que concerne à envolvente do convento e ao seu conjunto de vistas, planas até onde a linha do horizonte se delinea, quase recta e ilimitada. Baixos declives caracterizam a zona. Terrenos precários, onde predominam as lezírias e as terras de regadio, espriam-se até ao rio Tejo, passando pela Vala de Azambuja, ou Vala Real da Azambuja como também é denominada, e outras valas regantes (Fig. 2.3). Este tipo de solos caracterizam-se ricos em areias de aluvião, misturando-se com materiais sedimentares, como o grés e as argilas que se espalham por todo o concelho de Azambuja. Um pequeno trecho de um estudo demográfico das regiões circundantes é elucidativo quanto ao tipo de solos da região ribatejana:

“[...]Aveiras de Baixo (Nossa Senhora do Rosário)

Está situada numa bacia cercada de montanhas, e como a anterior assenta no Miocénico lacustre...

Aveiras de Cima (Nossa Senhora da Purificação)

Esta aldeia, como a anterior, assenta no Miocénico lacustre, sendo a sua matriz um templo antigo e tosco.

Acha-se situada a 3 Kilómetros de Aveiras de Baixo, mas mais elevada de 30 metros.

As construções da região são, em geral, de calcáreo creoso, de tijolo cru ou de taipa. [...]

Azambuja (Nossa Senhora da Assunção)

Esta vila, muito antiga, está situada no limite ocidental da planície do Tejo, parte nas aluviões dêste rio, parte no Miocénico lacustre que forma aí uma pequena colina...

As suas construções são de alvenaria, ordinária em que empregam, em geral, um calcáreo creoso, ou de alvenaria de tijolo e de taipa. [...]”³

Na morfologia do local prevalecem, a norte do convento, até à estrada nacional, os montados, pinheiros, sobreiros, eucaliptos e também a oliveira. A sul, até à margem do rio Tejo, são as culturas arvenses, de sequeiro e regadio. Na época propícia, os lindos arrozais estendem-se baixos e quase ilimitados⁴ (Fig. 2.4).

² ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal*, 2ª Parte, Lisboa, 1666, Cap. XXI, p. 570.1

³ SOUSA, Francisco Luis Pereira de, *O Terramoto do primeiro de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, Lisboa, 1928, Vol. III, pp. 498-499.

⁴ Carta Agrícola e Florestal de Portugal, Ministério da Economia, Reconhecimento de campo: 1951, Actualização 1963, Folha 377.

Na região destaca-se sobremaneira o seu abundante pinhal, também denominado Mata das Virtudes. É uma densa área florestal de cerca de dez quilómetros quadrados, abrangendo a Estrada Nacional 3, entre a Azambuja e Cartaxo, estendendo-se a NW pela freguesia de Aveiras de Baixo.

Comprovando a importância daquele espaço arbóreo, relembramos o pequeno trecho da autoria de Frei Agostinho de Santa Maria, onde este refere o pinhal da seguinte forma:

"[...] *Da estrada Real, que corre de Lisboa pela charneca da Villa da Azambuja ao Cartaxo, começa a defcer à mão direita a terra aonde está o pinhal delRey, que vay parar em os campos, que banha o Tejo com fuas enchentes; as vallas em que confina esta defcida, fe chamão as Ademas, & tão eftéreis [...]*".⁵

Um trecho do Boletim da Junta de Província do Ribatejo, contesta a importância do pinhal e demonstra, como todas as coisas, a sua faceta histórica mais obscura, porventura uma lenda como o boletim refere:

*"O pinhal plantado no reinado de D. Dinis (1296), velhacouto de ladrões, deu origem a fantasias e carapetões. Com o nome de Pinhal de Azambuja foi historicamente célebre. O caminho de ferro deu o golpe de misericórdia nos salteadores do sítio; mas o Pinhal de Azambuja ficou na tradição, em todo o país, como símbolo de roubalheiras. Nele está instalado um aprazível viveiro florestal do Estado, à beira da estrada (Lisboa-Santarém). Tem a designação oficial de Pinhal das Virtudes e extrema com o muro da cerca do antigo Convento de Nossa Senhora das Virtudes - hoje propriedade da Casa Palmela. No «canto do muro» estava, segundo a lenda, o ponto mais perigoso."*⁶ (Fig. 2.5).

O "[...] *Convento confina pelo Nascente, Norte e Poente com a cerca do mesmo, e Sul com o supradito lugar das Virtudes, [...] procederam os avaliadores dos prédios rústicos na medição do mesmo muro todo de pedra e cal e confina pelo Nascente, Norte e Poente com o Real Pinhal das Virtudes [...]*".⁷

Face à descrição anterior temos como factos importantes a indicação da cerca do convento, como sendo um muro de pedra e cal, bem como a localização do pinhal e do lugar das Virtudes, relativamente ao espaço conventual.

⁵ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo II, Lisboa, 1707, Livro II, Título XXIV.

⁶ Boletim da Junta de Província do Ribatejo, 1937-1940, n.º. 1, Lisboa, 1910, p. 351.

⁷ Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, N.º. 38, (ANTT, Cx. n.º. 2197, Capilha 2).

Os tecidos urbanos medievais desenvolveram-se a partir de um ponto referencial. Uma catedral, um castelo ou um mosteiro eram potenciais espaços defensivos em épocas de conflitos. Não foi este o caso da aldeia das Virtudes. O lugar cresceu, primeiramente, no espaço mais propício à sua implantação, a sul do convento (Fig. 2.3). A topografia do terreno, de declive ameno, não era obstáculo qualquer que fosse a escolha do lugar, só que a norte do convento o vasto pinhal real impunha-se como barreira ao povoamento.

A Igreja do Convento de N. S. das Virtudes tem uma cota altimétrica de soleira de 9.85m, de acordo com o levantamento topográfico efectuado pela Câmara Municipal de Azambuja. Mais a sul, onde a primitiva povoação se desenvolve, a cota ronda os 5.00m, diminuindo progressivamente até às margens do rio Tejo, planura característica das lezírias (Fig. 2.6).

Na generalidade o declive dos terrenos e a existência de cursos de água influenciavam, em muito, a escolha dos locais para a construção dos conventos e mosteiros. Tal como nos diz Geraldine Carville num dos seus trabalhos, as condutas de água preferencialmente estão sempre orientadas no sentido de noroeste para sueste e com ligeiro declive para a natural escorrência das águas.⁸ Depoimentos verbais, obtidos junto da população mais idosa das Virtudes, deram-nos conta de uma canalização a NW da Igreja, junto à urbanização, com direcção a sul. Informaram-nos tratar-se de uma galeria, podendo ser percorrida a pé, actualmente entulhada e subterrada.

Na pesquisa efectuada não obtivemos qualquer fonte documental que fundamentasse a existência e o local exacto daquela rede hidráulica.

No local das Virtudes estavam criados os atributos principais para a fixação da Ordem dos Frades Menores, ou sejam:

- Já existir um templo para o culto cristão;
- Na região existirem alguns povoados;
- A agrura e pobreza da região;
- O clima ameno e a topografia serem adequadas ao desenvolvimento do espaço conventual;
- A existência de água para a salubridade do edificio religioso e dos seus habitantes;
- Existência de alguns materiais de construção, ou possibilidade de serem adquiridos, mais facilmente, por via fluvial.

⁸ CARVILLE, Geraldine, *The occupation of Celtic sites in Ireland by Canons Regular of St. Augustine and the Cistercians*, Kalamazoo, Michigan, 1982.

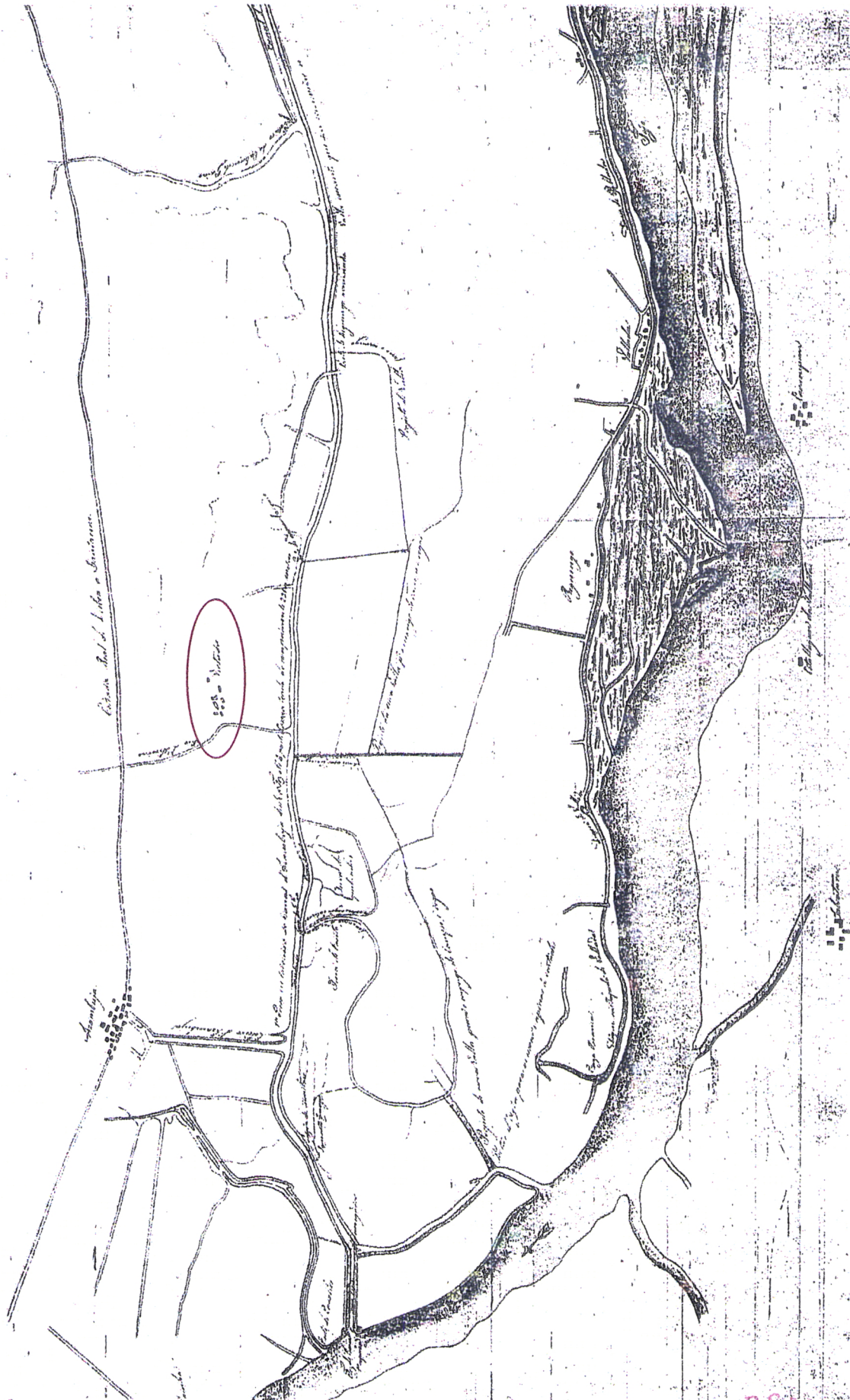


Fig. 2.1 – Planta do século XVIII, cedida pelo Arquivo do Ministério das Obras Públicas.

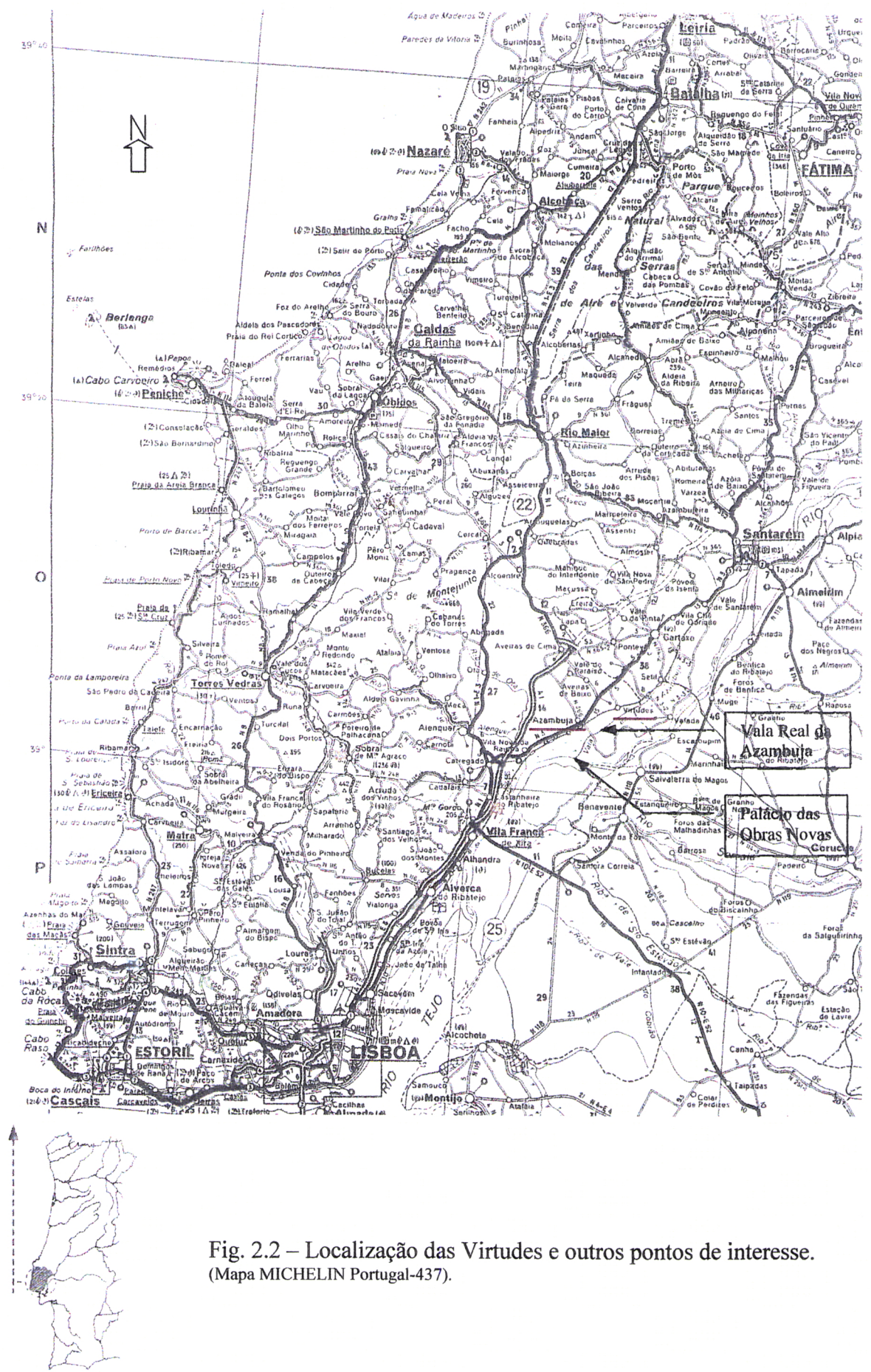


Fig. 2.2 – Localização das Virtudes e outros pontos de interesse.
(Mapa MICHELIN Portugal-437).



Fig. 2.3 – Virtudes. Concelho de Azambuja.
(Fotografia aérea, esc. 1:15.000, I.P.C.C., 1995).

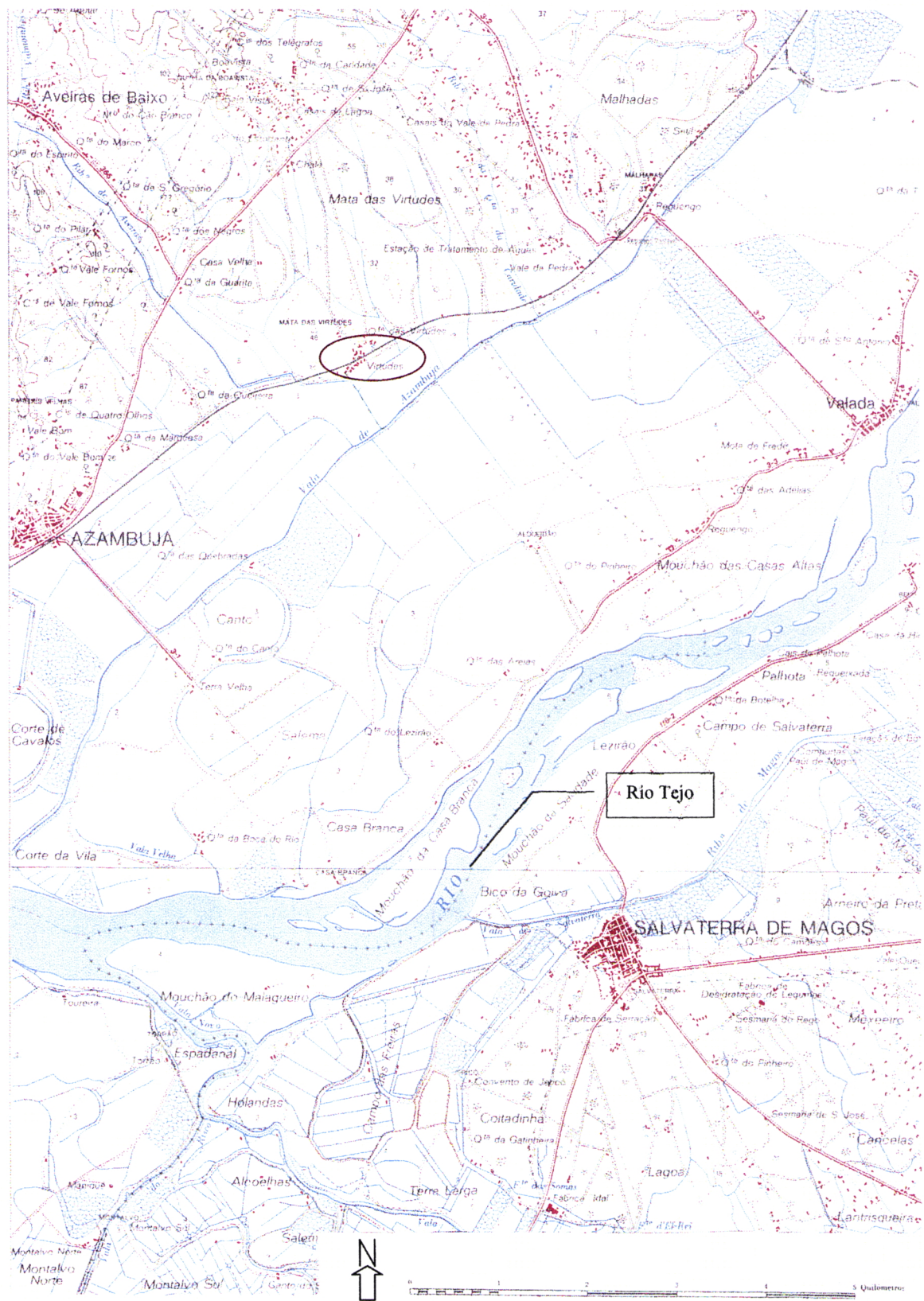


Fig. 2.4 – Carta Corográfica de Portugal, I.G.C.-folha 31 C, Coruche.



Fig. 2.5 – Virtudes, Concelho de Azambuja. Estrada Nacional e muro que cerca parte da mata das Virtudes.

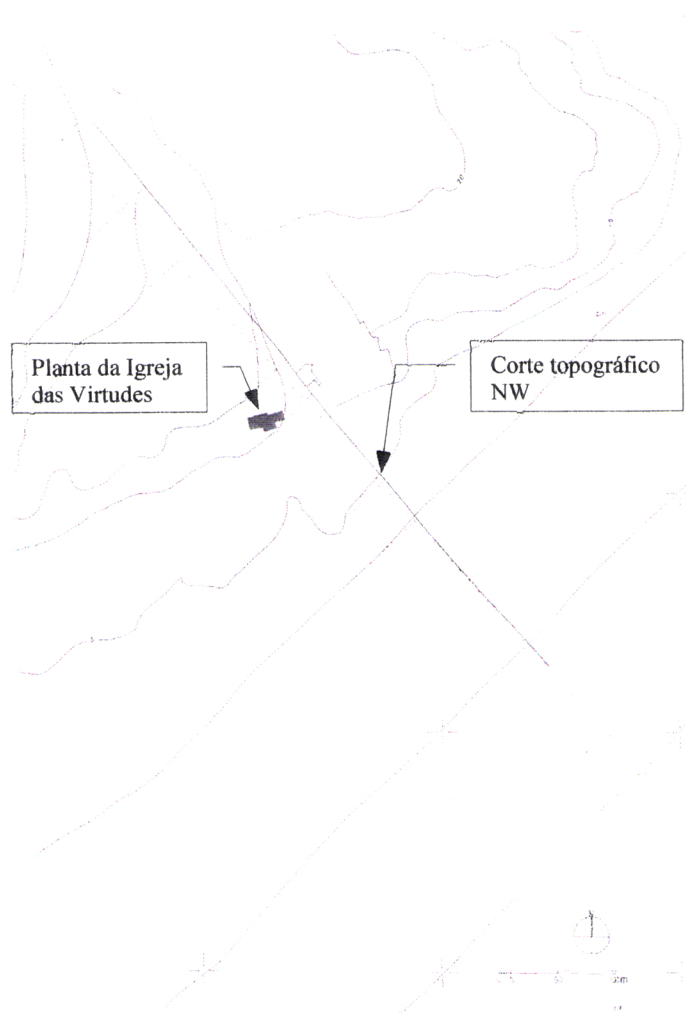


Fig. 2.6 – Planta topográfica.

3. DESCRIÇÃO ESPACIAL DA IGREJA

Regista-se a etapa inicial da construção da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes no primeiro quartel do século XV, no período da arte gótica. É uma arquitectura religiosa medieval mais modesta na sua concepção e tipologia, aliás, típica dos meios rurais. Estes templos, fazendo parte, muitas vezes, de edifícios monásticos construídos em fases posteriores, compõem-se essencialmente *"de uma só nave geralmente coberta por telhas assentes num travejamento de madeira, constituindo as variações da planta da cabeceira - mais baixa e estreita, mas a única parcela do templo que é quase sempre abobadada - o maior factor de originalidade [...] a par dos seus elementos estruturais que suportam a escultura ornamental: portais, pilares, capitéis, emulduramentos das frestas e modilhões"*.¹

A pobreza desta Igreja é testemunho da observância da Ordem quanto às prescrições do Capítulo Geral, realizado em Bolonha, no ano de 1228.² São exemplo disso a limitação da altura do edifício e a marcação de espaços pelas coberturas em abóbadas.

O levantamento gráfico efectuado à Igreja do Convento de Nossa Senhora das Virtudes atesta não só a simplicidade do templo mas também as marcas deixadas pela passagem do tempo (Figs. 3.1 a 3.8).

3.1 LEITURA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

ESPAÇO INTERIOR DO MONUMENTO

O edifício é orientado de nordeste para sudoeste. Para simplificação de leitura e descrição do monumento considerámos a orientação da tradição medieval, ou seja, de nascente para poente, e porque a diferença que se verifica não é superior a 45°.

¹ PEREIRA, Paulo, e outros, *História da Arte Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1995, p. 212.

² DURLIAT, Marcel, "Le rôle des Ordres Mendiants dans la création de l'architecture gothique méridionale", *Cahiers de Fanjeaux*, 9, (1974), p.73.

3.1.1 PLANTA

É uma igreja de um único pavimento. Um desnivelamento, de cerca de 0,65m, marca a elevação do altar-mor (Fig. 3.2).

De nascente para poente inicia com a abside rectângular passando depois para a nave, inscrevendo-se esta num corpo longitudinal, quadrilongo. Estes dois espaços distinguem-se não só pela sua geometria mas sobretudo pelo imponente arco triunfal, estilo renascença, que os separa.

A abside desenvolve-se em dois níveis diferentes. O primeiro, onde se situa o altar-mor e o segundo à cota da nave da igreja (Fig. 3.5). Esta diferença de níveis pronuncia-se pelo desenvolvimento de quatro degraus, três bem definidos e um quase imperceptível e mais recuado. Os primeiros degraus encaixam-se entre dois muretes de suporte, ainda com alguns vestígios azulejares (Fig. 3.9).

Apresentamos um quadro com as principais medidas tiradas, no interior, ao nível da base das paredes.

MEDIDAS EM PLANTA	
ABSIDE	
Comprimento do alçado norte:	Comprimento do alçado sul:
13,11m	12,85m
Largura da parede a nascente:	Largura medida junto ao arco triunfal:
6,00m	6,15m
NAVE	
Comprimento do alçado norte:	Comprimento do alçado sul:
15,25m	15,35m
Largura:	
8,12m	

Apesar dos esforços de torção e tracção a que o monumento está sujeito as diferenças encontradas na medição do edifício, estamos em crer, devem-se à precaridade dos meios para o correcto assentamento de paredes na nossa Idade Média.

Há uma pequena capela lateral, anexa ao alçado sul, de reduzidas dimensões, oblonga, quase rectângular. Desta construção falaremos no subcapítulo 3.1.3.

Acresce uma construção que concilia os alçados sul da cabeceira e nascente da referida capela. Construído, em data desconhecida, trata-se de um pequeno corredor, actualmente sem cobertura, com forma rectângular de 0,55m de largura e 2,68m de comprimento (Figs. 3.3-3.10).

Perfazem o número de oito a totalidade das portas existentes no templo. Cinco comunicam com o exterior; uma faz a ligação entre a nave e a pequena capela; uma está entaipada e localiza-se na cabeceira, voltada a sul; a última, a nascente, pertence à capela lateral, e abre para o pequeno corredor já mencionado.

O vão entaipado confronta, para o interior, com um fosso de cerca de um metro de altura. Esta pequena porta está à cota, não do altar-mor, mas mais baixa, acompanhando o resto do pavimento da igreja (Figs. 3.11-3.12).

3.1.2 ALÇADOS

3.1.2.1 CAPELA-MOR

A terminação recta da abside pressupõe, como noutras igrejas, "*razões espaciais e estruturais ditadas pela colocação do altar de talha dourada*", verificado numa época tardia à da fundação do convento.³

Em toda a extensão da parede nascente da cabeceira apenas existe um vão de 0,55m de largura por 0,67m de altura, sensivelmente ao nível das impostas existentes nas paredes laterais. Este atravessa a profundidade da parede (0,62 m), terminando em aros de cantaria, quase à face do paramento exterior, onde se fixam três barras em ferro forjado.

O alçado nascente da cabeceira termina em arco, o que, pelos vestígios a descoberto, indicia ter sido suporte de uma abóbada de berço que serviu de cobertura àquela parte da igreja (Fig. 3.9).

A sul, a parede eleva-se até ao plano das impostas contendo uma pequena porta emoldurada por um arco quebrado, de acesso ao altar-mor. Esta porta com um vão de 1,84m por 0,90m, tem ao seu lado direito, em pedra de cantaria, um nicho encaestado na parede. Com uma abertura interior de 0,42 centímetros de altura e 0,26m de largura, pressupõe que tivesse a função de sacrário (Figs. 3.11-3.13). Sobre esta porta abre-se um amplo janelão rectângular, de 1,83m de altura e 0,93m de largura, sendo os seus enxalsos de 1,16m. Este tipo de aberturas, existentes também na nave, são características de uma época estilística tardia, neste caso pertencentes a uma fase barroca. O facto comprova as alterações a que foi sujeita a capela-mor. O entaipamento de dois vãos nas paredes laterais à cabeceira, para a montagem

³ PEREIRA, Paulo, e outros, ob.cit., p. 212.

do altar em talha dourada, são prova disso. A comprovar esta existência remota, observam-se as cavidades feitas na parede para a fixação do madeiramento (Fig. 3.14).

Ao nível das impostas ainda se observam alguns exemplares de azulejo decorativo colocado ao longo de duas fiadas, formando uma faixa ornamental sob a cornija (Fig. 3.15). O tipo de ornamentação e essencialmente as duas cores, o azul e o branco, são características predominantes na azulejaria do século XVII. Não nos foi possível confirmar a data da fabricação dos azulejos, no entanto, é colocada a hipótese da época da sua colocação na capela-mor, o que analizaremos mais adiante.⁴

A norte, a parede da capela-mor apresenta uma porta para o exterior, à cota do pavimento da nave. Do seu lado direito há a marcação de um vão. Este foi entaipado aquando da elevação do altar-mor, que se prolongou para além da sua abertura e até à actual porta (Fig. 3.3).

A capela-mor termina com um amplo arco triunfal, de cerca de 8m de altura, aberto para o resto do corpo da igreja. O seu arco de volta perfeita, e aduelas biseladas constitui um elemento de estilo renascença o que pressupõe ter resultado de um financiamento para o prolongamento da igreja, aliás, à semelhança do que acontece na pequena capela, a sul.

O arco triunfal, no seu lado voltado a poente, ou seja, para a nave da igreja, é ladeado por dois nichos, sendo estes emoldurados por arcos perfeitos. O que se posiciona à sua esquerda é revestido a cantaria e o outro, faz a imitação daquele primeiro, em alvenaria, o que justifica o seu quase total esboroamento (Figs. 3.9-3.16-3.17).

3.1.2.2. CORPO LONGITUDINAL

3.1.2.2.1 LADO NORTE

Abrem-se duas portas ao nível do piso térreo. A primeira, logo depois do arco triunfal, inscreve-se num simples rectângulo, apresentando a largura de 1,28m, à face da sua ombreira, por 2,41m de altura (Fig. 3.18). O segundo vão é em estilo gótico, de arco quebrado. Este mais pequeno tem 1,14m de largura e 1,95m de altura (Fig. 3.19).

O guarnecimento de ambos os vãos é feito em pedra, apresentando a segunda porta cantaria biselada, muito ao gosto da fase gótica que ela representa.

⁴ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. dirigida por Damião Peres, vol. II, Porto, 1968, p. 483.

Entre estas duas aberturas, encontra-se sobreelevado, a 1,15m do solo, a base de um púlpito. Em pedra, tem a forma circular com 1,10m de diâmetro. Esta base está encaixada na soleira de um vão entaipado, de 2,30m por 1,03m. Trata-se do acesso ao púlpito pelo lado exterior da nave (Fig. 3.20).

Num segundo nível desta parede há um vão com 1,83m de altura e 0,95 de largura. É desprovido de qualquer tipo de portada ou caixilharia, aliás, como todas as portas e janelas desta Igreja de N. S. das Virtudes. Esta antiga porta fazia a interligação entre dois pavimentos, actualmente inexistentes (Figs. 3.5/corte DD'-3.21).

Os buracos observados, mais ou menos quadrangulares, que se encontram ao nível desta última porta, sensivelmente a 3,30m do solo, prolongam-se pela parede da frontaria e também, no exterior, em todo o comprimento da nave. São indícios da colocação de traves de madeira, suporte a um segundo pavimento. A comprovar a existência de tal sobrado aparece um pequeno pedaço de madeira, espetado num dos orifícios do lado exterior da parede (Fig. 3.22).

Um dos elementos estruturantes que conserva ainda a quase verticalidade desta parede são três esticadores que atravessam a sua extremidade superior. Cortam transversalmente a nave da igreja e terminam na parede oposta, exercendo nesta o mesmo efeito estrutural (Figs. 3.14-3.23).

3.1.2.2.2 LADO SUL

Deste lado a parede da nave tem três vãos. Dois ao nível do solo e um janelão num plano superior (Fig. 3.5/corte BB'). As duas aberturas térreas, de construção ordinária, apresentam um elevado grau de destruição, tornando-se difícil a medição exacta dos vãos.

A primeira porta logo a seguir ao arco triunfal, que dá acesso à capela, tem uma largura, a menor que foi medida, de 1,50m e 2,50m como a menor altura medida, a partir do pavimento da igreja (Fig. 3.24).

A segunda porta, de medidas mais reduzidas com 1,40m por 2,20m, confina directamente para o exterior do edifício, onde o terreno se eleva em 0,70m. Altura esta de entaipamento da descrita porta. Ainda sobre esta abertura, surge à sua esquerda, encastoadá na parede, uma pequena pia que tem a forma adequada à retenção da água benta, habitual nas igrejas (Figs. 3.25-3.26). Sobre esta porta abre-se o janelão de tipologia igual aos da frontaria. Este, com as dimensões de 1,77m de altura e 1,12m de largura, medidos à face da cantaria.

Tem gradeamento em ferro forjado, de secção circular, símbolo da vetustez do edifício (Fig. 3.27).

3.1.2.3 FRONTARIA

É neste alçado, a poente, que se situa o portal principal de acesso à igreja. Encimam este grande vão, e em simetria com o seu eixo, dois janelões.

Este alçado principal termina com um frontão triangular. Sobre a sua flecha foi construído um nicho, actualmente desmantelado mas ainda perceptível quanto á sua forma e função (Fig. 3.28).

O portal principal, inscrito num arco quebrado emoldurado por arquivoltas simples e delgadas, inclui dois capitéis de exuberante folhagem de singela factura (Fig. 3.29). Seus arcos quebrados são precedidos, no interior, por reforços constituídos, na espessura da parede, por arcos segmentares, ou seja, arcos cujos centros se situam abaixo da raiz ou das impostas (Figs. 3.30-3.31).

Medidos os dois janelões encontraram-se diminutas diferenças, algumas, talvez, provocadas pelos esforços estruturais a que está sujeita a parede. Acrescente-se que este facto acontece por todo o edifício, no qual foi muito difícil proceder ao seu levantamento gráfico com exactidão e rigor.

À esquerda temos um vão de 0,81m de largura por 1,18m de altura, medidos à face da cantaria, e com uma profundidade de 0,68m, sendo esta a espessura da parede.

O vão situado à direita tem a mesma altura que o anterior mas aumenta 0,01m na sua largura. Aqui a espessura da parede aumenta para 0,70m (Fig. 3.32).

Estes janelões incluem um gradeamento em ferro forjado, elemento, aliás, presente em todas as janelas do templo. Este facto indicia uma tipologia comum e, neste caso, resultado de uma alteração conjunta e tardia, em relação à construção inicial.

Relativamente ao nicho, apercebemo-nos das suas reais dimensões estando bem perto do seu vão. Campaniforme, tem 0,85m de largura por 1,55m de altura total. A sua campânula, em calote esférica, tem de raio, aproximadamente, 0,41m. Aqui a espessura da parede é de 0,65m (Fig. 3.33).

Tal como se descreve no capítulo 3.1.2.2.1, relativamente aos indícios de um pavimento elevado, também na parede da frontaria e ao mesmo nível se observam tais

cavidades. Atestam a existência de um coro alto, com ligação a um compartimento conventual situado a norte da igreja (Fig. 3.30).

Ladeando a ombreira esquerda do portal principal da igreja há uma pequena bacia, em forma de concha. É uma peça esculpida em pedra, ao gosto manuelino e que se encontra parcialmente mutilada, crê-se que por actos de vandalismo (Fig. 3.34).

3.1.2.4 COBERTURA

Quase nada se pode dizer deste elemento estrutural da igreja, pois uma das suas componentes que já desapareceu há muito tempo foi a sua cobertura.

Na abside, a forma em que termina a parede da sua cabeceira, a raiz da abóbada sobre as duas impostas laterais e a marcação do seu desenvolvimento construtivo na parede que suporta o arco triunfal, onde ela termina, revelam-nos que a sua cobertura era uma abóbada de constituição cerâmica (Figs. 3.1-3.9-3.35).

Telhado de duas águas sobre armação de madeira foi decerto a protecção da nave da igreja. Os dois frontões triangulares que a enformam, um o da frontaria e o outro onde se inscreve o arco triunfal, são sempre adossados àquele tipo de cobertura. É, no entanto, difícil de prever que tipo de tecto haveria sob as traves de madeira. A simplicidade do templo e os poucos recursos antevêm a supressão deste elemento.

EXTERIOR DO MONUMENTO

No exterior denotam-se aspectos estruturais importantes. Servem para uma melhor compreensão da construção, tanto na sua concepção como em alterações construtivas posteriores.

3.1.2.5 CAPELA-MOR

A parede da sua cabeceira, de forma semi-circular como já foi aludido, enforma-se entre dois cunhais estruturantes.

À esquerda, na extremidade deste alçado, a falta de reboco deixa ver dois enfiamentos de pedra. Um primeiro cunhal, eventualmente estrutura da construção inicial, e um segundo,

necessário ao alargamento da capela-mor, resultado de um pano de parede de encosto, como veremos mais adiante.

Encima a cabeceira, um friso cerâmico e acima deste uma cornija de simples traça.

A sua única abertura já foi referida no subcapítulo 3.1.2.1 (Figs. 3.8/A-3.36).

A parede, voltada a norte, reúne bastantes indícios de construções desaparecidas e que se associavam ao restante espaço conventual. Coroa a sua única porta a raiz de uma abóbada, com cerca de três metros e meio de eixo longitudinal. Sinal de que se tratava de um espaço fechado e que por ele se transitava para a capela-mor (Fig. 3.7/A).

Outro sinal da continuidade do espaço conventual é a marcação de lanços de escada no reboco desta parede, bem como a existência das pedras que a suportavam. Levanta-se a hipótese de se tratar do acesso vertical a uma torre sineira.

A queda de reboco e alguma argamassa fazem antever a existência de antigas janelas ou portas que posteriormente, ou por não terem serventia ou por diversas remodelações que sofreu o edifício, foram entaipadas. É prova disso alguns tijolos estruturantes da verga de um antigo vão, o mesmo que mencionámos no ponto 3.1.2.1, que foi entaipado devido à elevação e prolongamento do pavimento do altar-mor. Quase no início desta parede, arranca um maciço de pedra que marca, não só o desnível do terreno, como a preexistência de uma construção pesada, eventualmente a torre atrás referida (Figs. 3.37-3.38).

O alçado sul da capela-mor, não é a mesma parede que observamos pelo interior. Trata-se de um segundo paramento, o que alargou a parede da cabeceira. Outro pormenor importante, aliado à colocação do segundo cunhal, é a diferença nas espessuras das paredes, norte e sul, da cabeceira. A primeira com 0,66m e a segunda com um total de 1,32m. Destes, 0,57m são da primitiva parede, onde se inscreve o pequeno portal gótico, e 0,75m é a espessura do segundo paramento. Rasga toda esta profundidade o janelão que encima o pequeno portal, este entaipado pela construção da segunda parede e só visível pelo interior da capela-mor (Figs. 3.2-3.3).

O modo de entaipamento daquele pequeno portal é também observado pelo exterior. Há uma zona, na base da parede, preenchida com pedra atípica, colocada desordenadamente. Deste lado também se verifica um pequeno murete incompleto na sua altura, que circunda e delimita o estreito corredor confinante com a pequena capela, a sul da igreja (Figs. 3.36-3.39).

3.1.2.6 CORPO LONGITUDINAL

3.1.2.6.1 ALÇADO NORTE

Deste lado da parede estão bem patentes os resquícios de construções que lhe ficavam anexas: a porta ao nível de um segundo pavimento, os orifícios onde encaixavam as vigas de suporte, num plano inferior, ao soalho, e num plano mais elevado, ao assentamento do telhado, não da nave da igreja, mas de um compartimento contíguo (Fig. 3.40).

Uma pequena escultura, encastada no lado direito da referida porta, oferece-nos também a certeza da continuidade do espaço entre o coro alto e a sala que lhe era adjacente. Esta peça, colocada à altura de 1m, desde a soleira da porta e afastada da sua ombreira 0,24m, é esculpida separadamente em três blocos de pedra. Tem a altura total de 0,80m, por 0,38m de largura. A parte central, com a profundidade de 0,23m, forma uma pequena bacia, parcialmente mutilada. Ainda se percebe, no que resta, a forma de um rosto que repousa sobre duas asas de anjo. Aquele rosto, algo disforme, pode-se inserir num tipo de ornamentação renascentista a que se designava de mascarão ou carranca (Fig. 3.41).

Este paramento encaixa-se entre dois cunhais, em pedra, que não alcançam toda a altimetria do edifício, pressupondo reparações na sua parte superior.

A parede termina, superiormente, sem qualquer tipo de remate, num amontoado de pedra atípica e argamassa, completamente desprovida de reboco.

3.1.2.6.2 ALÇADO SUL

A base desta parede está subterrada, como aludimos no subcapítulo 3.1.2.2.2, outra parte confina com a capela que lhe é adjacente e a área visível apresenta o janelão e a porta, já mencionados no subcapítulo atrás referido.

Uma cornija remata este paramento à semelhança do que se verifica na cabeceira e capela lateral.

Os tirantes marcam aqui a sua presença através das três cruzetas que se observam na parte superior da parede. Uma outra na direcção do portal principal da igreja, representa o reforço do vigamento de madeira do coro alto (Fig. 3.42).

3.1.2.7 ALÇADO PRINCIPAL – POENTE

O conjunto estético deste alçado advém de alterações posteriores à construção primitiva do templo.

Os janelões e o nicho, este último ornado com volutas barrocas e inscrito num frontão triangular, são de tipologia tardia, habitual no decorrer do século XVIII (Fig. 3.43).

No lado direito do portal abre-se um grande buraco que, face ao seu grau de destruição, atravessa a profundidade da parede. Apercebemo-nos da sua forma inicial, o que nos leva a pensar tratar-se do que foi outrora, a caixa de esmolas, referida na Histórica Seráfica da O.F.M. como o cepo. Mais tarde mandada retirar por decisão do Vigairo Geral, frei Oliverio Mailardo.⁵ Neste mesmo lado da parede e sobreelevado aparece uma cruzeta de tirante que, no interior do edifício, se esconde no paramento longitudinal da nave (Figs. 3.29-3.42).

3.1.3 CAPELA LATERAL OU SALA CAPITULAR⁶

Não se sabe que função teria esta pequena capela. É a junção de dois compartimentos com um pequeno arco triunfal central. O maior tem 4,50m por 4,40m e o mais pequeno, bastante irregular nas suas dimensões, mede-se na parede voltada a sul, 3,80m e, na parede a poente, 3,45m. Em altimetria as duas salas não ultrapassam os 6m (Fig. 3.44).

O arco triunfal, sendo ele próprio símbolo de um estilo renascentista, acentua várias diferenças entre as salas que separa. São elas o estilo arquitectónico que está intimamente ligado com o tempo e o tipo de construção, as dimensões e o desnivelamento do pavimento.

A primeira sala, localizada a nascente, apresenta um conjunto de elementos de morfologia tardo-manuelina que se coadunam com o estilo do arco. Trata-se do seu tecto em abóbada de cruzaria de ogivas que assenta sobre espessos arcos de ogivas de pedra. Os seus fechos são de decoração típica da fase manuelina, em que os desenhos ornamentais são sempre diferentes. Neste caso temos, por exemplo, a cruz de cristo, central, um rosto com asas que poderá representar o Espírito Santo, flores de diferentes disposições, uma concha, etc. (Figs. 3.45-3.46-3.47).

⁵ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Provincia de Portugal*, 2ª Parte, Lisboa, 1666, Cap. XXIV, p.581.3, p.583.5.

⁶ LAMY, Aníbal, e outros, "Dois casos de degradação do património cultural português / A Igreja de Sta. Maria das Virtudes e o Solar de Chavões", *História*, 12, Lisboa, 1979, p.69.

No seu paramento a nascente, a pequena porta guarnecida com cantaria biselada, ao gosto do estilo gótico, comprova a existência desta divisão no primeiro período da edificação do templo (Fig. 3.10).

A segunda sala, orientada a poente, é de construção mais singela. O tecto, em abóbada de berço, assenta sobre uma pequena cornija que encima os panos de parede, desprovidos de qualquer revestimento.

São quatro o número de vãos abertos nesta capela. Foi mencionada a porta voltada a nascente, tendo esta um vão disponível de 1,75m de altura e 0,60m de largura. A outra porta faz a passagem à nave da igreja, já descrita no ponto 3.1.2.2.2 (Fig. 3.48).

Em termos de fenestração, a fresta aberta na parede sul, sob a abóbada artesoadada, é também uma prova de que esta parte da capela é contemporânea com a edificação da primitiva igreja. Estes tipos de frestas que devido à sua tipologia se designam de seteiras, não terá no templo a mesma função que na arquitectura militar, mas, à época que remonta o monumento, o tipo de iluminação que origina é característica nos espaços para reflexão divina (Fig. 3.49).

Um óculo encontra-se no topo da parede, voltada a poente. Quase ao nível do solo apresenta também uma cavidade, deixando antever a provável existência de uma peça embutida (Fig. 3.50).

O pavimento da capela, completamente destruído, apresenta-se na sua maioria em terra batida. Apercebemo-nos, ao nível do arco triunfal que existiu ali um degrau separando fisicamente os pavimentos das duas salas. Sendo a de cota inferior nivelada pela mesma cota do piso da igreja.

No exterior, em que o solo se encontra mais elevado, ambas as divisões parecem ser niveladas.

Observando a capela por este lado não há dúvidas quanto às duas fases de construção. É nota disso os dois cunhais, orientados a sul, que enformam a parede da primeira sala. O segundo cunhal, sensivelmente centrado em relação a toda a extensão da parede desta capela, está localizado no enfiamento do arco triunfal. A primeira sala é toda contrafortada por um embasamento de 2,25m de altura, que alarga para o exterior em 0,10m. Este embasamento avança pela parede exterior da segunda sala, mas na sua esquina a construção de um cunhal não se repetiu. Ainda se percebe, por alguns vestígios de argamassa, que havia uma esquadria imitando a existência de um terceiro cunhal.

A poente a parede é lisa, interrompida apenas com a abertura do óculo.

As paredes da capela são rematadas por uma singela cornija, onde assenta um pequeno murete de guarda à cobertura. Duas gárgulas de canhão, há muito sem serventia, ornamentam esta construção (Fig. 3.51).

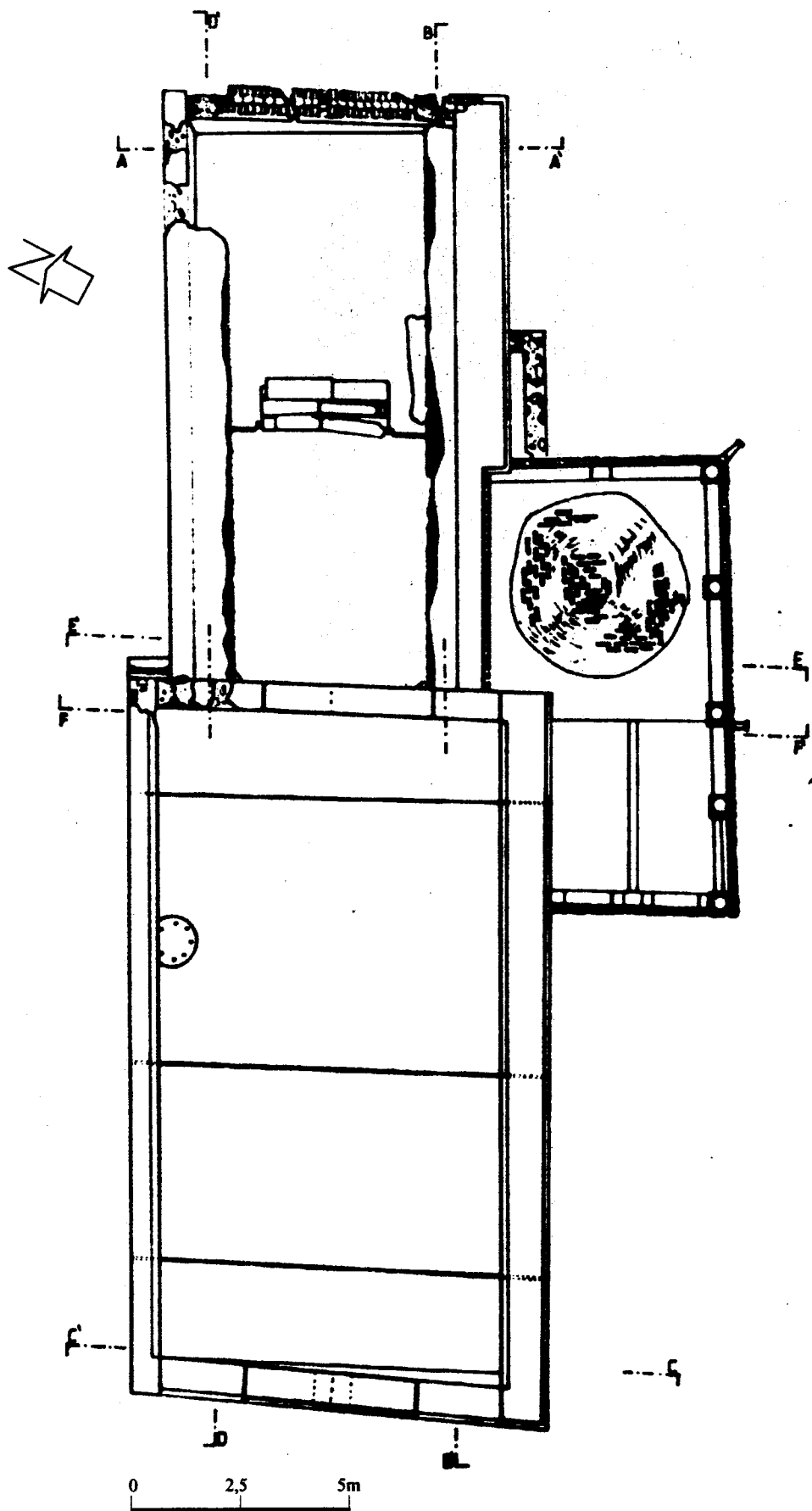


Fig. 3.1 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Planta ao nível da cobertura.

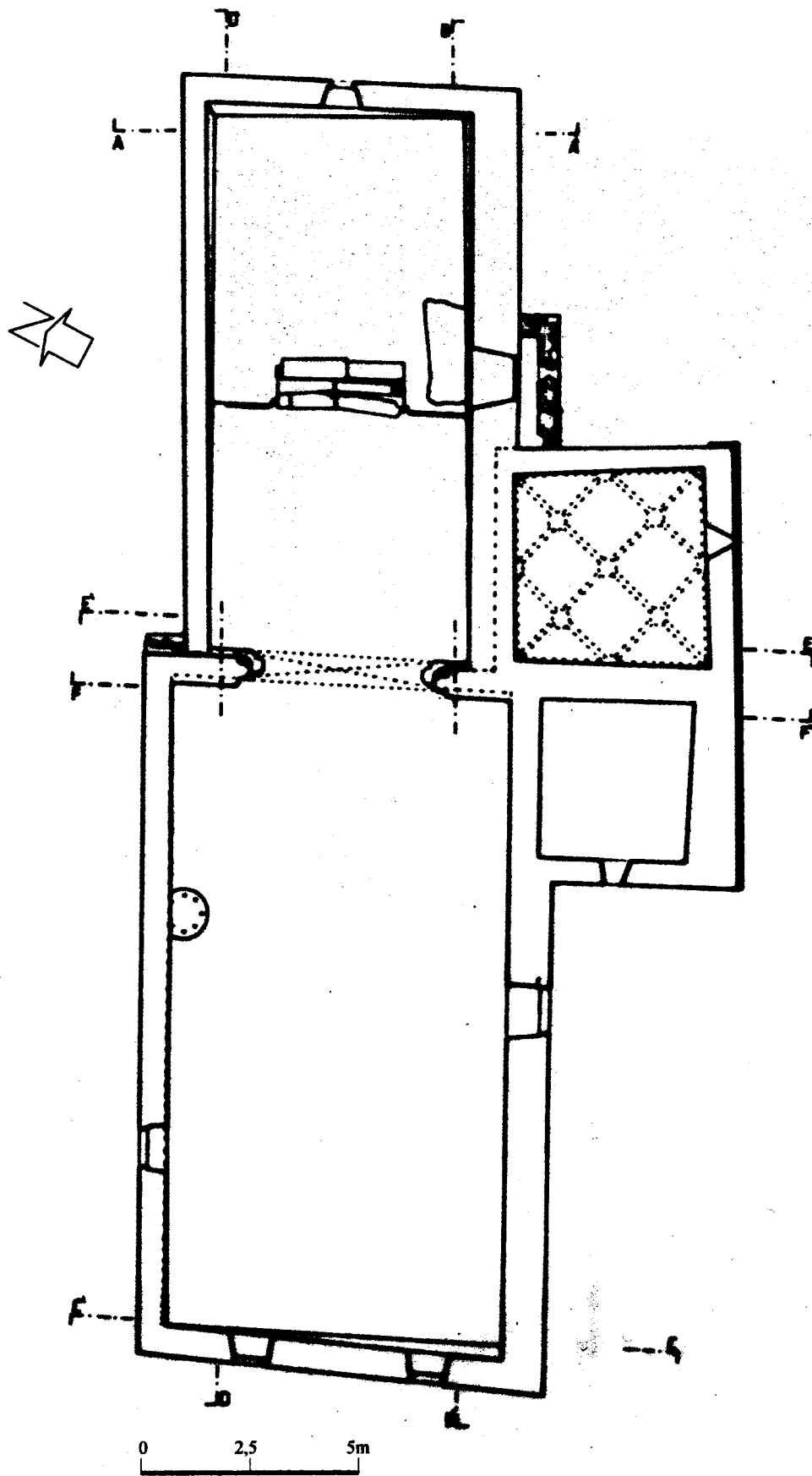


Fig. 3.2 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Planta ao nível dos vãos superiores.

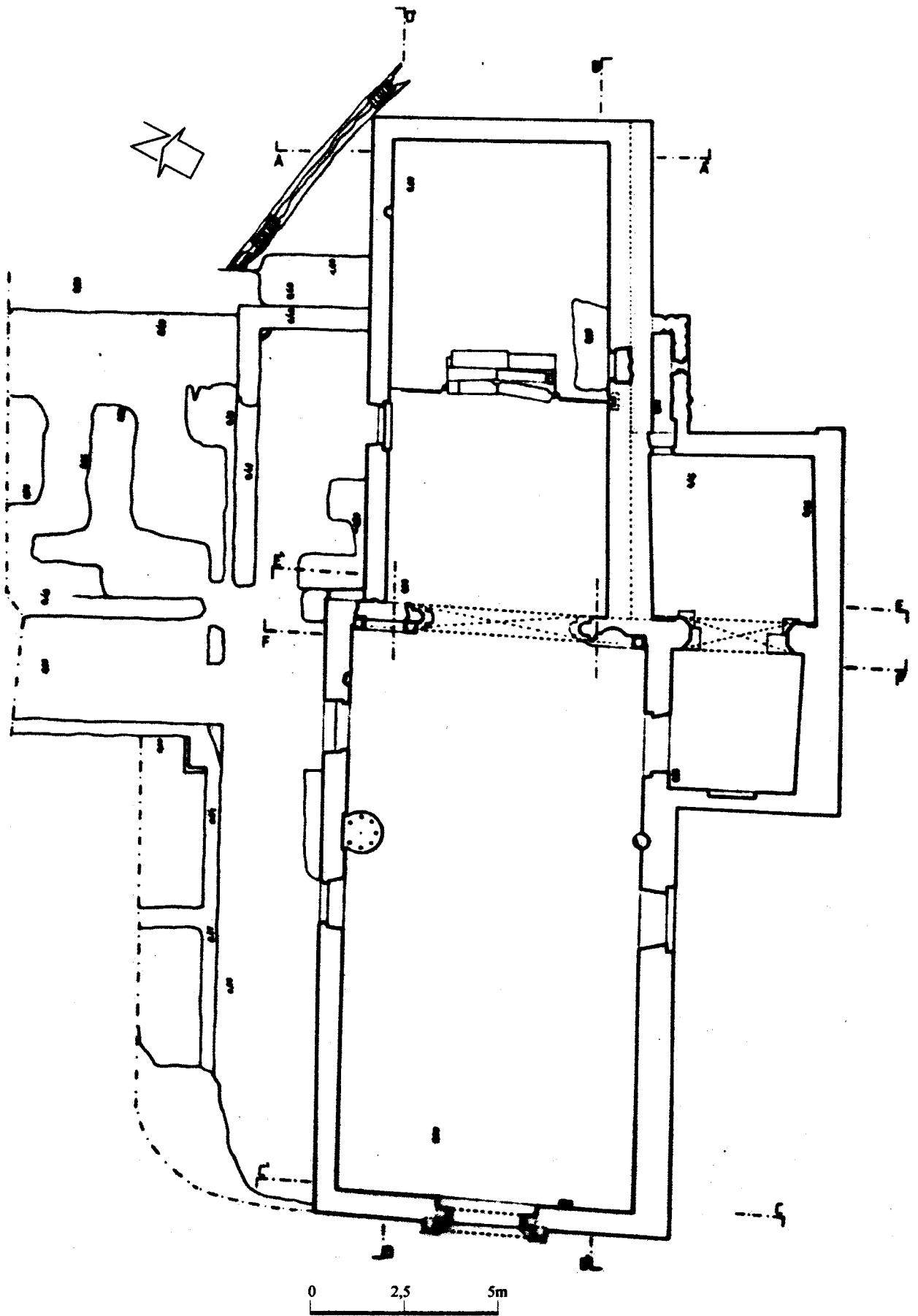
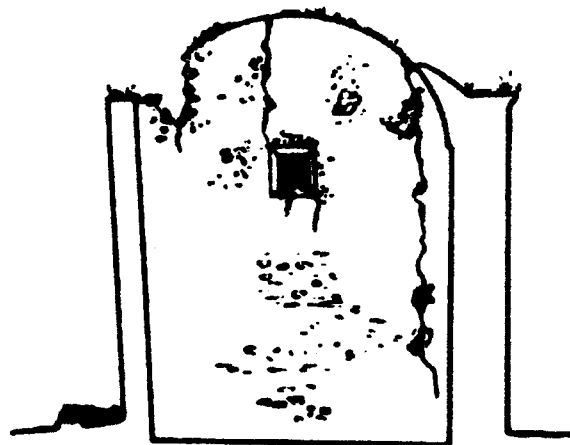
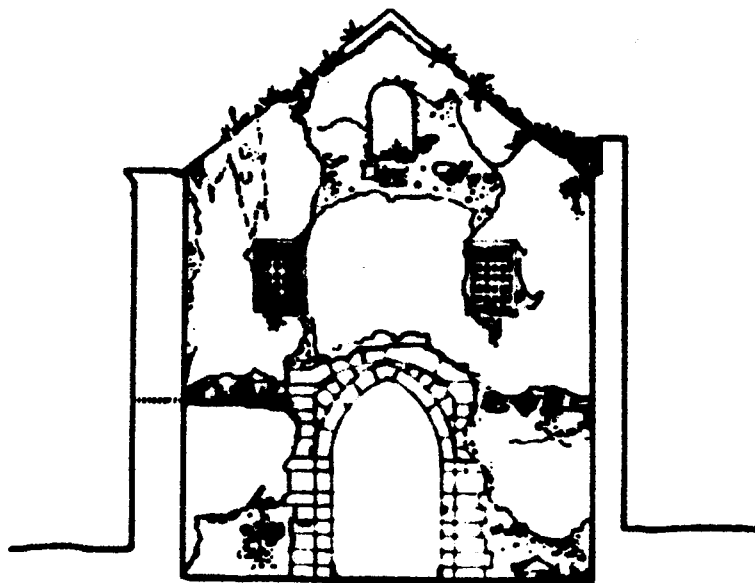


Fig. 3.3 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Planta do piso térreo.



CORTE AA'



CORTE CC'

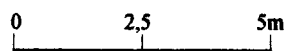
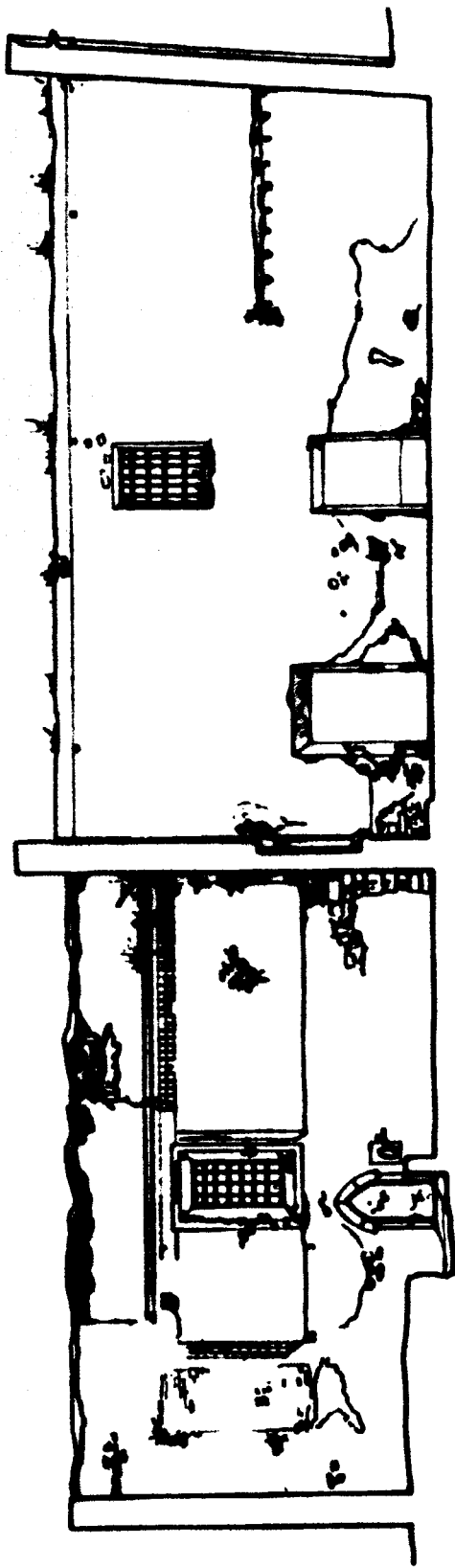
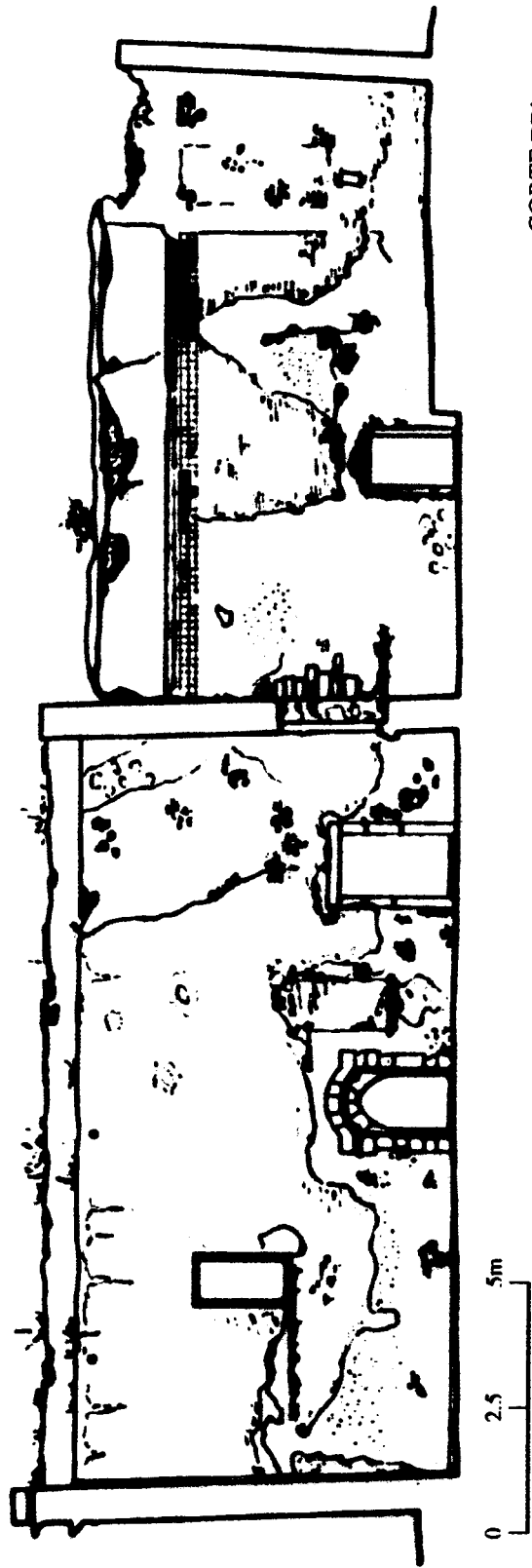


Fig. 3.4 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Cortes.

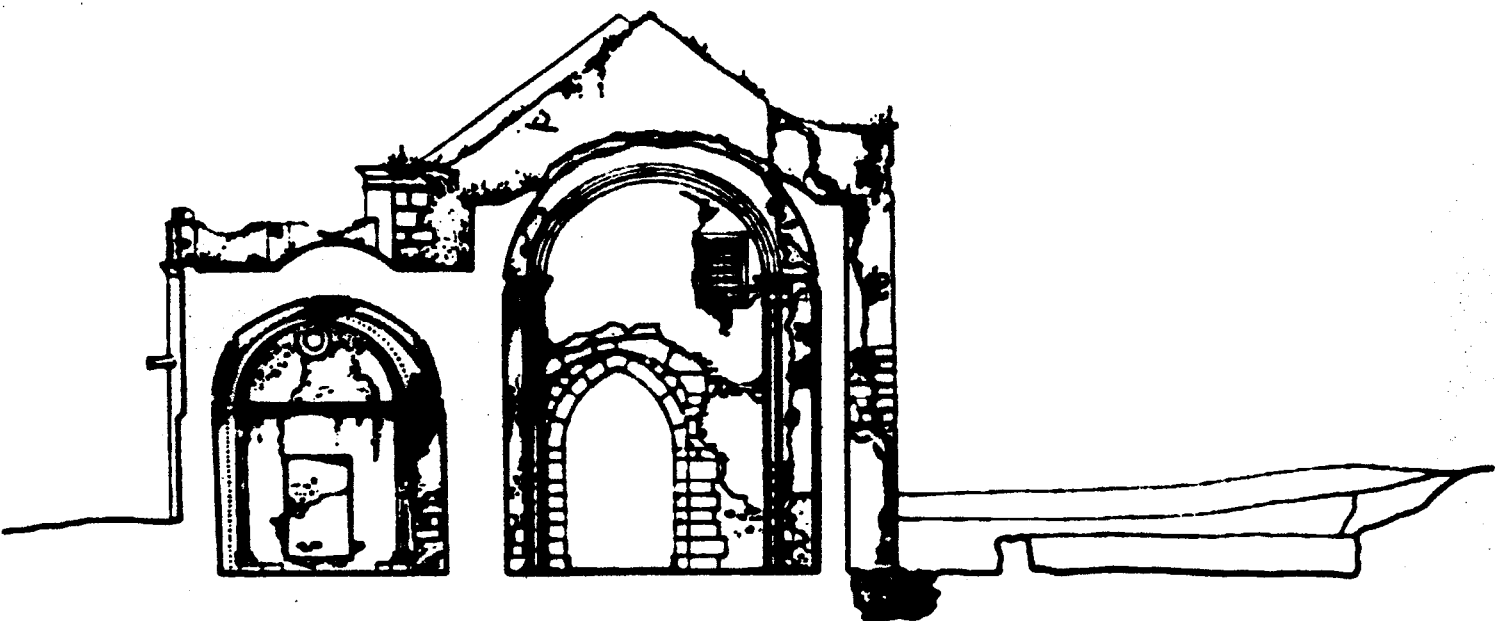


CORTE BB'

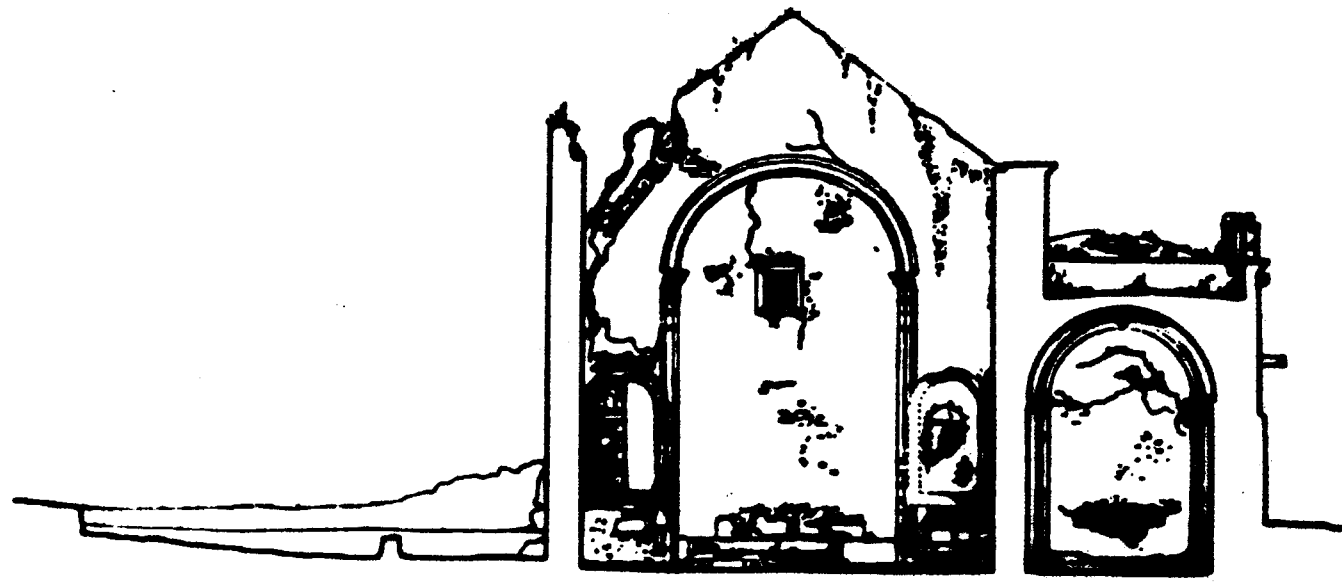


CORTE DD'

Fig. 3.5 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Cortes.



CORTE EE'



0 2,5 5m

CORTE FF'

Fig. 3.6 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Cortes.

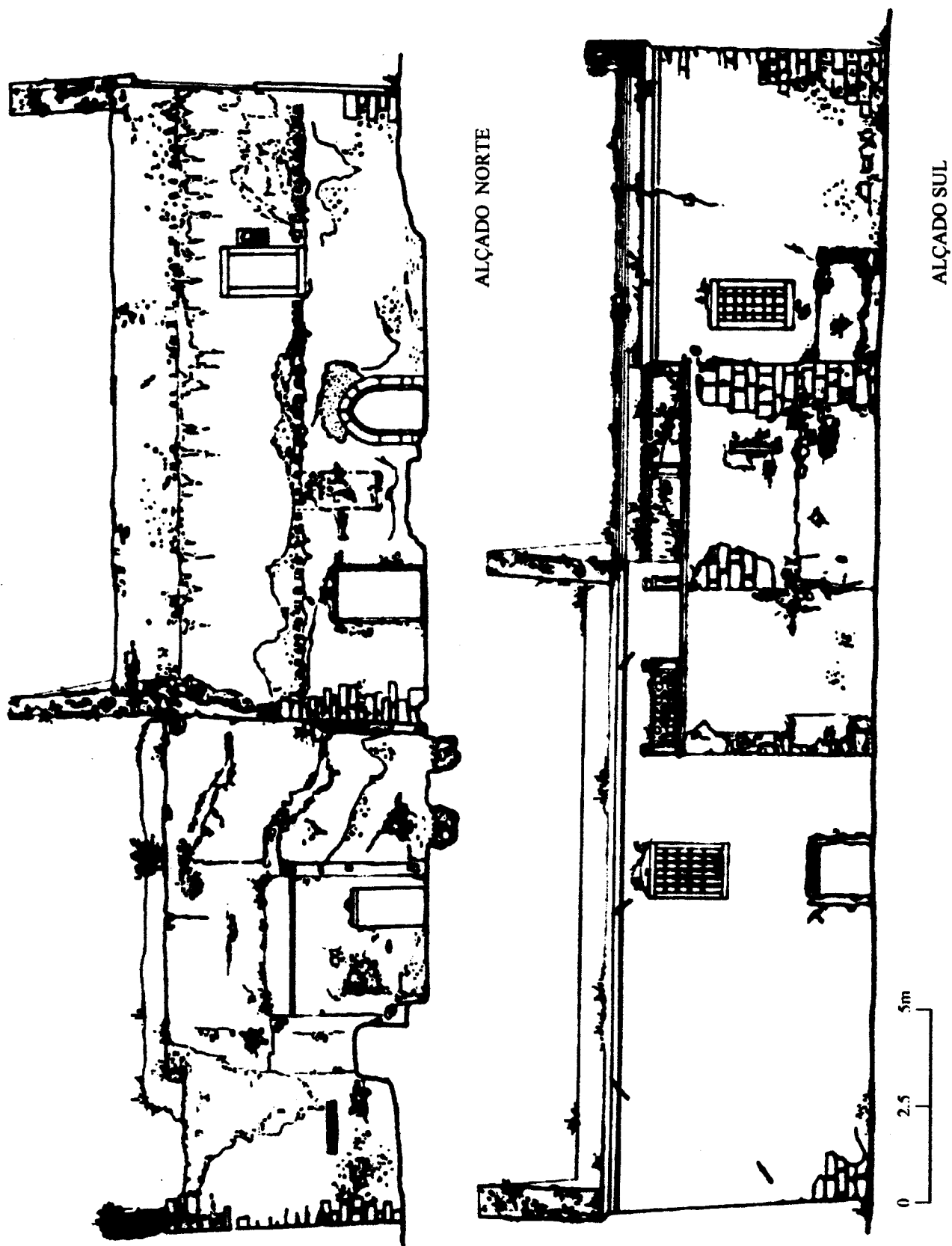


Fig. 3.7 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Alçados.



ALÇADO NASCENTE



ALÇADO POENTE

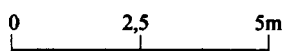


Fig. 3.8 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Alçados.



Fig. 3.9 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Julho, 1995. Capela-mor e arco triunfal.



Fig. 3.10 – Interior da capela localizada a sul da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Vista do pequeno corredor.



Fig. 3.11 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Portal gótico de acesso ao altar-mor, entaipado.



Fig. 3.12 – Fosso que defronta o portal entaipado. 1995.



Fig. 3.13 – Nicho com duas marcas
gliptográficas na parte superior.



Fig. 3.14 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja, 1996. Vão entaipado na parede do alter-mor.



Fig. 3.15 – Azulejo decorativo aplicado no interior da capela-mor.1995.



Fig. 3.16 – Nicho ou pequeno altar que ladeia o arco triunfal, do seu lado esquerdo.



Fig. 3.17 – Nicho ou pequeno altar que ladeia o arco triunfal, do seu lado direito.



Fig. 3.18 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Porta de acesso à nave.



Fig. 3.19 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Portal gótico de acesso à nave.



Fig. 3.20 – Púlpito no interior da nave da Igreja. 1996.

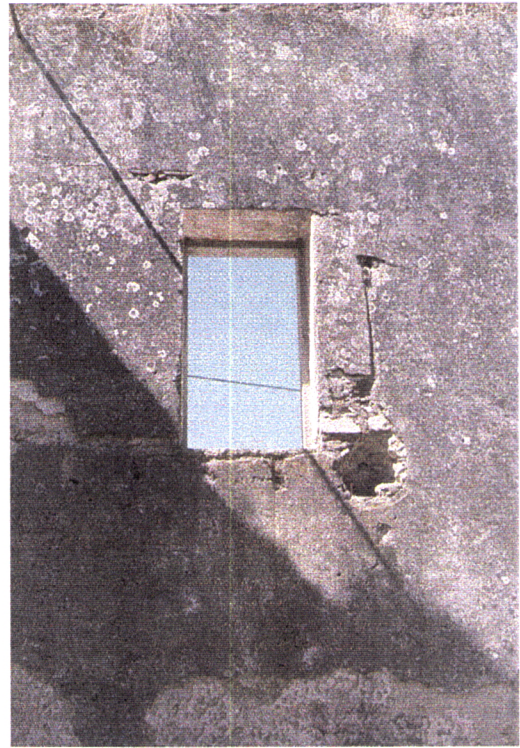


Fig. 3.21 – Acesso de ligação entre dois pavimentos superiores, pelo lado interior da Igreja 1996.



Fig. 3.22 – Exterior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes. Março, 1997. Pedaco de madeira dentro de um orifício, na parede do alçado norte da nave.



Fig. 3.23 – Vista de um tirante colocado no topo da nave. 1996.



Fig. 3.24 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Porta de acesso à pequena capela.



Fig. 3.25 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Porta de acesso ao exterior, parcialmente entaipada devido à elevação do terreno.



Fig. 3.26 – Bacia de retenção de água. 1996



Fig. 3.27 – Interior da Igreja de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Janelão na nave da Igreja



Fig. 3.28 – Vista interior da frontaria. 1996.



Fig. 3.29 – Exterior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Maio, 1996. Portal principal.



Fig. 3.30 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Maio, 1996. Portal principal.

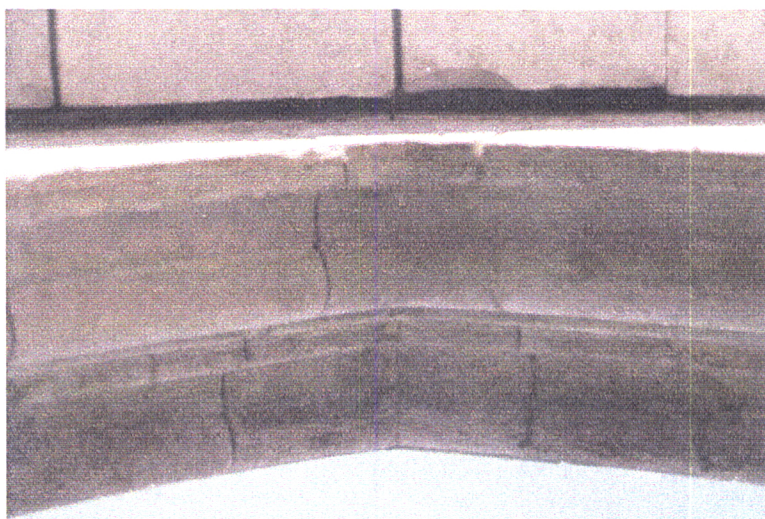


Fig. 3.31 – Arcos quebrados e reforço do portal principal. 1995.



Fig. 3.32 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Janela situada no alçado principal.



Fig. 3.33 – Nicho campaniforme, destruído, localizado no alçado principal.. 1996.



Fig. 3.34 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Pequena bacia fixa na parede da frontaria.



Fig. 3.35 – Vista superior do desenvolvimento da abóbada que cobria a capela-mor. 1996.



Fig. 3.36 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Março, 1996. Alçados nascente, em primeiro plano, e poente



Fig. 3.37 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1995. Alçado norte. Observam-se vestígios da continuidade do espaço conventual.



Fig. 3.38 – Vista exterior da porta que foi aberta no alçado norte da capela-mor. Observa-se a verga do vão lateral que foi entaipado. 1996.



Fig. 3.39 – Muro que circunda o pequeno corredor. À esquerda o vão de acesso à capela lateral da Igreja e em frente o empedrado que entaipa o portal do alçado sul da capela-mor. 1996.



Fig. 3.40 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Março, 1997. Alçados Norte e poente.



Fig. 3.41 – Exterior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Março, 1996. Escultura encastoada no alçado norte da nave, junto à ombreira lateral direita do vão superior.



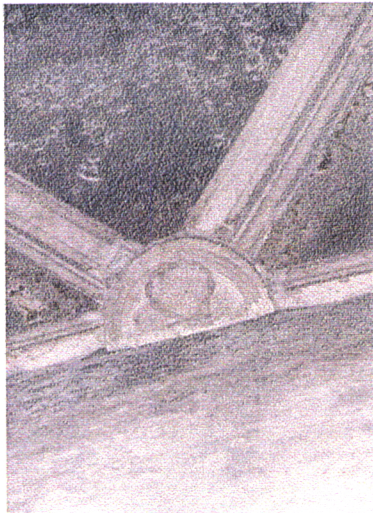
Fig. 3.42 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Julho, 1995. Alçados poente e sul. Observam-se as cinco pontas dos tirantes e a sobrelevação do terreno.



Fig. 3.43 – Frontão do alçado principal da Igreja, voltado a poente. 1996.



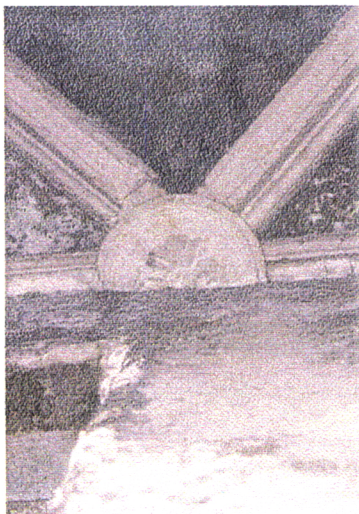
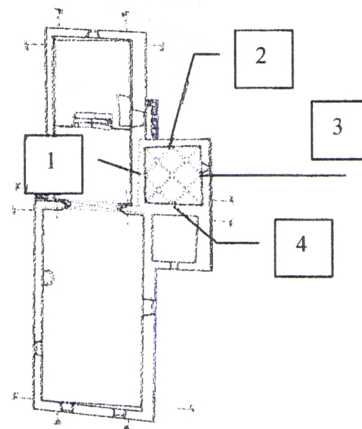
Fig. 3.44 – Interior da pequena capela, a sul da Igreja. Tectos e arco triunfal. 1995.



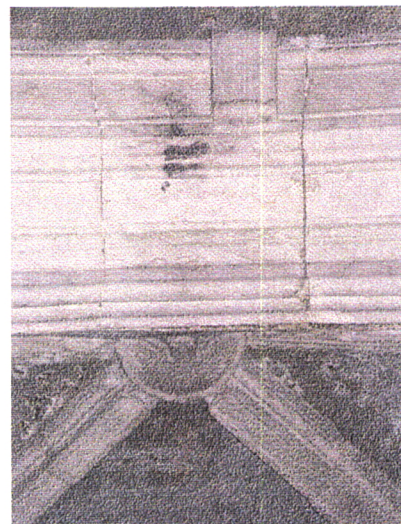
1



2



3



4

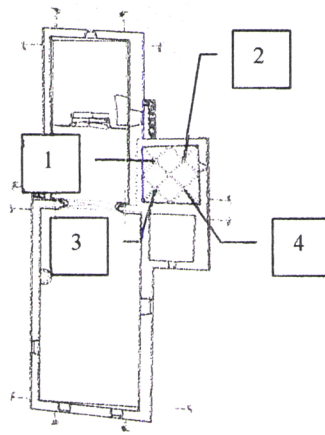
Fig. 3.45 – Capela anexa à Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Maio, 1996. Florões laterais da abóbada de cruzaria de ogivas.



1



2



3



4

Fig. 3.46 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Maio, 1996. Florões centrais da abóbada de cruzaria de ogivas, existentes no interior da capela.

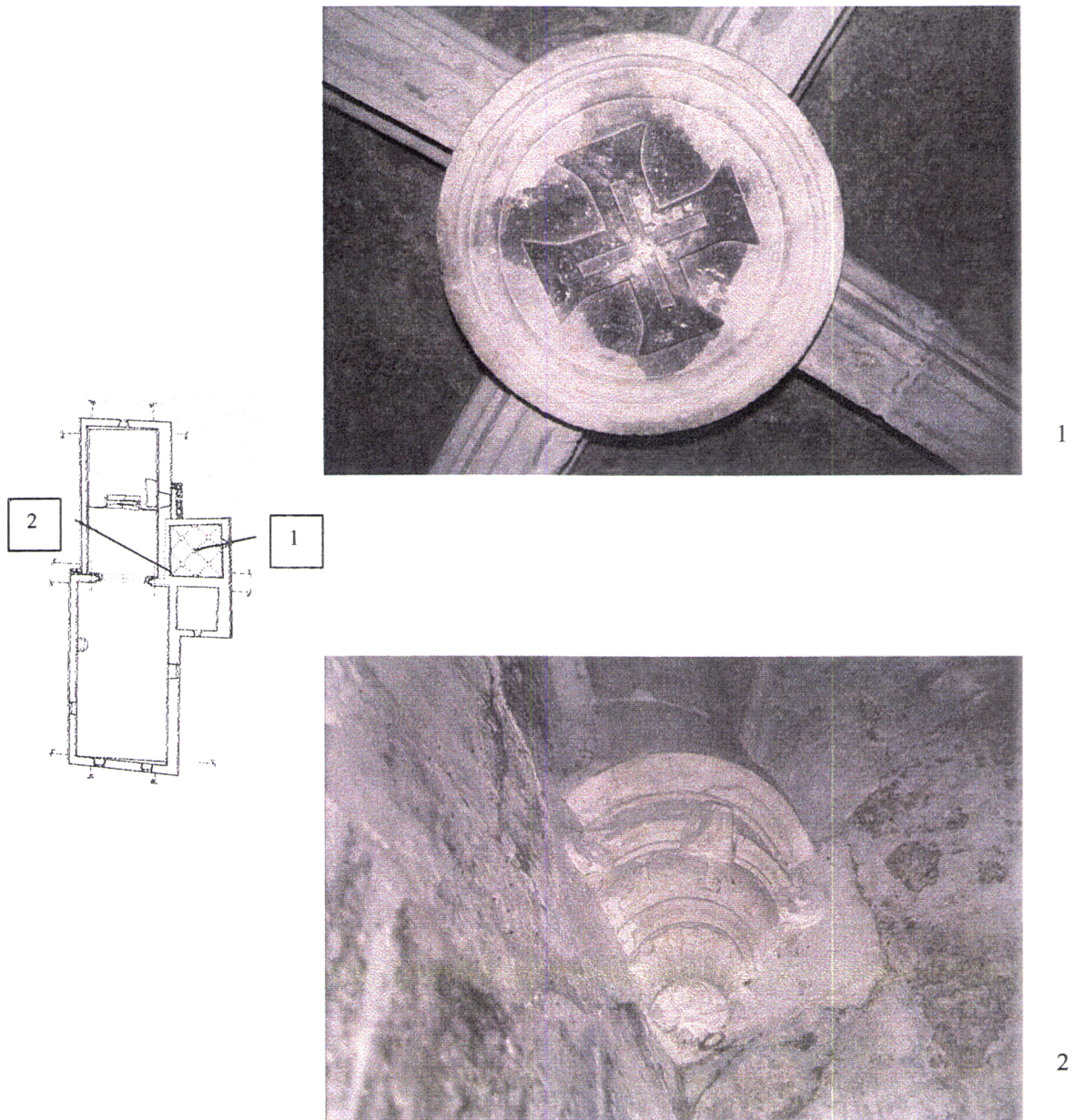


Fig. 3.47 – Capela anexa à Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Maio, 1996.

- 1 – Fecho da abóbada de cruzaria de ogivas.
- 2 – Mísula de canto.



Fig. 3.48 – Capela anexa à Igreja.
1996. Em segundo plano vê-se a
porta de acesso à nave da Igreja.



Fig. 3.49 – Capela anexa à Igreja.
1996. Fresta no alçado sul.



Fig. 3.50 – Capela anexa à Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Óculo no alcado poente.



Fig. 3.51 – Capela anexa à Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Alcados poente e sul da pequena capela.

4. HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

4.1 INFLUÊNCIAS FORMAIS

A progressiva decadência social e económica em que as sociedades medievais estiveram mergulhadas, no decorrer do século XIII, culminou no aparecimento de um grupo de homens de Deus que abriram novos caminhos numa época em que era preciso deter lutas políticas e sociais. É na procura de uma vida exemplar, com base na pobreza, alimentação simples, vestuário grosseiro, edifícios austeros, trabalho sem remuneração e busca da meditação, que surgiram as Ordens Religiosas. Primeiro Cluny, em 910, fundada por um monge Beneditino e depois Cister, fundada por S. Bernardo, no século XII. Esta segunda Ordem pretendia seguir à letra as palavras de S. Benedito e não cair na mundanização como aconteceu com Cluny. No entanto, em 1154, com a morte de S. Bernardo a austeridade daquela Ordem e a observância rigorosa da Regra vão enfraquecendo.

Ao longo da História as Ordens Religiosas vão-se sucedendo umas às outras, as últimas sempre reformando as anteriores, à excepção daquelas que tenham seguido linhas de pensamento diferentes. Foi o que aconteceu com a Ordem dos Franciscanos, ou mendicantes, e a Ordem dos Dominicanos, ou pregadores, a primeira fundada em 1209 por S. Francisco de Assis e a segunda, por volta de 1217, por S. Domingos de Gusmão. Estas Ordens, aprovadas pelo Papa Inocêncio III, despontaram com grande impulso, face à mensagem de renovação que transmitiam.

Estes frades tinham uma visão de vivência diferente das dos monges cluniacenses e cistercienses. Enquanto os frades trabalhavam para a comunidade e com a comunidade, os monges isolavam-se dentro dos seus claustros, transformados, mais tarde, em belas construções como forma de adoração a Deus. Facto este que se deveu à aceitação, por parte da Ordem, de arquitectos externos, como foi o caso do famoso Villard de Honnevoirt. A tipologia destes edifícios tornou-se prática corrente ao longo do século XIII, em que os conceitos da arquitectura cisterciense se alargaram para outras construções religiosas mais simples, como veremos na arquitectura mendicante.

Foi a luxúria patente nos mosteiros da Ordem de Cluny que fez com que S. Bernardo, em 1124, redigisse uma *Apologia ad Guillelmum-Santi Theoredici Abbatem* onde se

pronuncia contra as construções luxuosas das igrejas romanas, mal sabendo ainda que a Ordem chegaria também a realizar edifícios descomunais e de grande beleza, excessos que não estavam prescritos na sua Regra.

A Ordem dos Frades Menores, ou de São Francisco, também abnegavam a luxúria e promoviam a contenção nos gastos com tudo que fosse dispensável.¹ Os seus estatutos, em muitos pormenores, aproximavam-se bastante das regulamentações cistercienses no que dizia respeito às construções. Vejamos um trecho da constituição geral de 10 de Junho de 1260, em Norbone:

"[...] *Cum autem curiositas et superfluitas directe obviet paupertati, ordinamus quod aedificiorum curiositas in picturis, celaturis, fenestris, columnis et huiusmodi, aut superfluitas in longitudine, latitudine et altitudine secundum loci conditionem arctius evitetur. Qui autem transgressores huius constitutionis fuerint, graviter puniantur, et principales de locis irrevocabiliter expellantur, nisi per ministrum generalem fuerint restituti. Et ad hoc firmiter teneantur visitatores, si ministri fuerint negligentes.*

*Ecclesiae autem nullo modo fiant testudinatae excepta maiori capella. Campanile ecclesiae ad modum turris de cetero nusquam fiat; item fenestrae vitreae istoriatae vel picturatae de cetero nusquam fiant, excepto quod in principali vitrea, post maius altare chori, haberi possint imagines Crucifixi, beatae Virginis, beati Johannis, beati Francisci et beati Antonii tantum; et si de cetero factae fuerint, per visitatores amoveantur [...].*²

"[...] Visto que, no entanto, a leviandade e o excesso se opõem directamente à pobreza, ordenamos que o excesso de pinturas, tabernáculos, vitrais e colunas, observado nos edifícios, assim como as excessivas dimensões em comprimento, largura e altura sejam, o mais rigorosamente possível, evitadas, de acordo com a localização. Aqueles que tiverem desrespeitado estas constituições, deverão ser severamente punidos, devendo os prevaricadores ser expulsos dos seus locais, sem apelo nem agravo, até serem, de novo, admitidos por ordem do ministro geral. E, para o efeito, deverá contar-se com a presença de inspectores, para o caso dos ministros se tornarem negligentes.

Contudo, as igrejas não deverão, em nenhum caso, ser abobadadas, com excepção do presbitério. Nos casos restantes, o campanário da igreja nunca deverá ser erguido, à semelhança duma torre; para além disso, os vitrais não deverão ostentar pinturas, quer de cariz histórico, quer figuras, jamais tal deverá acontecer. A única excepção contempla o vitral principal, atrás do altar-mor, onde se encontram figuras do Crucifixo, da Virgem Santa, de São João, de São Francisco e de Santo António; E se, para além destas figuras, outras constarem, deverão as mesmas ser banidas pelos inspectores [...].

A sobriedade nas construções das Ordens Mendicantes está intimamente ligada ao seu modo de vida. A obrigatoriedade na mendicidade como modo de sobrevivência ditava as regras construtivas. Os materiais aplicados, de baixo custo ou doados por benfeitores, reflectiam uma construção de pequenas dimensões e quase sempre faseada de acordo com a

¹ DIMIER, Anselme, *Les moines batisseurs*, Paris, 1964, Cap. 9, p. 144.

² WOLFGANG BRAUNFELS, *Abendländische Klosterbaukunst*, Colónia, 1978.

disponibilidade dos patrocinadores. Concorria com esta opção o facto de se instalarem em igrejas ou capelas já existentes, abandonadas ou em ruínas.

Mais tarde com o desenvolvimento da Ordem no sentido da prática da pregação da doutrina entre as populações, começou a haver necessidade de espaços amplos com boa acústica, não só para a celebração do serviço divino, mas também ao acolhimento da multidão hávida por ouvir a palavra de Deus. Surgem as igrejas-salão, as *Hallenkirchen*, como eram chamadas na Alemanha, nos séculos XIV e XV.³

Em Portugal adoptou-se essencialmente este estilo, igrejas de uma só nave, baixa e ampla, desprovidas de decoração e com coberturas de madeira.

Noutros casos, em menor número face aos aspectos económicos, aparecem também edifícios mais grandiosos, de três naves, ábsides de grandes dimensões e por vezes cobertas de abóbadas de cruzaria de ogivas.⁴

Difundiam-se outros modelos como o “ [...] *plano em cruz latina, três naves com arcadas longitudinais cobertas de madeira, transepto pouco saliente, e cabeceira tripla com abobadamento de nervuras e amplos lumes no topo poligonal. As cabeceiras variaram, naturalmente, como houve exemplares que não tinham transepto, mas se nas de menor dimensão foi frequente encontrarem-se absides únicas, as de maior complexidade, com cinco, de eixos paralelos, foram exceções. Exceções foram ainda os deambulatórios com capelas irradiantes e o abobadamento total da igreja, cabeceira e corpo. No exterior também os arcos-botantes foram raros, e os pináculos só a espaços se vêem.*”⁵

Na aldeia das Virtudes os frades adaptaram-se à capela que existia e o edifício foi crescendo de acordo com as necessidades religiosas. Com a afluência da multidão a igreja e o espaço circundante sofreu alterações. O alpendre “[...] *começava a correr desde a porta principal da Igreja, na sua mesma largura, por todo o comprimento, que estendiam três arcos muito largos e espaçosos. O fim dele por um lado voltava para a mesma igreja outro alpendre estreito, que seguia parte dela.*”⁶ Este espaço foi mandado construir por D. Duarte e é um dos exemplos, infelizmente extinto, da evolução que sofreu a construção primitiva.

³ DIMIER, Anselme, *ob. cit.*, pp. 146 e 152.

⁴ FRANÇA, José Augusto, e outros, *Historia General del Arte*, Madrid, 1991, p. 81.

⁵ DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, 1994, p. 18.

⁶ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal*, 2ª. Parte, Lisboa, 1666, Cap. XXIII, p. 576.4.

A Igreja do Convento de N. S. das Virtudes pode-se considerar como um protótipo da arquitectura mendicante que se praticou em Portugal, essencialmente nos ambientes rurais. Integra-se num período tardo-gótico português, numa fase de construção manuelina, que visa essencialmente a unificação do espaço com o uso da nave única, a simplificação dos alçados, a construção de abóbadas rebaixadas, com o uso preferencialmente dos arcos abatidos e ogivais. A decoração é essencialmente vegetalista e heráldica. Os vãos são ricamente ornamentados, principalmente o do portal principal.

Outro aspecto que importa salientar é que o Convento de Nossa Senhora das Virtudes, contemporâneo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, não apresenta a mesma exuberância. Este último comemorativo da Batalha de Aljubarrota, D. João I desejou que a obra "[...] fosse um emblema do seu reinado e marca do seu poder [...]".⁷

É interessante saber que os três reis que enaltecera e financiaram o Mosteiro da Batalha, D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, também prestigiaram muito o Convento de N. S. das Virtudes. No entanto, todas as disponibilidades, principalmente financeiras, estavam dirigidas para a Batalha, em virtude do feito comemorativo ter uma maior importância histórica. Virtudes fica assim num plano inferior de prioridades, como acontece em tantas outras obras portuguesas, primeiro pela escassez de matéria prima na região, depois, talvez, por não se inserir num contexto urbano mais importante.

Acreditamos que a Igreja de N. S. das Virtudes tenha sofrido algumas influências do estaleiro batalhino. Era comum o "[...] fenómeno da imitação das obras régias [...]".⁸ Recrutavam-se técnicos dos grandes estaleiros para outras regiões. O próprio Rei recorria a essa prática nas "[...] suas obras noutras locais, nomeadamente nos diversos paços que tinha espalhados pelo território nacional."⁹

Entre as Igrejas do Convento de N. S. das Virtudes e do Mosteiro da Batalha observam-se traços algo semelhantes, sobretudo no talhe da pedra. No mosteiro, porém, as linhas tornam-se mais alongadas ocupando, assim, maior superfície de pedra. Esta era a matéria prima que existia em abundância no local e, assim, aplicada sem restrições, facto que não aconteceu no Convento das Virtudes.

Observemos a similitude entre delineamentos na pedra:

⁷ DIAS, Pedro, *Ob. Cit.*, p. 120.

⁸ IBIDEM, p.120.

⁹ IBIDEM, p.121.

- A tipologia de alguns dos colunelos, componentes das aduelas, prolongando-se desde os pés-direitos até às arquivoltas que fecham os arcos quebrados (Fig. 4.1);
- Os motivos naturalistas que adornam os capitéis, sendo muito comum o uso de "[...] *duas filas de folhagem* [...]" (Figs. 4.2-4.3).¹⁰
- O chanfro que se observa nas últimas aduelas espalhadas por várias colunas do Mosteiro (Fig. 4.4).

4.2 ESPAÇO E FUNÇÃO

Quase sempre os espaços conventuais das Ordens Mendicantes eram fruto de várias transformações que sofriam as simples construções iniciais. O monumento que nos é dado observar é desprovido de qualquer ornamento, estatuária ou pintura característica de um ou outro espaço de culto ou conventual. Do estado de ruína em que se encontra a Igreja, são a concepção arquitectónica, os sistemas construtivos e alguns vestígios de revestimentos que nos ajudam a melhor caracterizar os espaços.

Neste tipo de construções as inéditas articulações do espaço que eram inventadas assumiam, muitas vezes, o papel de modelo para novos edifícios. De qualquer forma não se pode dizer que houve um convento ou uma igreja tipos, visto nunca ter existido um sistema arquitectónico unitário, ao contrário do que acontecia com a arquitectura cisterciense dotada de características particulares.

Ao longo da História da arquitectura religiosa e no campo das diferentes iconografias, verificou-se sempre a tendência para privilegiar o coro ou capela-mor. Esta, actualmente designada de presbitério. Ambos os termos têm o mesmo princípio ideológico mas não a mesma forma. O presbitério concede uma maior aproximação com o povo.¹¹ O altar-mor, inserido sempre naquela parte da Igreja e sempre ricamente ornado, é considerado como símbolo de uma realidade espiritual que contrasta com a simplicidade dos materiais aplicados no espaço ocidental (nave), visivelmente qualificado como átrio em forma de cabana, está relacionada com a humildade do povo acolhido.

A Igreja do Convento de Nossa Senhora das Virtudes corresponde ao tipo mais simples do conjunto das igrejas mendicantes, semelhantes também ao modelo dominicano,

¹⁰ IBIDEM, p.124.

¹¹ SCHUBERT, Guilherme, *Arte para a Fé, Igrejas e Capelas depois do Concílio Vaticano II*, Petrópolis, 1979, p.16

denominam-se igrejas-salão, como já foi referido. A Capela-mor, coberta com abóbada, é de proporções alongadas terminando com abside poligonal. Os vestígios dos materiais de revestimento, como azulejos, talha dourada e o pavimento em pedra, indiciam que se tratava do espaço mais rico da igreja, comprovando assim o enaltecimento simbólico da função exercida. O ambão, no centro da parede norte da nave, transforma o edifício num espaço ideal para predicar. Actividade fundamental na Ordem Dominicana, mas que os Franciscanos adoptaram como forma de acolhimento dos fiéis durante as celebrações eucarísticas.¹²

Relativamente à altimetria, e já desde 1228, o Capítulo Geral de Bolonha dá indicações precisas sobre as alturas máximas que poderiam ter os edifícios conventuais dominicanos. Estas directivas, que se aplicaram, mais tarde, também nas igrejas dos Franciscanos, são do seguinte teor: “*Mediocrates domos et humiles habeant fratres nostri, ita quod murus domorum sine solarium non excedat in altitudine mensuram duodecim et cum solarium XX, ecclesia triginta, et non fiat (ecclesia) lapidibus testitudinata nisi forte super chorum et sacristiam. Si quis de cetero contrafecerit, pene gravioris culpe subiacebit*”.¹³ Pelas instruções dadas, segundo o valor do pé, obtém-se como altura máxima do convento de 4,20m a 4,56m para um só piso térreo, de 7,00m a 7,70m logo que o dormitório se encontre sob o telhado. A igreja pode atingir 11,40m.¹⁴

Aproximando-se daquelas medidas, no Convento de Nossa Senhora das Virtudes temos a nave da Igreja com a altura total de 7,79m até à linha de assentamento do telhado (parede norte). No alçado norte da nave, com a abertura do vão de uma porta, pressupomos um primeiro pavimento entre os 3,69m e 4,00m de altura (Fig. 3.37). Foram medidos 11,10m no alçado principal, a poente, sendo esta considerada a altura máxima atingida pelo corpo da Igreja.

Muito antes da fundação do Convento de N. S. das Virtudes, foi dado à Ordem de S. Francisco a concessão do uso funerário dentro das suas igrejas. Este direito foi acordado pela bula *Cum a nobis*, a 25 de Fevereiro de 1250.¹⁵

As lápides que se encontram no pavimento da igreja comprovam o que acabamos de referir. É também prova irrefutável de que o espaço conventual foi alvo de financiamentos

¹² *Enciclopedia dell'Arte Medièvale*, 5, Roma, 1994, p. 682.

¹³ DURLIAT, Marcel, “Le role des Ordres Mendiants dans la création de l'architecture gothique méridionale”, *Cahiers de Fanjeaux*, 9, 1974, pp. 73.

¹⁴ IBIDEM, pp. 73-74.

¹⁵ IBIDEM, p. 80.

particulares e régios, aproveitados para o alargamento e reparações do convento. Em contrapartida, os benfeitores encontraram neste espaço a sua morada final.

A Igreja conventual das Virtudes é constituída por uma capela, anexa ao seu alçado sul. Capela (ou oratório) é um templo de dimensões menores e que pode ser pública, semipública ou particular. Principalmente pelas suas reduzidas áreas, além da celebração da missa, poucos actos religiosos são realizados nas capelas.¹⁶

A capela anexa à Igreja das Virtudes é testemunho de patrocínio régio. Os elementos em cantaria, ao gosto manuelino, e a mais bela lápide encontrada, são prova do que acabámos de dizer (Figs. 4.5-4.6-4.6A/B/C/D/E/F/G/H). Sobre esta capela não definimos qual a sua função inicial. Documentos existem que a designam de sala capitular, no entanto, face à sua localização e acessos ao altar-mor, também poderia ser indicada como a sacristia ou Capela do Santíssimo.

Embora a sacristia deva situar-se junto do altar-mor, achamos o compartimento muito amplo, aproximadamente 40m², para tais serviços auxiliares. Apontamos como hipótese mais provável de se ter tratado da Capela do Santíssimo. Transcrevemos, de seguida, um texto que define exactamente as funções destes tipos de capelas e que, por a espacialidade da capela em estudo conferir a tipologia descrita, achamos, quase certo, ter sido aquela, a articulação dos espaços, aplicada à realidade vivida nas Virtudes nos seus tempos áureos.

“Capela do Santíssimo

É um ambiente fora da nave da igreja, especialmente criado para a conservação do Santíssimo. Em comunicação com a nave, tem também acesso direto à rua, permitindo assim a visita ao Santíssimo, mesmo quando o resto da igreja estiver fechado.

Dando destaque especialmente ao Santíssimo possuirá também um altar e será utilizada como “Capela diária”, onde se celebrará a missa nos dias de semana, constituindo um ambiente acolhedor, para o número menor de participantes nestes dias.

Esta Capela apresenta, ainda, a vantagem de silêncio e recolhimento para oração, meditação e adoração em igrejas cuja nave é muito visitada e movimentada por peregrinos, nos casos dos Santuários, ou turistas (nem sempre silenciosos) que vêm ver e apreciar as obras de arte ou monumentos históricos.

Só há um problema prático: no movimento pastoral dos domingos e dias de festas, com centenas de participantes, é impossível o controle para consagrar só a quantidade e o

¹⁶ SCHUBERT, Guilherme, *Ob. Cit.*, p. 11-12.

número necessário de hóstias ("partículas") para as pessoas que desejam comungar: ou faltam algumas ou sobram. Se a Capela do Santíssimo ficar distante do presbitério, a ida e vinda do celebrante tomará tempo, detalhe que evita na organização do culto. Ou se cria a Capela do Santíssimo com um acesso facultativo ao presbitério ou se providencia um sacrário dentro do presbitério, a ser usado somente a ser usado nos dias de festa e domingos".¹⁷

Por outro lado e face à volumetria do espaço, permite-nos duvidar que na capela da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes tenham sido exercidas funções capitulares, onde são sempre necessárias amplas áreas para acolher todos os frades em reunião. Tendo frequentado o Convento de N. S. das Virtudes cerca de duzentos frades, estes não caberiam no exíguo espaço da pequena capela.¹⁸

Os espaços mencionados são os que ainda se encontram erguidos no local. No exterior, os trabalhos arqueológicos que têm vindo a fazer-se, desde 1993, têm posto a descoberto raízes de outros compartimentos do espaço conventual, a norte da Igreja. Ainda sobre estes trabalhos, orientados pelo Dr. João Ludgero Marques Gonçalves, em 1994, foi posta a descoberto parte de uma canalização. Estamos em crer que será um troço da rede hidráulica que abasteceria água ao convento ou, então, por onde se faria o escoamento das águas residuais (Fig. 4.7). Frei Manuel da Esperança diz-nos: "[...] *No benefício da horta a proveio de uma nora, cuja água entrando pela cozinha passava ao alpendre, onde os romeiros se aproveitasse dela. Tudo isto está hoje estancado [...]*".¹⁹ O comprimento de canalização posta a descoberto, não nos dá a possibilidade de estudar a totalidade do seu percurso, de qualquer forma estão a ser muito reveladores os trabalhos arqueológicos iniciados em 1993 (Fig. 4.7).

Ainda sobre o espaço conventual e confirmando a existência dos mesmos transcrevemos uma parte do auto de avaliação, feita ao convento em 12 de Maio de 1834: "[...] *o qual se compõe de 19 celas com seus dormitórios, casa que foi da livraria, uma sala grande na frente e casa das latrinas, tudo nos pavimentos de cima; em baixo, casa da portaria dita Deprofundis, refeitório, cozinha, casa do capítulo, e outras mais para acomodações com seu claustro no centro com poço de água nativa [...]*".²⁰

¹⁷ IBIDEM, p. 24.

¹⁸ LAMY, Aníbal, e outros, *Dois casos de degradação do património cultural português / A Igreja de Sta. Maria das Virtudes e o Solar de Chavões*, História, 12, Lisboa, 1979, p.68.

¹⁹ ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *Ob. Cit.*, Cap. XXI, p.574.7

²⁰ Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, nº. 38, (A.N.T.T., Cx. nº. 2197, capilha 2).

4.2.1 CRONOLOGIA DAS OBRAS

Apresentamos um quadro de eventos relacionados, directa ou indirectamente, com o Convento de N. S. das Virtudes. São datas e factos que apurámos no decorrer da análise da documentação obtida.

1403.....	- Aparecimento da imagem de N. Senhora. - Ermida em madeira. - Ermida em pedra e cal.
-----------	---

D. Duarte:

1412/1414.....	- Promessa do Infante sobre a fundação do Convento.
3 de Março de 1419.....	- 1ª. Bula do Papa Martinho V para a construção do Convento. Construções realizadas: - Fundação do Convento: - Alpendre - Cozinha - Nora - Paços Reais - Campanário - Botica - Igreja - terreno de cultivo - mercês para a romagem e a realização da feira anual - colocação de caixa de esmolas
15 de Maio de 1420.....	Licença do Papa Martinho V para que Fr. João das Marinhas e Fr. Diogo da Veiga habitassem o Convento.
1420/1430.....	Construção do hospital.
30 de Setembro de 1428.....	2ª. Bula do Papa Martinho V dando direitos aos frades da OFM de exercer funções eclesiásticas, remetida ao Bispo de Silves, D. Fr. Álvaro.
5 de Maio de 1429.....	Firmado contrato e fundação do Convento.
2 de Abril de 1434.....	Carta de doação do Rei D. Duarte.

D. Afonso V:

?	- Mercês para a realização das romagens e feira. - Ampliação da cerca.
1440	Milagre de N. Senhora das Virtudes testemunhado por Lourenço Pires e Vasco Martins, moradores nas Virtudes e servidores do Rei.
27 de Março de 1449	Carta Régia que informa sobre a diminuição da população naquela localidade.
14 de Julho de 1460	Carta régia modificando o que havia sido instituído para os frades face à actuação do Visitador da Ordem, Fr. Oliverio Mailardo, em mandar arrancar a vinha.
1479	- Autorização real para a residência de seis estalajadeiros - Construção de boticas e arruamentos; obra de João Álvares da Porta de Mansos, de Santarém - Mercês dadas aos vendedores, aquando da feira local

D. João II:

Setembro de 1487	Esteve nos Paços Reais das Virtudes
1488	O Vigairo Geral, Fr. Oliverio Mailardo ordenou que se abandonasse o Convento e que se enterrasse a cepa das esmolas
1491	Mercês de D. Afonso V renovadas por D. João II
6 de Março de 1493 (?)	- Chegada de Cristovão Colombo a Portugal - Passagem de Cristovão Colombo pelas Virtudes procurando o Rei; encontro realizado em Vale do Paraíso
1493	O Rei e a Rainha permaneceram no Convento cumprindo a novena que tinham prometido aquando da doença do Rei
?	A Rainha D. Leonor passou algum tempo no Convento quando seu filho D. Afonso faleceu em Santarém

D. Manuel I:

?	- Capela anexa à Igreja com tecto tardo-manuelino - Coro na capela - Balança na capela dos Santos
1509	- Lápide tumular da família Noronha
Terramoto 1531	Cai o campanário sobre a cobertura da sacristia

D. João III:

Século XVI..... - Mercês aos mercadores e outros comerciantes
- Doação de terras junto ao Convento a D. Manuel Sampaio

D. Sebastião:

1558..... Pedra tumular de Manuel Sampaio colocada em frente ao altar-
mor

D. Filipe II:

1618..... Intervenção do Senado de Lisboa no Convento: colocação de
uma pirâmide de vidro para protecção da imagem de N.Senhora

D. Filipe III:

1624..... Data inscrita na parede Nascente da Igreja do Convento;
eventualmente relativa a uma reparação realizada após o
terramoto de 13 e 21 de Abril de 1620 (Fig. 4.8).

D. João IV:

Abril de 1641..... Milagre de N. Senhora das Virtudes.

D. Afonso VI:

1666..... Fr. Manuel da Esperança da OFM escreve a História Seráfica
1667..... Pedra tumular de Álvaro de Araújo e herdeiros / referência na
Acta da sessão da Junta Paroquial da Azambuja de 14/12/1844
13 de Janeiro de 1669..... Falecimento e sepultura da Ana Camela, mulher de Sebastião
Borges de Sousa
167?..... Falecimento e sepultura de Manuel Dobles de Lima e sua
mulher

D. João V:

1712..... Virtudes com 60 vizinhos/Corografia Portuguesa

D. José:

1776..... Casa fronteira à Igreja que pertencia às freiras do Convento da Castanheira

D. João VI:

1810..... Destruição do Convento com a passagem dos Franceses

1823..... Dr. João Ferreira de Azevedo foi conservador do pinhal das Virtudes

D. Maria II:

1834..... Incêndio no pinhal das Virtudes.

Lei de 1 de Maio de 1834..... - Vala da Azambuja navegável.

Lei de 28 de Maio de 1834..... - Extinção do Convento e integração nos Bens Nacionais.

- Realização do inventário.

18 de Julho de 1837 - Anúncio de arrematação do Bem Nacional.

D. Pedro V:

Portaria de 17 de Julho de 1857.. Desenvolvimento da linha férrea da Azambuja ao Cartaxo.

4.2.2 INÍCIO E SEQUÊNCIA DOS TRABALHOS

Não foram encontrados registos sobre o arquitecto da obra ou mesmo os mestres que trabalharam nas Virtudes. Apenas a referência da construção de boticas e arruamentos, mandado efectuar por D. Afonso V, sendo obra realizado por João Álvares da Porta de Mansos, de Santarém (1479). É possível que se trate de pessoa moradora naquela localidade. A Porta de Mansos é uma das portas da cerca do castelo de Santarém e zona residencial naquela cidade. O facto do construtor ser de lugar distante, era prática comum daquela época. Como já mencionámos eram recrutados mestres de obras de uns estaleiros para outros, especialmente por ordem régia, como foi o caso.

O arquitecto medieval e os mestres assinavam o seu trabalho através de uma sigla ou figura esculpida na pedra. Foram encontradas, no cunhal virado a sul, situado na parede da cabeceira da igreja, duas marcas gliptográficas que se destacam de todas as outras, não só pela sua dimensão como também pela sua forma. A primeira, a maior, representando a cruz de Cristo, circunscreve uma estrela jesuítica de seis pontas. A segunda sigla, que também se destaca pelo seu comprimento em relação a todas as outras, realça um trabalho delicado face à sua meticulosidade na repetição e esculpido dos elementos. A figura é composta de quatro circunferências, colocadas em linha horizontal, centradas pelos vértices de três losângulos (Figs. 4.9-4.10).

As marcas gliptográficas espalhadas pelos silhares que constituem os cunhais góticos da capela-mor da Igreja do Convento de Nossa Senhora das Virtudes, bem como o portal e nicho, com emolduramento daquela mesma época estilística, determinam a antiguidade do espaço eucarístico.

Apresentamos como hipótese que a primitiva igreja ou capela se resumia ao espaço que, hoje, circunscreve a capela-mor, portanto, desde a cabeceira até ao arco-triunfal (Fig. 4.11/Séc. XV).

Como elementos estruturais foram erguidos primeiramente quatro cunhais e, mais tarde, um quinto para apoio do alargamento da parede do alçado sul da capela (Fig. 4.12). Como se observa na última figura, há um silhar que parece ter pertencido a outro local e, portanto, ao ser colocado ali significa tratar-se de um aproveitamento da pedra ou uma reposição.

Actualmente, face à degradação do reboco e com o avançado estado de destruição do material, está bastante explícito que o corpo da capela-mor pertenceu a uma construção

distinta do da nave da igreja, tratando-se esta de um acréscimo tardio, como se prova pelo encosto da parede que ladeia o arco triunfal (Figs. 4.13-4.14-4.15).

Relativamente ao altar-mor e à sua actual posição, já foram referidos alguns itens que nos dão a certeza que aquela não foi sempre a sua configuração. Atentemos para alguns desses pontos:

- Vãos entaipados;
- Fosso defronte ao pequeno portal gótico;
- Janela no alçado nascente.

Mais tarde, presumimos, devido à necessidade de reparar o que o terramoto de 1620 destruíra, foram feitas algumas inovações:

- Colocação de talha dourada no altar, o que provocou o encerramento da janela e altares;
- Abertura do janelão no alçado sul;
- Elevação do altar-mor.

Os trabalhos arqueológicos iniciados em Junho de 1993 e realizados na capela-mor, puseram a descoberto uma pequena parte de um pavimento sob o altar-mor (Fig. 3.12). Conforme se pode observar na figura 4.16 existem vários tipos de pavimentos subterrâneos, inclusivamente azulejares. Cremos que a primeira capela tenha tido aquele tipo de pavimento e se desenvolvesse num único piso.

Lembrando ainda a janela voltada a nascente, para iluminação do espaço, e as remotas celebrações eucarísticas que eram realizadas, pelo religioso, de costas para os fiéis e de frente para nascente, onde simbolicamente estava Jerusalém, compreende-se e aceita-se uma primeira capela de um único pavimento nivelado e com o altar fixo na parede da cabeceira.

Outro aspecto interessante, mas que o colocamos meramente como hipótese, é a localização das lápides tumulares. Pode-se supor que os enterramentos foram efectuados no lado exterior da primitiva Igreja, junto à sua entrada principal. Esta localizar-se ia a poente, onde se encontra, hoje, o arco triunfal. Estando as lápides datadas da época seiscentista, o facto não nos deixa sair do campo hipotético, porque àquela altura já algumas modificações e acréscimos tinham sido realizados na igreja das Virtudes.

Elementos arquitectónicos e construtivos encontrados na pequena capela, a sul da igreja, atestam a sua antiguidade, provavelmente do primeiro quartel do século XVI. Verifiquemos alguns deles:

- No interior
- pequena porta gótica no alçado nascente (Fig. 4.17);
 - estilo arquitectónico da primeira fase de construção (Fig. 4.18);
 - algumas lajes de pedra que revestem o pavimento (Fig. 4.19);
 - patamar, junto ao pequeno portal, revestido a mosaico e dois azulejos numa parte do espelho (Figs. 4.20-4.17).
- No exterior
- seteira, na parede voltada a sul;
 - cunhais e embasamento de pedra;
 - gárgulas (Fig. 4.21).

A pedra tumular mais antiga é a de D. Fernando de Noronha, datada de 1509. É a única pedra brazonada em virtude da origem nobre de D. Fernando e os factos levam a crer que a construção da capela tenha sido custeada pelo próprio. Supõe-se, assim, uma primeira função de capela murtuária.

A protecção deste tipo de capelas era feita através de um gradeamento em ferro. Deixava ver o seu interior, mas protegia-o dos intrusos. A testemunhar esta existência, junto das impostas do pequeno arco triunfal existem dois orificios, um de cada lado, próprios para a fixação dos gonzos do gradeamento (Fig. 4.22).

O modo como é feita a entrada de luz no compartimento, mantendo-o na penumbra, é típico neste tipo de capelas. Simbolicamente, os espaços sombrios lembram o silêncio do descanso eterno, encontrado na última morada.

O terramoto de 26 de Janeiro de 1531 teve bastantes repercussões na Azambuja e zonas limítrofes, como se pode constatar no documento *Vite Cristi* (A.N.T.T.), volumes II e III, páginas 418 e 871, respectivamente.²¹ É provável que nesta ocasião tenham sido feitas reparações no Convento e, então, de alguma forma terem melhorado a capela, nomeadamente a construção do corredor que faz a sua ligação à capela-mor. Nesta fase é possível que a sua função tenha sido alterada, senão, porquê a sua ligação à capela-mor? (Fig. 4.11).

O arco-triunfal marca o triunfo do cristianismo no espaço romano e, na arquitectura religiosa, aparece sempre como elemento de ligação da capela-mor com as naves. O arco está inserido na parede que encosta à capela-mor e determina a largura do corpo da nave até à sua frontaria. O estilo renascença deste arco e a sua tipologia indicam-nos, também, o início de

²¹ SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O Terramoto do primeiro de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, Vol. II, Lisboa, 1928, p. 18.

uma determinada fase de construção da Igreja. Designamo-la como a segunda fase, em virtude do seu arquétipo nos dar a certeza que se trata da última intervenção nesta Igreja.

Na nave, a tipologia dos vãos que foram abertos, a disparidade nas suas dimensões, o aparecimento do púlpito, o coro alto, este já inexistente, o frontão triangular no alçado principal, este ornado com volutas barrocas, são componentes que indiciam um estilo tardio e obviamente resultado de uma construção posterior à da capela-mor (Figs. 4.23-4.24). Estes aspectos poderão também indiciar que tenha havido deslocação de certos materiais de construção, não só do próprio Convento como vindos de outros edifícios. Levanta-se esta hipótese relativamente ao portal gótico, no alçado norte e às duas bacias cravadas na parede (Figs. 3.19-3.26-3.34).

Insera-se nesta continuidade da obra o prolongamento da capela, a sul. É uma construção simples, desprovida de qualquer ornamento, que, estando encostada à nave, pensamos que tenha surgido, inicialmente, apenas como ligação entre aquela e a primeira parte da capela.

Aplicamos ao Convento de Nossa Senhora das Virtudes o que escreve Pedro Dias, numa passagem do seu texto sobre *O Espaço do Gótico Português*:

*"A esmagadora maioria das igrejas, conventos, edifícios públicos trecentistas e quatrocentistas e moradas desapareceram, destruídos pelos abalos sísmicos e pelas investidas dos corsários, ou foram substituídos por outros mais conformes ao gosto que ia mudando. [...] normalmente encontramos apenas algumas capelas secundárias ou portais góticos e manuelinos englobados em construções barrocas."*²²

A Igreja de Nossa Senhora das Virtudes apresenta elementos arquitectónicos característicos de diferentes épocas, o gótico, manuelino, renascimento e barroco. Assim e essencialmente porque estes testemunhos se encontram dispersos pelo espaço, é difícil de organizar uma cronologia exacta das várias intervenções construtivas. Não se encontrou apoio documental nem gráfico e parte do que foi escrito entra no campo da hipótese, pois a igreja que nos é dada observar suscita várias leituras, não no aspecto global mas em aspectos particulares.

Após a apreciação anteriormente elaborada, resumimos as presumíveis fases por que passou a Igreja. Apresentamos os seguintes pontos principais:

²² DIAS, Pedro, *Ob. Cit.*, p. 28.

- Capela-mor.....
- início do século XV - primitiva igreja com um único piso;
 - século XVII - sobreelevação do altar-mor, alargamento da parede sul e abertura do janelão;
 - século XVII/XVIII - colocação de talha dourada e azulejos.
- Nave.....
- século XVI - arco-triunfal e portal principal;
 - século XVII - existência do coro alto sobre o portal principal, com acesso à parte norte do Convento.
- Capela lateral à Igreja...
- século XV - pavimento em lajes de pedra, portal gótico e azulejos;
 - século XVI - provável remodelação após o terramoto de 1531 - abóbada de cruzaria de ogivas, arco de volta perfeita cunhais exteriores e gárgulas;
 - século XVII - sala adicionada à capela com cobertura em abóbada de berço e o parapeito superior.

4.3 ESPAÇO E EURITMIA

A arquitectura religiosa medieval tem como princípio metodológico uma estrutura modular ortogonal, tendo esta como elemento básico dimensional o módulo. Este origina uma grelha ortogonal que regula todas as dimensões essenciais do monumento por adição ou fraccionamento simples da sua unidade geométrica básica, produzindo uma organização euritmica da área edificada. Esta é, muito sucintamente, a teoria proporcional de modulação *ad quadratum*, utilizada sobretudo, e desde sempre, na arquitectura cisterciense. Outras ordens religiosas utilizaram também estas regras de construção.

A unidade fundamental das medidas de comprimento adoptada na arquitectura europeia foi o pé. A partir do século XIX oficializou-se o sistema métrico decimal. Em Portugal, as medidas lineares mais utilizadas foram o pé romano e o pé real, equivalentes, sensivelmente, a 0,296m e 0,325m respectivamente. Com a medida do pé, seus múltiplos e submúltiplos, obtêm-se todas as medidas que se verificam nos edifícios religiosos medievais.

Elaborou-se um estudo, baseado na regra *ad quadratum*, tendo como objectivo a procura do módulo utilizado na construção deste monumento. A grelha ortogonal a que chegámos está representada nas figuras 4.11-4.23-4.24.

Apresenta-se-nos, no entanto, a dificuldade em estabelecer uma concordância ou regularidade constante entre as partes. Facto devido às alterações do edifício, eventualmente a irregularidade no assentamento das paredes e pela falta de verticalidade e desvios sofridos pelos seus paramentos.

Pela retícula desenhada observa-se uma certa orientação baseada em linhas reguladoras do espaço, criando uma simetria nos elementos. Temos, como exemplo, uma linha imaginária transversal à capela-mor, que passa pelo eixo da porta que foi entaipada, atravessa o pequeno portal gótico e termina no vão que se insinua no muro exterior (Fig. 4.11/PLANTA). A espessura das paredes, por sua vez, também se dimensionam pela medida de 1 módulo ou $\frac{1}{2}$ módulo (Fig. 4.23). O módulo foi considerado como uma quadrícula de lado igual a 1,0328571m.

A tabela que se segue, para além de nos dar a conhecer algumas medidas principais do monumento, informa-nos quanta discrepância existe nas dimensões das suas paredes:

ABSIDE	
Comprimento do alçado norte	13,11m
Comprimento do alçado sul	12,85m
Largura da parede nascente (int.)	6,00m
Largura junto ao arco triunfal (int.)	6,15m
Largura exterior c/acrescento	7,70m
NAVE	
Comprimento do alçado norte	15,25m
Comprimento do alçado sul	15,35m
Largura (int.)	8,12m
Largura (ext.)	9,75m
ALÇADO PRINCIPAL	
Altura	(±)11,10m
Altura do frontão	3,05m
CAPELA LATERAL	
Comprimento total (int.)	9m
Largura (int.)	4,5m
Altura aprox. até fecho da abóbada	5,61m
Altura aprox. da abóbada de berço	5.35m



1



2

Fig. 4.1 – 1- Mosteiro de N. S. da Vitória (Batalha). Agosto, 1996. Portal, interior, da nave da Igreja.

2 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Maio, 1996. Portal principal, no alçado poente.

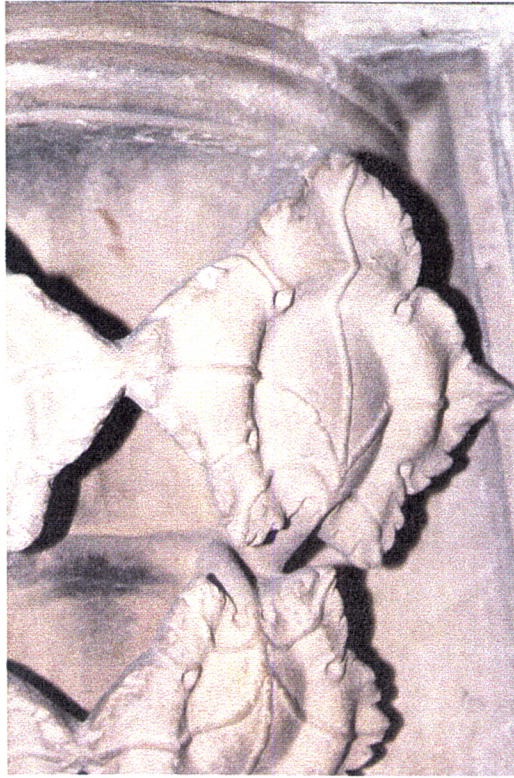


Fig. 4.2 – Mosteiro de N. S. da Vitória (Batalha). Agosto, 1996. Capitel vegetalista.



Fig. 4.3 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1995. Capitel vegetalista do portal principal.



1



2

Fig. 4.4 – 1- Mosteiro de N. S. da Vitória (Batalha).
Agosto, 1996.

2 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes
(Azambuja). Maio, 1996.

Tipologia dos chanfros esculpidos nas aduelas.

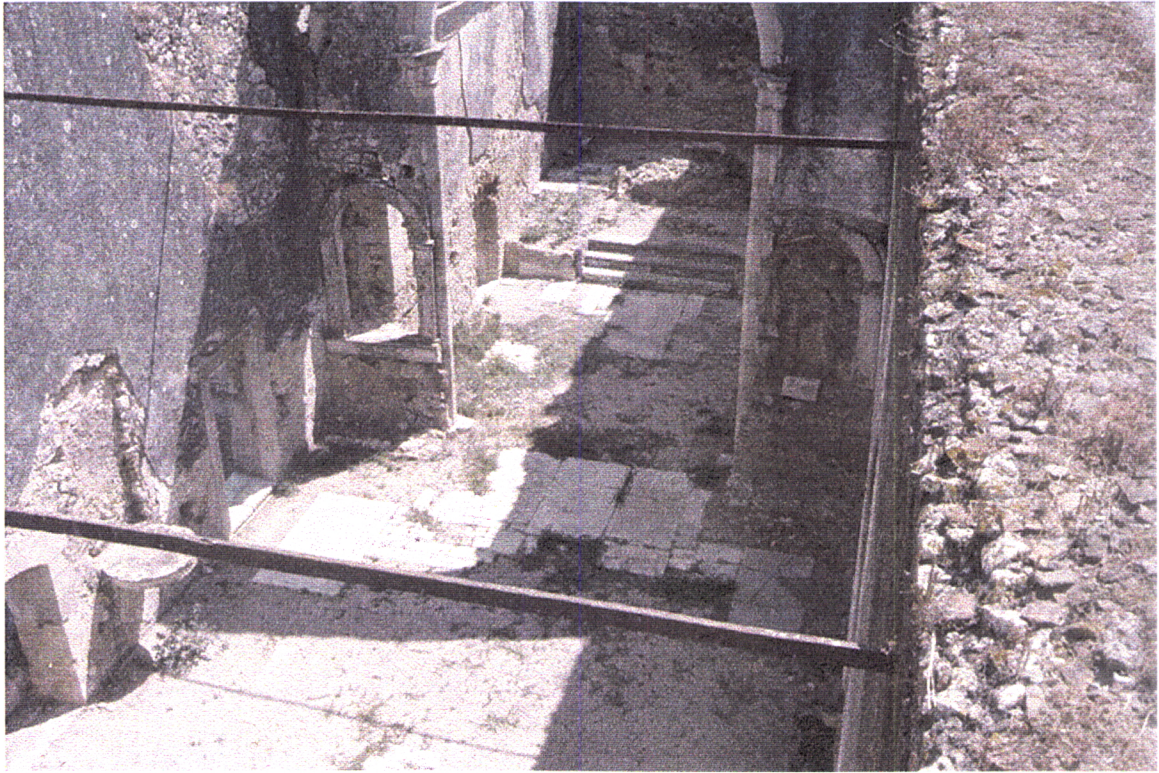


Fig. 4.5 – Interior da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1996. Vista geral da colocação das lápides tumulares sobre o pavimento.

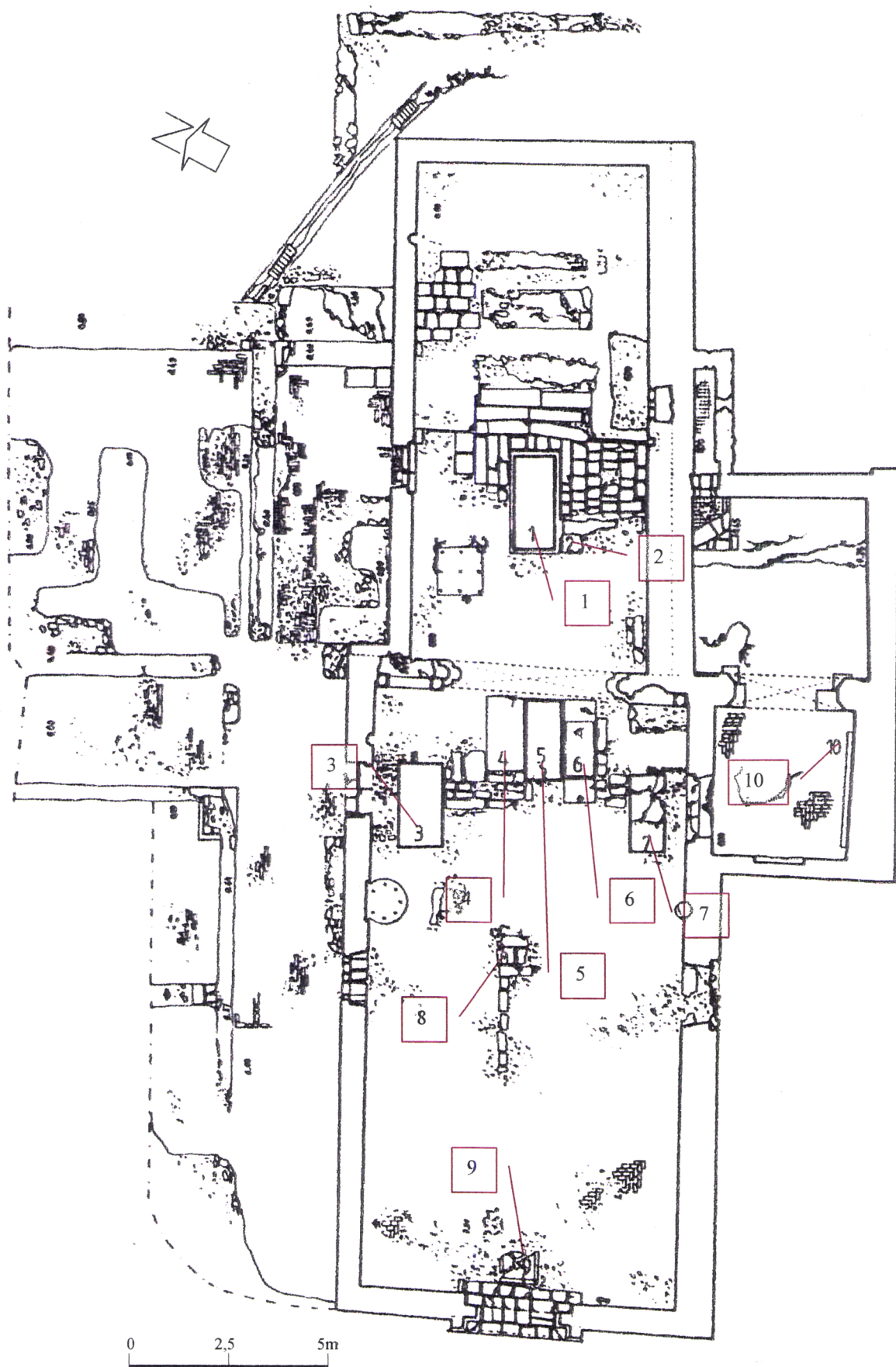
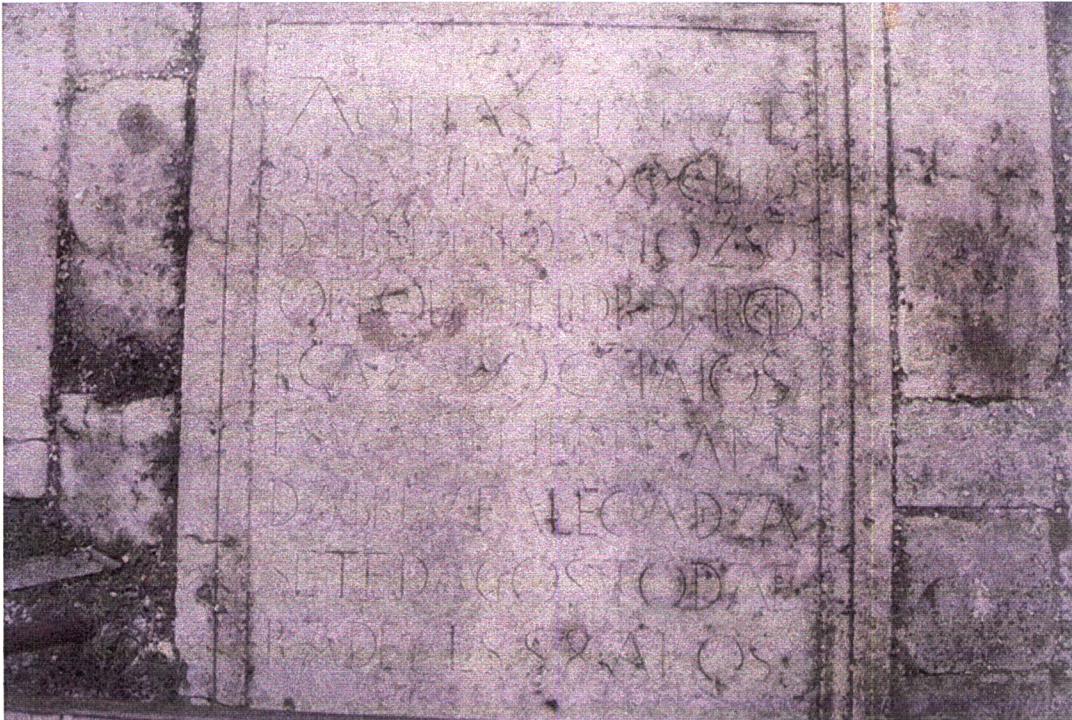


Fig. 4.6 - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Planta do piso térreo com a indicação numérica das lápides existentes.



LÁPIDE 1
 Agosto, 1997

Inscrição na pedra:

AQUI JAZ MANUEL
 DE SAMPAIO DE COELHO
 DE D. JOÃO DE D. JOÃO
 QUE FOI HERDEIRO DO MORGADO
 DA CASA DOS CAPAIOS
 E SUA MULHER DONA
 MARIA DE ABREU E FALLEceu
 A 17 DE AGOSTO DA ERA
 DE 1558 ANOS

Leitura efectuada:

Aqui jaz Manuel
 de Sampaio Coelho
 D'El Rei D. ?
 Que foi herdeiro ? de ? morgado
 e casado ?
 e sua mulher Dona ?
 ? faleceu a 17
 de Agosto da era de 1558

Augusto Marques Pinto informa tratar-se de uma pedra tumular da época de D. Sebastião, cuja inscrição com palavras abreviadas e letras geminadas diz: “Aqui jaz Manuel Sampaio de Coelho (ou do Conselho ?) de D. João ??? que foi herdeiro do Morgado da Casa dos Capaios (Sampaaios) e de sua mulher D. Maria de Abreu e faleceu a 17-8-558.” Diz-nos, ainda, que na Torre do Tombo e no Índice da Chancelaria de D. João III - comuns - , consta a doação da terra junta ao Convento das Virtudes a Manuel Sampaio - Liv. 66, p. 135v.

Fig. 4.6A - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Lápide tumular no pavimento da Capela-mor.



LÁPIDE 2
 Agosto, 1997

Inscrição na pedra:
 (letra gótica no início da pedra)

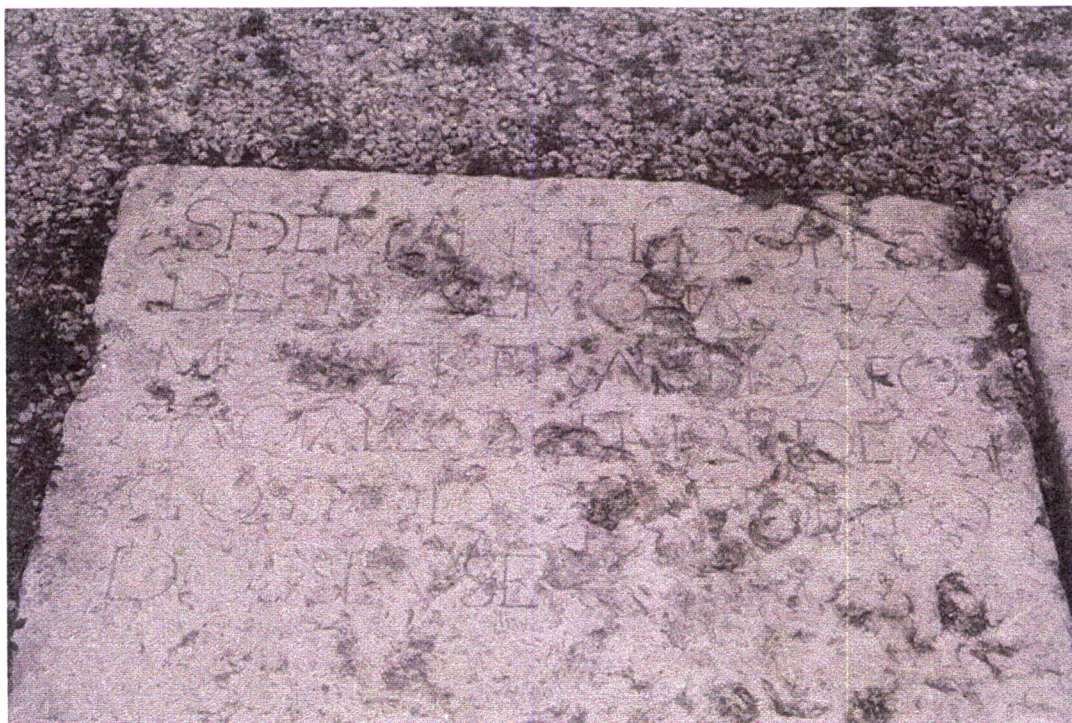
A
 S D ANTONIO
 PESOA E D SV
 E RAN
 OS
 IECEO
 I G O G
 E S

Leitura efectuada:

... De António
 Pessoa e de sua
 ...
 faleceu
 1606

Os dois tipos de letras gravadas, indiciam tratar-se de uma pedra que foi reaproveitada para uma segunda inscrição.

Fig. 4.6B - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Lápide tumular no pavimento da Capela-mor.



LÁPIDE 4
Agosto, 1997

Inscrição na pedra:

A
S DE MANOEL DOBLES
S DELM U - MO - ASS VA
MOLHER FRAL BDA FOR
TAQ FALECE EM R DE A
GOSTO D F DE 7 O
DOSSL \ SE ~ S

Leitura efectuada:

A
... de Manuel Dobles
de Lima ? sua
mulher ?
que faleceu
Agosto
1669 ? 1667 ?

Augusto Marques Pinto faz a seguinte leitura: “Manuel Dobles de Lima e mo? as de sua mulher Francisca ? que faleceu a 21 de Agosto de 67? E de todos os seus herdeiros.”

Fig. 4.6C - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Lápide tumular no pavimento da nave da Igreja.



LÁPIDE 5
Agosto, 1997

Inscrição na pedra:

A
S D T ANA C M E L A
P M O L H E R Q U E F O I D E
B A S T I A M B O R I E S
D E S V S A E D S E
H R F A L E C E O A
A T F E Z E S J A N R

Leitura efectuada:

A
... Ana Camela
mulher que foi de
Sebastião Borges de Sousa
e ? faleceu a
13 de Janeiro
1869

Augusto Marques Pinto faz a seguinte leitura: “Sepultura de Ana Camela mulher que foi de Sebastião Borges de Sousa e de seus herdeiros. Faleceu a 13 de Janeiro de 1669.”

Fig. 4.6D - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Lápide tumular no pavimento da nave da Igreja.



LÁPIDE 6
Agosto, 1997

Inscrição na pedra:

A
S^a DE ALVARO
DE ARAUJO E DE
SEUS HERDEI
ROS
1667

Leitura efectuada:

A
... De Álvaro
de Araújo e de
seus herdeiros
1667

Augusto Marques Pinto faz a seguinte leitura: “Sepultura de Álvaro de Araújo e de seus herdeiros - 1667.”

Fig. 4.6E - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Lápide tumular no pavimento da nave da Igreja.



LÁPIDE 7
Agosto, 1997

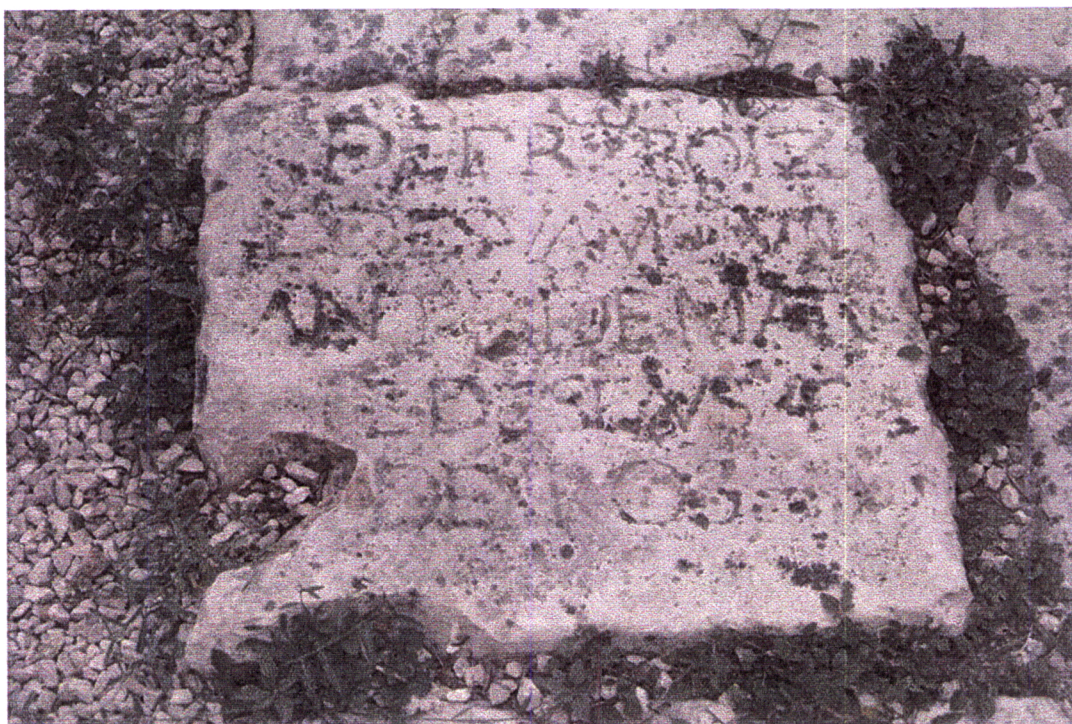
Inscrição na pedra:

ESTACAPELAESE
 I / LTVRAHE D MA
 MOEL R I D ROMO
 ARAFO
 PITAME
 SINDICOES
 DSVAMOLHER E
 BARBAEHERD

Leitura efectuada:

Esta capela
 sepultura de
 Manuel Ribeiro?
 ?
 de sua mulher
 Barba e herdeiros

Fig. 4.6F - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Lápide tumular no pavimento da nave da Igreja.



LÁPIDE 8
Agosto, 1997

Inscrição na pedra:

S DEFR[♀] ROIZ
E DE SVA M^{ER} VV
ANTE DEM ATX
E DE SEVS F
DE ROS

Leitura efectuada:

? de Francisco Roiz
e de sua mulher?
?
e de seus filhos ?
herdeiros

Fig. 4.6G - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Lápide tumular no pavimento da nave da Igreja.



LÁPIDE 10
Agosto, 1997

Inscrição na pedra:
(ilegível)

Leitura efectuada:

Pedra sepulcral armoriada de D. Fernando de Noronha.
Epígrafe:

“Aqui jáz D. Fernando de Noronha, bisneto d’ElRei D. Fernando de Portugal, & d’ElRei D. Henrique de Castela; & D. Constança de Castro sua molher; & alguns de seus filhos, & netos. O qual falecêo na Era de 1509.”

Frei Manuel da Esperança informa, ainda, que D. Fernando “*Entrou nesta descendência Real pela parte de seu pai D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa, que nasceu dos Condes de Gijon D. Afonso filho de ElRe de Castela, e D. Isabel filha de ElRei de Portugal. Foi Governador da Casa da excelente senhora [...].*”
(ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal*, 2^a. Parte, Lisboa, 1666, Cap. XXVII, p. 588.5)

Fig. 4.6H - Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Lápide tumular que se encontra encostada à parede interior da capela, voltada a sul.

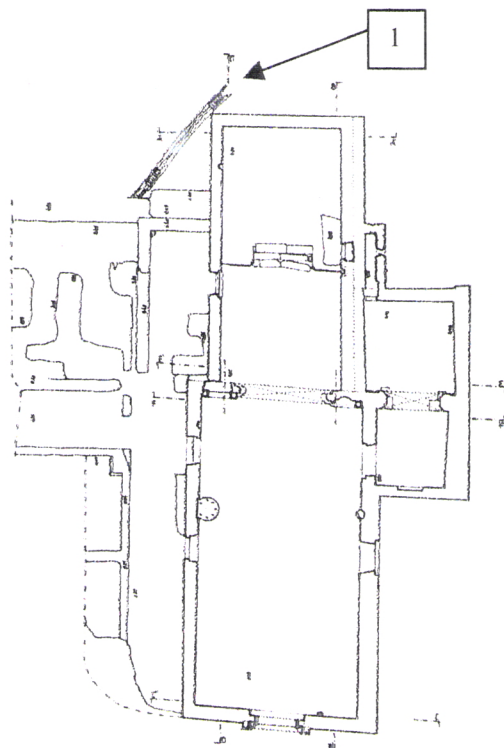


Fig. 4.7 – Alçado nascente da Igreja de N. S. das Virtudes (Azambuja).
1995. Canalização posta a descoberto após as escavações arqueológicas.

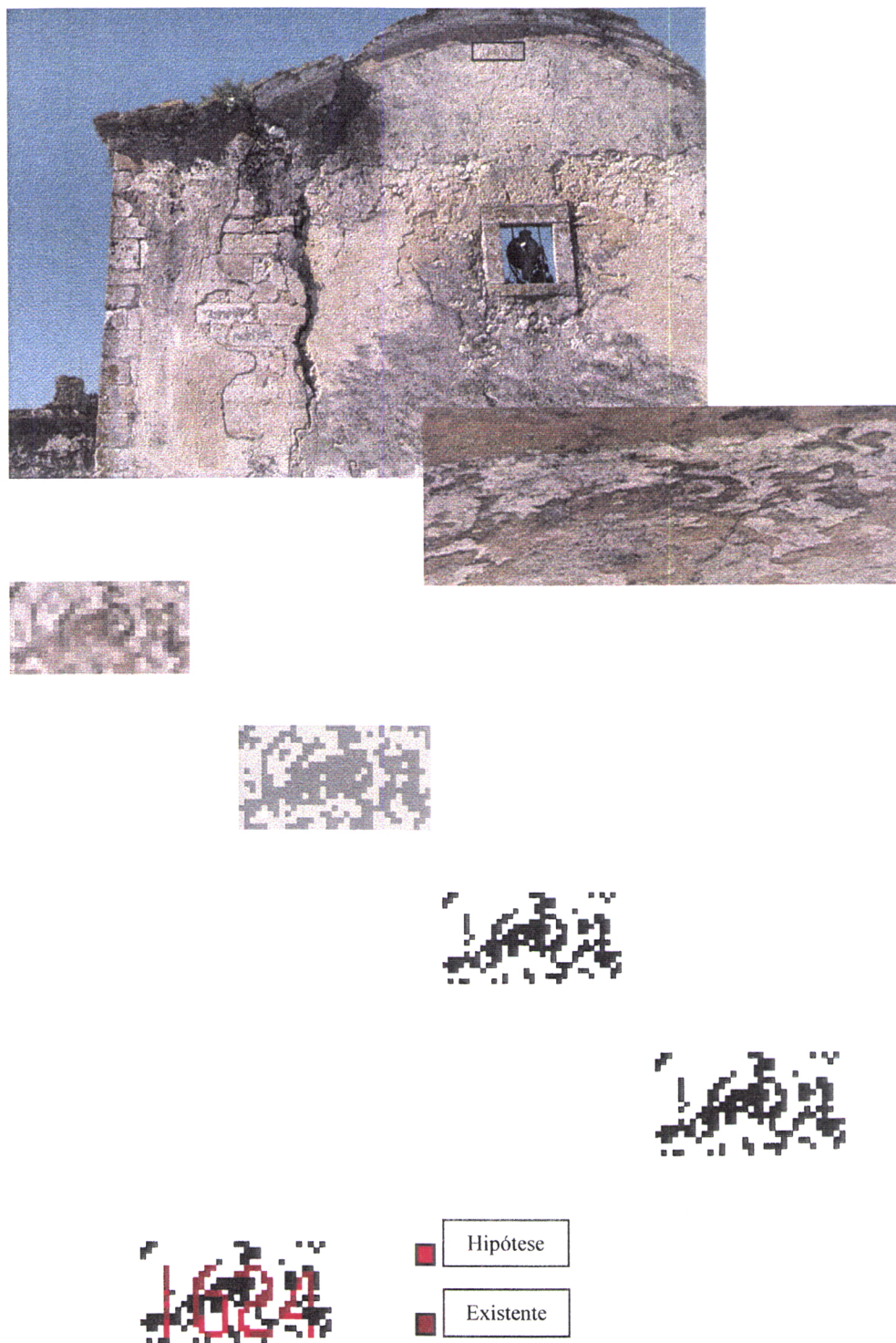


Fig. 4.8 – Inscrição da data no alçado nascente da Igreja das Virtudes. Agosto, 1997. Estudo.



Fig. 4.9 - Igreja do Convento de Nossa Senhora das Virtudes (Azambuja). 1996. Marca gliptográfica.



Fig. 4.10 – Cunhal com várias siglas nos seus silhares. 1996.

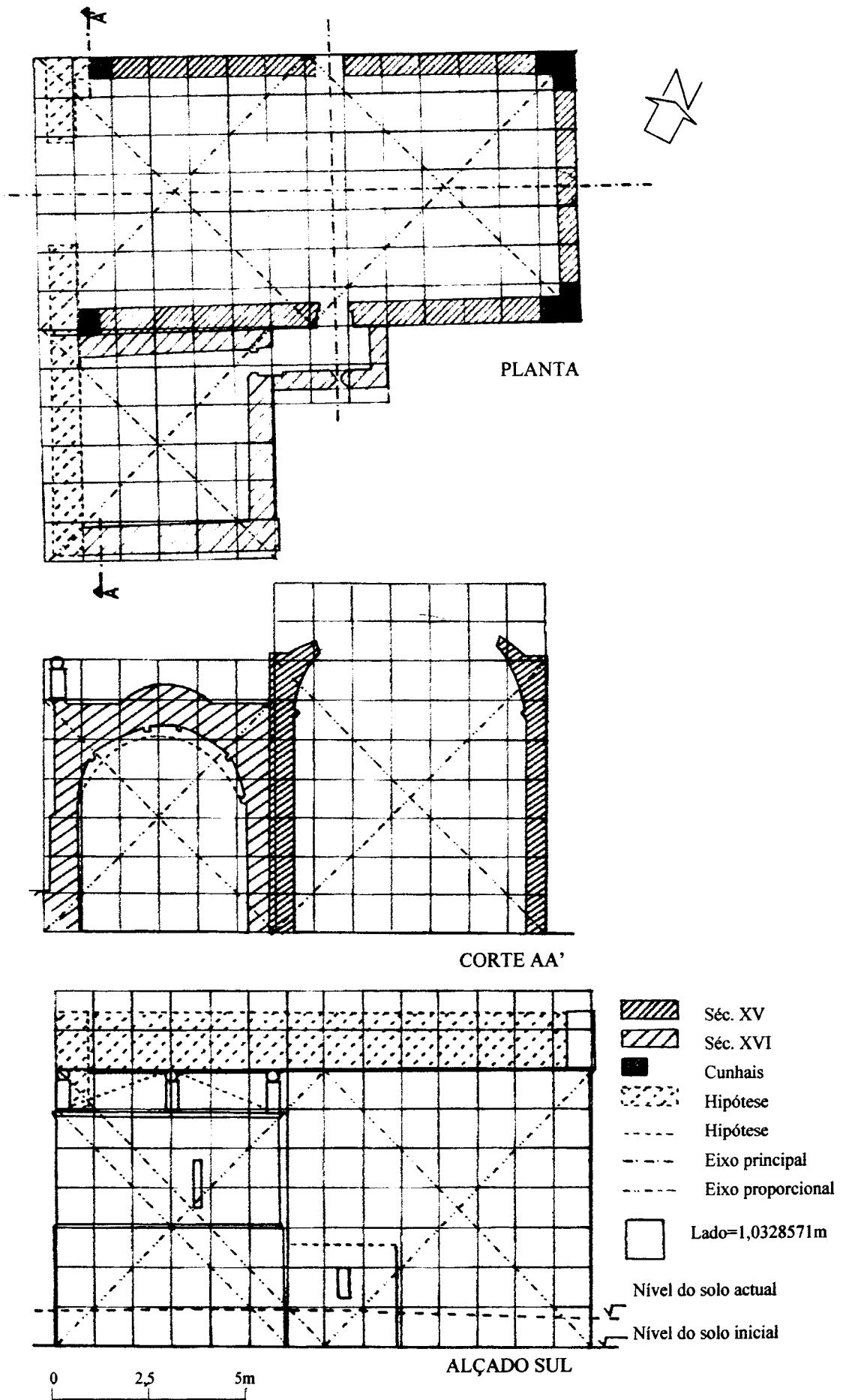


Fig. 4.11 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Hipótese da 1ª fase de construção. Modulação, proporcionalidade.

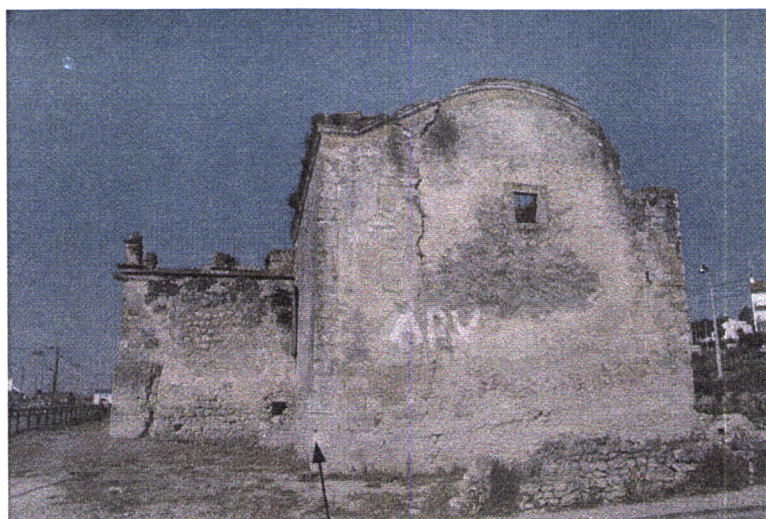


Fig. 4.12 –Observam-se três cunhais no alçado nascente da Igreja das Virtudes (1º plano da fotografia). 1995.

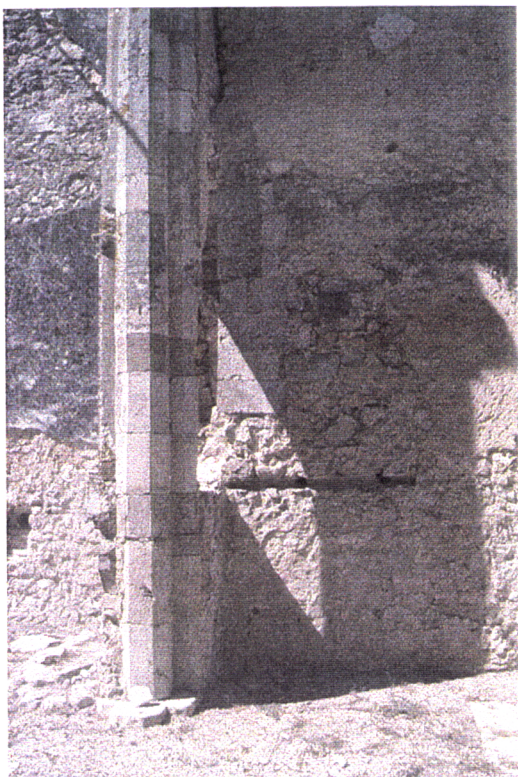


Fig. 4.13 – Interior da Igreja das Virtudes. 1996. Observam-se alguns silhares do cunhal que encosta ao arco triunfal da Igreja (lado norte).



Fig. 4.14 – Exterior da Igreja das Virtudes. 1996. Observação do encosto entre a parede da capela-mor, à esquerda, e a parede da nave, à direita (lado norte).



Fig. 4.15 – Interior da Igreja das Virtudes. 1995. Silhares do cunhal da capela-mor que encosta ao arco triunfal da Igreja (lado sul).

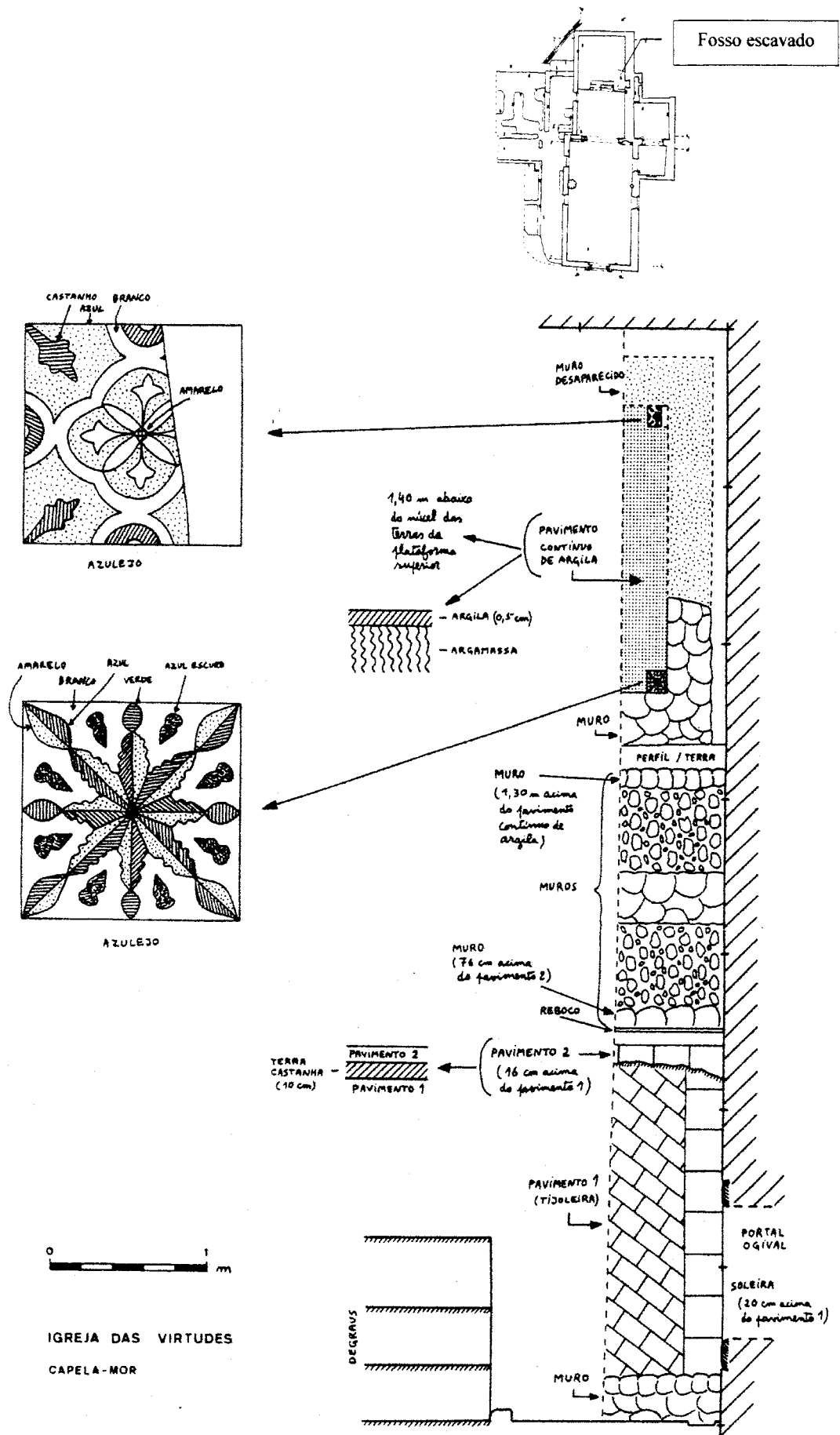


Fig. 4.16 – Desenho do Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados em Junho de 1993. Trabalho do Dr. João Ludgero Marques Gonçalves, arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa.



Fig. 4.17 – Exterior da capela da Igreja das Virtudes. 1996. Vista do portal gótico. No pavimento observa-se a soleira. Em primeiro plano, à esquerda, o muro que circunda o pequeno corredor.

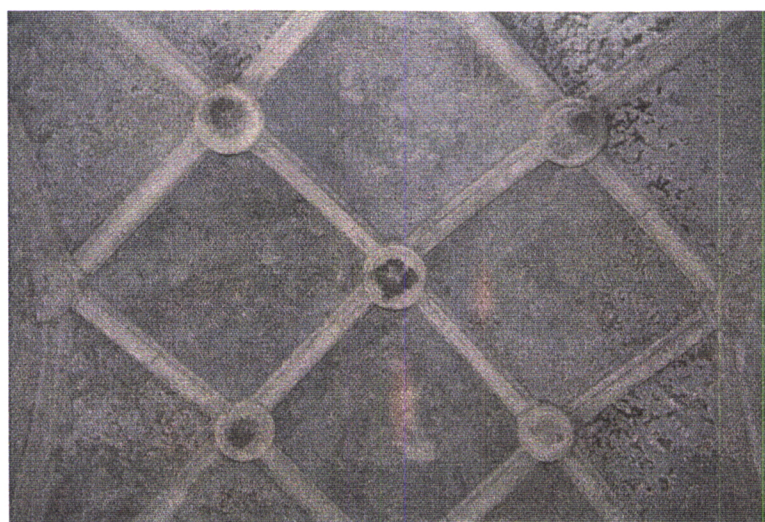


Fig. 4.18 – Interior da capela da Igreja de N. S. das Virtudes. 1996. Tecto em abóbada de cruzaria de ogivas.



Fig. 4.19 – Interior da capela. 1996. Pormenor do patamar elevado, observado nas figs. 4.17 e 4.20.



Fig. 4.20 – Interior da capela. 1996. Na parte direita da fotografia verificamos a existência de um espelho. Este é revestido pelos dois exemplares de azulejos mais antigos, encontrados na Igreja.

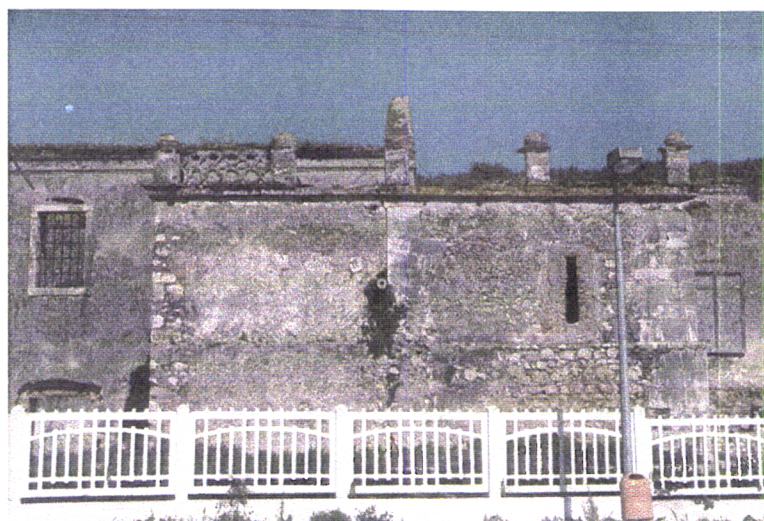


Fig. 4.21 – Capela, voltada a sul, anexa à Igreja das Virtudes, Março, 1996. Elementos construtivos fazem a distinção das duas fases de construção.

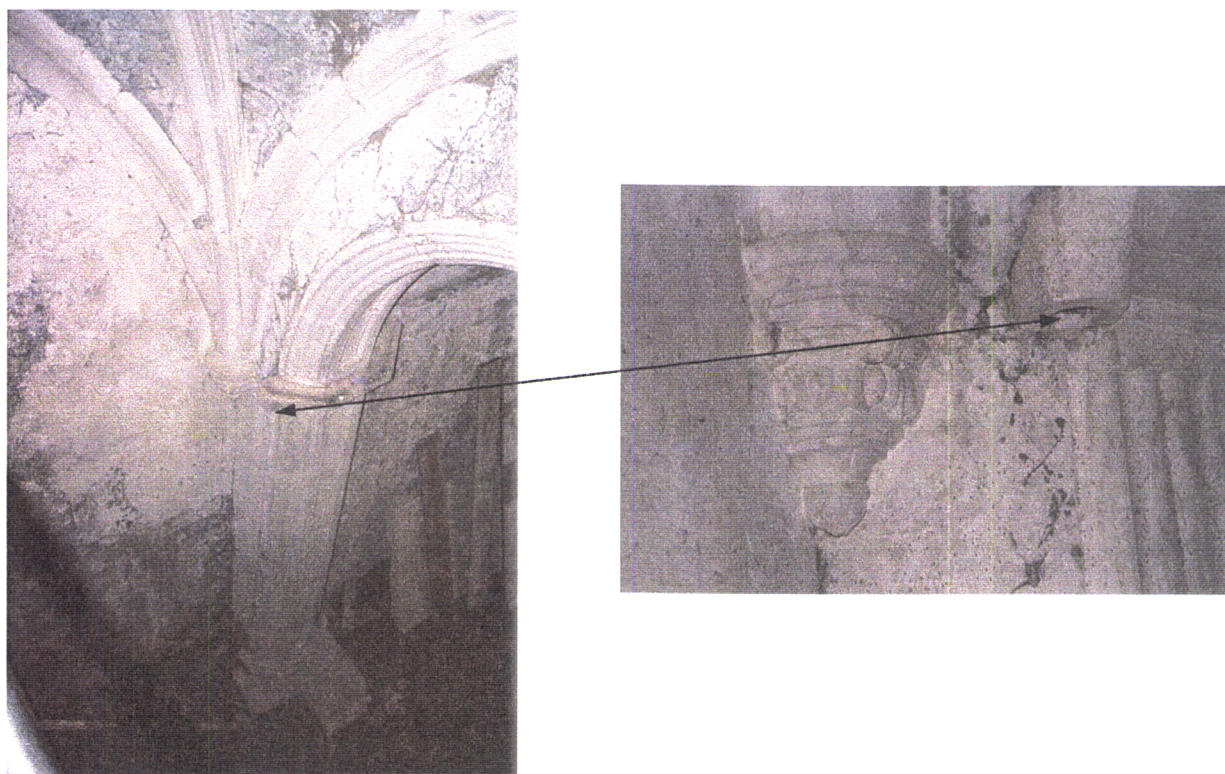


Fig. 4.22 – Interior da capela. Maio, 1996. Orifício, na imposta do arco triunfal, que suportava o gradeamento de protecção, já desaparecido.

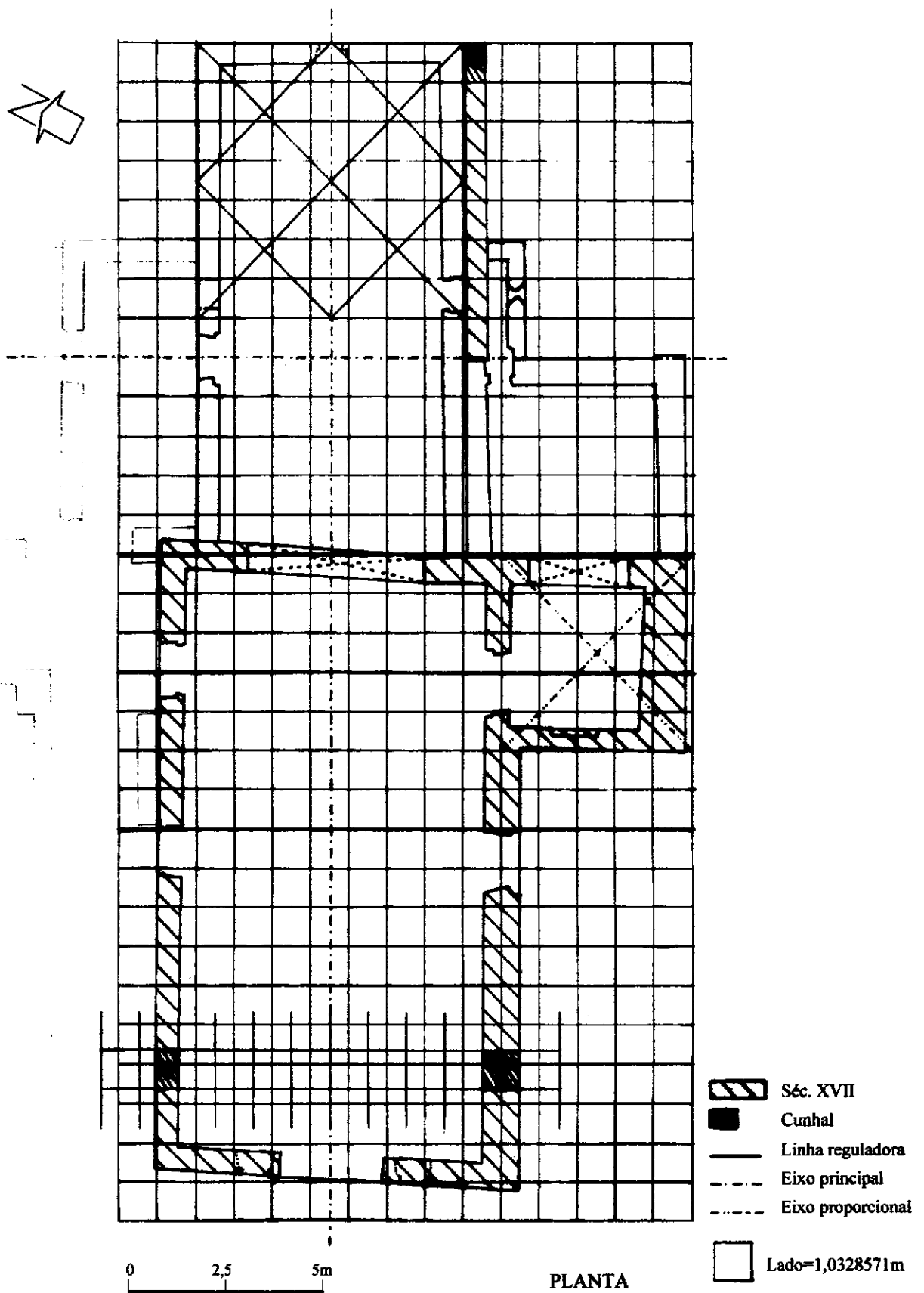


Fig. 4.23 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Hipótese da 2ª fase de construção. Modulação, proporcionalidade.

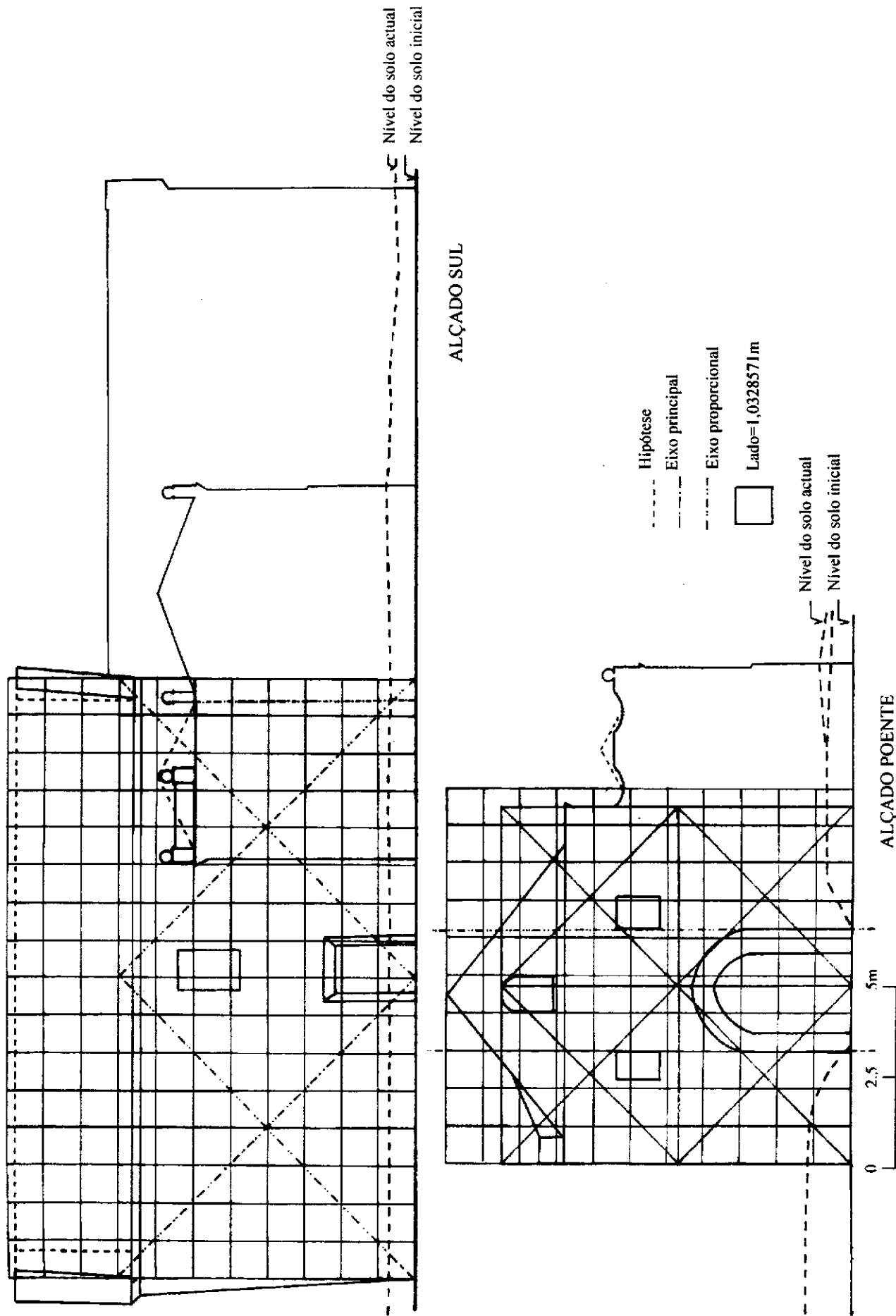


Fig. 4.24 – Igreja do Convento de N. S. das Virtudes (Azambuja). Hipótese da 2ª fase de construção. Modulação, proporcionalidade.

5. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DO SISTEMA CONSTRUTIVO

5.1 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Na localidade e zonas limítrofes onde foi implantado o Convento de N. S. das Virtudes não existe nenhuma unidade de extracção de pedra. Talvez por isto, aliado a outros factores, a aplicação vasta daquele material não tenha sido efectuada de uma forma marcante e imponente, como é o caso do Mosteiro de N. S. da Vitória, na Batalha.

A precaridade dos materiais e a falta de manutenção ao longo dos anos estão intimamente ligados à debilidade que o edifício apresenta. Prova deste facto é o desaparecimento, por completo, do complexo conventual adjacente à Igreja.

A pedra, a cal e a areia, ligados às argamassas e rebocos, os materiais cerâmicos, o ferro e pequenos fragmentos de madeira são os elementos construtivos que ainda é possível observar na Igreja do Convento de N. S. das Virtudes.

Provavelmente, através das valas e também pelo rio Tejo, que correm mais a sul, eram transportados os materiais e outros produtos para abastecimento da região. Para a construção do Convento e sua Igreja é quase certo que tenha chegado, por aquele meio, algum calcário, cal e os materiais cerâmicos.

De seguida passamos a abordar alguns aspectos, relativos àqueles materiais, que achamos mais significativos.

A pedra utilizada na construção da Igreja, apesar de não ser da melhor qualidade, é dos elementos que predominam. Sendo a sua natureza calcária, insere-se no grupo que apresenta menos resistência, ou, melhor dizendo, não se trata de um calcário de dureza superior.

O calcário utilizado é macio e divide-se em dois grupos distintos:

- Calcário oolítico, razoavelmente homogéneo, como pedra de melhor qualidade, utilizada essencialmente nas partes estruturais mais importantes, sujeitas a maiores esforços, como cunhais, arcos, portal principal, ombreiras e vergas que guarnecem alguns vãos (Fig.5.1);
- Calcário também de natureza oolítica que apresenta uma estrutura heterogénea de fácies brechoises. Este facto é verificado pelas concreções minerais cimentadas na pedra que

podem ser desde manchas amareladas a cinzentas escuras (Figs.5.2-5.3). Este tipo de pedra é utilizado na alvenaria das paredes, essencialmente. É aplicado também nos entaipamentos de vãos, possíveis observar nas paredes da Igreja.

Quanto a este último grupo e ao aspecto focado, os nódulos mais ou menos escuros são um defeito deste tipo de pedra, geralmente de origem siliciosa e mais duros que o próprio calcário.¹

As diferenças de tonalidades verificadas nas pedras, inclusivé em algumas aduelas, deve-se à maior ou menor percentagem de argila (Fig. 5.4). Esta característica, que diminuía a qualidade da pedra, fazia com que fosse mais utilizada, como referimos atrás, no enchimento de paramentos, reparações e alterações, como é o caso dos entaipamentos de alguns vãos.

Um dos problemas que atingem os calcários é o facto de resistirem mal à acção dos agentes atmosféricos, principalmente a água, que, aliados à deposição de todo o tipo de sujidades, inclusivé a microflora, favorecem a desagregação e o esboroamento superficial da pedra. Os meios que se podem utilizar para evitar tais malefícios são, por exemplo, a impregnação das pedras com substâncias que as endureçam para que possam resistir melhor às intempéries. Por outro lado, poderá ser aplicado um revestimento impermeável e protector.

Pelo facto das substâncias colocadas serem à base de silicatos, a transformação química produzida, que protege a pedra, adquire o nome de silicatização.²

As pedras que foram aplicadas nos cunhais que enformam alguns paramentos, são de dimensões irregulares. Tratam-se de blocos em que as faces visíveis têm formas rectangulares ou quadrangulares, cujas arestas diferem de bloco para bloco.

A exemplo, apresentamos uma tabela com algumas medidas tiradas a alguns silhares constituintes dos cunhais da Igreja do Convento de N. S. das Virtudes:

ALÇADO NASCENTE	
Igreja:	
Cunhal lateral direito	40x20x65 cm 50x25x14 cm 55x28x25 cm
Cunhal lateral esquerdo	30x30x55 cm 38x33x57 cm 54x32x34 cm 62x37x31 cm
Capela:	

¹ SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Materiais de Construção*, Lisboa, s.d., p.47.

² IBIDEM, p.65.

	19x38x75 cm 22x35x47 cm 48x39x22 cm 53x35x24 cm
ALÇADO POENTE	
Igreja:	
Cunhal lateral direito	24x27x70 cm 57x27x35 cm 65x25x35 cm
Cunhal lateral esquerdo	25x30x55 cm 38x27x49 cm 70x24x28 cm

A cal, fabricada a partir da decomposição do carbonato de cálcio existente no calcário, e a areia são os dois componentes utilizados como ligantes nas argamassas e rebocos aplicados.

A argamassa é um elemento importante na construção das alvenarias, no entanto a sua capacidade de ligação e durabilidade varia consoante a granulometria da sílica e o seu doseamento na mistura da cal.

Areias mais ou menos grossas é o que resta das argamassas encontradas nas paredes da Igreja. Analisámos, à vista desarmada, uma amostra de reboco onde se verificava a desagregação dos grãos de areia. Alguns, face às suas dimensões podem designar-se de gravilha. Com formas ovóides, os grãos chegam a atingir os 0,017m, medidos no seu eixo longitudinal e 0,013m, no eixo transversal.

Estas argamassas de cal, com o tempo, perdem a sua coesão dando lugar a areias que, por sua vez, são transportadas pelos ventos e chuvas, ficando desta forma debilitada a integridade da estrutura. Sendo este composto aplicado no assentamento dos blocos de pedra, ou tijolo, e no preenchimento dos espaços vazios entre eles, torna-se, assim, responsável pela construção de uma alvenaria estável e impermeável à água da chuva.

No grupo dos materiais cerâmicos aparece o tijolo artesanal, as tijoleiras, a telha de canudo e os azulejos.

O tijolo artesanal é utilizado como elemento estrutural em alguns vãos e, partido em fragmentos juntamente com pedras, no enchimento de paredes e entaipamentos. Aplica-se também na construção das abóbadas, cornijas e no varandim da capela anexa à Igreja (Figs. 5.5-4.21).

A tijoleira é aplicada nos pavimentos, tanto no interior da Igreja e capela, como no exterior, na zona onde se desenvolviam as dependências do convento. Este último facto só observado depois de efectuados alguns trabalhos arqueológicos que tiveram esse propósito (Fig. 5.6). Esta cerâmica apresenta diversas tonalidades, desde o vermelho vivo à cor mais clara, sendo mesmo esbranquiçada, dependendo do teor de óxido de ferro que lhe é aplicada (Fig. 5.7).

A telha de canudo tradicional é visível nos beirados que aparecem no topo das paredes voltadas a sul (Fig. 5.8).

Os azulejos são observados, alguns mutilados e em espaços descontínuos, principalmente em frisos sob as cornijas da capela-mor, nos espelhos dos degraus e no murete de suporte ao altar-mor (Figs. 5.9-5.10).

Alguns fragmentos que são visíveis no janelão, aberto para o altar-mor, são prova que todo o seu enxalço era revestido por azulejos com motivos florais e policromia predominantemente azul. O patamar que antecede o portal gótico, situado na pequena capela, está também revestido por azulejos. Existem, no entanto, dois fragmentos que pela sua cor, desenho e manufactura se distinguem de todos os outros. Este revestimento, estamos em crer, que se tratou de um aproveitamento de material. Não há vestígios de uma continuidade na sua aplicação neste espaço e as suas características não são apropriadas a pavimento (Figs. 4.20-5.11-5.12). Este tipo de azulejo era já muito conhecido em Espanha no século XVI e o seu fabrico utilizava a técnica de aresta, também chamada de relevo ou cuenca.³ Também Fortunato de Almeida nos diz que naquele século já havia sido introduzida a ornamentação vegetal no azulejo e que predominavam as cores azul, verde, roxo escuro e amarelo.⁴

O ferro aparece no gradeamento dos janelões, nos tirantes existentes na parte superior das paredes da nave e como elemento de suporte e ligação (Fig. 5.13). É também utilizado no interior das paredes para lhes ligar outros elementos construtivos. Apresentamos, a exemplo, o tirante situado na parede do alçado principal. Este tinha como função suportar os vigamentos de madeira, onde foi assente o pavimento do coro alto (Figs. 3.30-3.42). Também para fixação de aros de madeira e silhares observamos exemplos neste edifício (Fig. 5.14).

³ V. ANEXO VI, pp. 286-287.

⁴ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. dirigida por Damião Peres, vol. II, Porto, 1968, p.483.

A madeira que ainda se observa nesta Igreja são apenas três pedaços apodrecidos que testemunham a sua utilização. Permanecem dois pedaços a constituir parte da verga da janela, no alçado nascente, da capela-mor e também num dos orifícios da parede do alçado norte da nave. Nestas cavidades encastoavam os barrotes de madeira que suportavam o pavimento do segundo piso, como, oportunamente, fizemos referência (Fig. 5.15).

Esta matéria prima foi, sem sombra de dúvida, a única extraída no local da construção, devido à existência do pinhal.

5.2 ANÁLISE DO SISTEMA CONSTRUTIVO

A abordagem ao sistema construtivo refere apenas ao que é visível actualmente e face ao estado de ruína do monumento. Essa verificação é facilitada por se poder observar o interior de paredes e grande parte de alguns vãos.

O deplorável estado de abandono que sofre o edifício, por incoerente que possa parecer, beneficiou-o no aspecto de não ter sofrido qualquer tipo de alteração estranha à sua arquitectura.

Facilmente encontramos edifícios históricos em que lhes foram incorporadas peças em betão armado ou anexas outras construções estranhas, tentando de qualquer forma conservar ou reabilitá-los. No nosso caso não houve este tipo de intervenção e, por conseguinte, nenhuma alteração ao sistema construtivo original.

5.2.1 ELEMENTOS ESTRUTURAIS

5.2.1.1 FUNDAÇÕES

Segundo opinião do Dr. G. Zbyszewski, autor de algumas cartas geológicas da região, e que nos foi transmitida verbalmente em Julho de 1996, é que a constituição geológica dos terrenos onde foi implantado o Convento de Nossa Senhora das Virtudes é de natureza calcária, porém, não da melhor qualidade para a construção civil. A maioria dos solos da região pertencem ao Terciário. Apresentam manchas calcárias de fraca resistência, como por

exemplo na Lapa, Vale do Paraíso, que se estende até Aveiras de Baixo, Serra de Monte Redondo, mais afastada, e a norte o distrito de Santarém.

Pela carta geológica de Coruche certificamo-nos que o solo das Virtudes é rico em areias de aluviões, que se apresentam a sul estendendo-se até ao rio Tejo. Misturam-se com materiais sedimentares, como o grés e as argilas, que se espalham por todo o concelho da Azambuja (Fig. 5.16). Esta composição de solos ajuda à sua impermeabilidade, facto positivo para a construção, mas nefasto para a sua fundação, no que respeita à consolidação.

Numa fase dos trabalhos arqueológicos realizados no espaço conventual, colocaram a descoberto uma pequena parte das fundações da Igreja. Estas são em alvenaria de pedra, directas e contínuas ao longo de todo o edifício (Figs. 5.6-5.17).

Já foi referido o embasamento constituinte do alçado sul da capela lateral à Igreja (Fig. 5.18). Percebe-se este sistema construtivo, quando se torna necessário absorver as forças horizontais criadas nos apoios da abóbada de cruzaria de ogivas. Desde as fundações até a uma altura de sensivelmente dois metros e vinte centímetros, medidos acima do solo actual, é feita uma parede de reforço mais larga que a que lhe segue no sentido ascendente, em aproximadamente 10cm medidos pelo exterior. Acima desta continua o restante paramento até ao término da capela.

5.2.1.2 PAREDES RESISTENTES

As paredes que ainda se observam, na sua maioria, são em alvenaria mista e em algumas partes, que diríamos as da fundação da Igreja, em alvenaria de pedra irregular. Em ambos os casos são argamassadas e rebocadas.

A alvenaria mista, tratando-se de uma mistura de pedra irregular e desperdício cerâmico, como bocados de telhas e tijolos, é visível essencialmente em paredes que foram sujeitas a reparações, como é o caso da cabeceira da Igreja, ou em entaipamentos de vãos (Fig. 5.19). A nave foi também construída com este tipo de alvenaria. Pode-se justificar tal procedimento, eventualmente, devido aos poucos recursos, tanto em materiais como financeiros. Este aspecto reforça a ideia da precaridade da construção, como abordámos no subcapítulo 5.1.

A alvenaria de pedra é bem visível na parede nascente da pequena capela, tanto no interior como no exterior. Observa-se um empilhamento de pedra irregular que consiste na

disposição de uma fiada de pedra de maiores dimensões, que variam entre os 10 a 20cm por 15 a 35cm, medidos na face visível, que intervala com outra camada de pedra, de menores proporções e quase sempre colocada no sentido do seu eixo maior. As faces observadas pelo exterior, deste último tipo de pedras apresentam dimensões que variam entre os 3 a 6cm por 15cm.

É interessante comparar esta alvenaria com um exemplo particular de uma outra datada do século XV-XVI, em que as fiadas são dispostas com a mesma matriz e calibre, alterando apenas o tipo de material utilizado na fiada de menor espessura, que é o tijolo (Fig.5.20).

5.2.1.2.1 CUNHAIS

Os cunhais aparecem na parte do edifício que contactava directamente com o ambiente exterior, ou seja, na capela-mor, parede sul da nave da Igreja e numa parte da capela que lhe é anexa.

Estes elementos são construídos com pedra aparelhada, pelo menos na sua face à vista, e de dimensões variáveis. A colocação dos silhares faz-se como se tratasse de cunhais de alhetas em que as pedras são dispostas de tal forma que cada uma delas postas ao comprimento alterna com outra de topo, em cada fase da parede. Variando as dimensões das pedras é provável que estejam encavilhadas entre si, no entanto, pelo que se observa não é possível ter a certeza deste facto (Fig. 5.14).

5.2.1.3 ARCOS E ABÓBADAS

Os arcos triunfais existentes na Igreja e capela são constituídos em pedra de cantaria, em arcos de volta perfeita (Figs. 3.9-3.48).

O arco triunfal da Igreja, com um vão de 4,32m, é formado por dezassete pedras, em cunha, no intradorso e vinte e seis pedras no extradorso. Apoiam-se lateralmente nas cornijas que assentam em impostas molduradas por um colarinho. Dezoito e catorze aduelas compõem os pés-direitos sul e norte, respectivamente. O arco termina, cada uma das suas extremidades, com uma imposta (Figs. 5.21-5.22). Cada aduela tem onze faces visíveis aparelhadas, formando por isso uma secção poligonal. Pode ser uma peça única, como ser constituída por duas ou até três pedras, devidamente trabalhadas.

O arco triunfal da pequena capela assenta numa primeira base que constituía um degrau (Fig. 5.23). Actualmente imperceptível por ter desaparecido a sua parte central e o pavimento se encontrar em terra batida. Esta base tem um ressalto com a forma de focinho, característica dos degraus de cantaria e que serve para aumentar a duração dos mesmos. Daí dizer-se que se trata de um degrau e que a capela tardo-manuelina seria elevada em relação ao restante do corpo.

Os pés-direitos são revestidos por três pedras. Com três faces, apresentam motivos geométricos diferentes em cada uma delas.

As impostas são molduradas na sua parte superior. Nestas repousa o arco de volta perfeita, formado por dez aduelas com o mesmo talhe decorativo das anteriores. O fecho que coroa o arco tem uma pequena voluta, no seu lado voltado a poente, esta apenas com função decorativa (Fig. 5.24).

Fazendo parte das cornijas, existem duas peças em pedra, uma em cada lado do arco, com orifícios para encaixe de gonzos. Aspecto já mencionado no capítulo precedente. Observa-se também, nestes elementos do arco, bem como na sua base, a quebra das pedras. Pressupõe-se, devido a uma tentativa de deslocação e reposição descuidada de um gradeamento (Figs. 4.22- 5.23).

Os tectos que ainda resistem no monumento são de abóbada.

A capela-mor apresenta, no topo de cada um dos seus paramentos longitudinais, a nascente de uma abóbada. Uma abóbada de berço é o que nos indica os rasgos provocados pelo seu encastoamento, ao longo da parede e acompanhando o contorno do arco triunfal (Fig. 5.25). A constituição da abóbada de berço era em tijolo artesanal, de sensivelmente 27,5cm por 14cm por 2,8cm, conforme exemplar recolhido. A colocação em cutelo é um sistema comum neste tipo de tectos, criando-se assim reforços inseridos num mesmo plano. Observa-se uma única fiada do tijolo colocado daquela forma e sobre este algumas telhas argamassadas. Pelos vestígios que se podem observar, o intradorso desta abóbada poderá ter sido ornamentado com pinturas alusivas à religião. Nota-se um esboço escurecido sobre o reboco caiado que parece ser uma figura humana e uma espiral (Fig. 5.26).

Na capela anexa à Igreja, existem duas abóbadas diferentes e separadas pelo pequeno arco triunfal (Fig. 3.44). A nascente a abóbada é de cruzaria de ogivas ou artesoadas e a poente apresenta-se-nos uma abóbada de berço ou de canhão, nome este aplicado quando o eixo

longitudinal é superior ao eixo transversal. Ambas são construídas em tijolo artesanal, da mesma tipologia daquele que se observou na capela-mor, no entanto, variam quanto ao sistema construtivo.

A abóbada de cruzaria de ogivas assenta sobre espessos arcos ogivais, de secção prismática, que descarregam os seus esforços em quatro mísulas de canto. Estes arcos têm secções com uma altura, visível, de 23cm e com larguras superior e inferior de 17,5cm e 11cm, respectivamente (Figs. 4.18-5.27). Na flecha, esta sendo proporcional ao vão a cobrir, foi medida a altura de 2,80m.

Os arcos que servem de esqueleto a este tipo de abóbadas denominam-se, nas suas várias componentes, de terceletes ou terciarões, liernes e ogivas. Os terceletes arrancam das mísulas que estão encastradas nos quatro cantos da sala. Talvez devido ao desnivelamento do pavimento, há ainda a salientar que as alturas medidas desde o solo até a cada uma das mísulas é díspare; no alçado nascente foi medido 2,78m e 2,62m e no alçado junto ao arco triunfal, mediu-se 2,97m e 2,95m. Este facto pode ser indício da falta de estabilidade a que a abóbada está sujeita. As mísulas, bem ao gosto manuelino, são esculpidas na pedra calcária e decoradas com desenhos diferentes em cada uma delas. A sua forma tronco-cónica, com uma altura de aproximadamente 30cm, mede nos seus raios superior e inferior 21cm e 8,5cm, respectivamente (Figs. 3.47-4.22).

A completar esta construção existem nove florões. Quatro ligam entre si liernes e terceletes, outros quatro adossados às paredes e, finalmente, o bocete ou fecho, situado no ligamento das ogivas primárias. O nome de fecho está interligado com a última fase de construção da abóbada. Num dos florões foi medido o seu diâmetro de face com 46 centímetros que inclui uma saliência periférica, formando um rebordo, com 2 centímetros. A altura visível é de 8cm (Fig. 5.27).

O extradorso da abóbada artesoadada é facilmente observável da parte superior desta capela, onde não existe qualquer tipo de cobertura. Verificamos a sobreposição dos tijolos, segundo o seu maior eixo, e argamassados entre si (Fig. 5.28).

A abóbada de berço que cobre a outra parte da capela é de sistema idêntico à da capela-mor e também não tem qualquer cobertura exterior (Fig. 5.29).

5.2.1.4 COBERTURAS

A Igreja do Convento de Nossa Senhora das Virtudes é desprovida de qualquer tipo de cobertura. São as abóbadas, a que nos referimos anteriormente, que protegem o interior da capela (Fig. 5.30). No lado nascente da capela é observado o extradorso da abóbada artesoadada e as suas partes circundantes de enchimento, ambas argamassadas. A poente, a abóbada desce em relação à anterior, pelo menos em 83cm. Face a este desnivelamento, levantamos a hipótese de ter havido dois telhados de quatro águas. Sobre este ponto baseamo-nos nos factos observados, ou sejam, na parede adjacente à abóbada de berço, situam-se as cavidades das entregas das vigas de madeira, o empilhamento de algumas telhas que foram aproveitadas do destelhamento e a localização das caleiras.

5.2.2 ELEMENTOS NÃO ESTRUTURAIS

5.2.2.1 REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS DE PAVIMENTOS

O pavimento do monumento é, quase na sua totalidade em terra batida coberta com alguma gravilha para evitar o crescimento da vegetação, que sempre aparece nas estações húmidas (Figs. 4.5-5.31).

Na capela-mor existem algumas lajes de pedra rectângular, de diferentes dimensões, que se supõe terem sido o seu pavimento (Fig. 5.32). Ainda nesta capela, nos cobertores dos degraus assentam blocos de pedra e são aplicados azulejos nos espelhos. Os muretes laterais têm acabamentos em cantaria que circunscrevem pequenos painéis de azulejos, hoje inexistentes –(Fig. 5.10).

Aparecem algumas pedras, sensivelmente centradas no corpo da nave e junto a uma das lápides tumulares, pelo que, é provável que estejam a marcar outra zona de sepulturas (Fig. 3.23).

Já mencionámos também a tijoleira cerâmica que se apresenta espalhada em pequenos trechos, não só no interior da Igreja como na área arqueológica. Pela extensão de pavimento que se supõe ter tido este tipo de revestimento, podemos considerar que a tijoleira foi o material privilegiado neste espaço conventual (Figs. 5.33-5.6). Este facto facilmente nos leva a concluir que acontece, simplesmente, por ser menos onerosa a sua obtenção e mão de obra,

o fácil assentamento, proporcionando, também, um contraste relativamente à capela-mor onde os seus materiais são sempre mais ricos, de conformidade com a simbologia Cristã.

Ainda, no que concerne ao assentamento da tijoleira cerâmica no pavimento, se verificam duas colocações diferentes. Um aparelho em espinha é observado no interior da nave e em pequenos troços no exterior, a norte da Igreja. Na pequena capela verificamos uma colocação desordenada em parceria com um assentamento em espinha. No espaço exterior observamos uma colocação anárquica, por ventura relacionada com o tipo de compartimento conventual que servia, ou resultado de algumas reparações que foram sendo necessárias ao longo dos anos. Aqui verificamos a colocação da tijoleira cerâmica a meia vez.

5.2.2.2 REVESTIMENTOS DE PAREDES

Neste subcapítulo iremos referir algumas peças que, pela sua inserção nos paramentos consideramos também elementos não estruturais, mas ornamentais, é o caso do nicho que encima o alçado principal, um mascarão e duas pequenas bacias de pedra.

As paredes são rebocadas com uma argamassa tradicional de cal e areia e caiadas. Foram notados, numa pequena parte da parede, sob o púlpito, vestígios de uma coloração ocre; pigmentação muito utilizada na Idade Média e que era misturada na pasta de caiação (Fig. 5.34).

A capela-mor foi revestida, após a sua remodelação, com painéis de azulejos, material que também é aplicado num friso ornamental ao nível das impostas. No primeiro caso apenas resta a marcação no reboco de assentamento e no segundo caso, ainda, são visíveis alguns azulejos (Fig. 5.9). Encontra-se um fragmento de reboco com aquelas características perto do arco triunfal, o que comprova que o revestimento azulejar se prolongava até ao fim das paredes laterais da capela-mor.

Levantamos a hipótese da existência de frescos ou quadros, alusivos à Ordem dos Frades Menores ou com motivos religiosos, situados na parede sul da capela-mor. Há uma superfície muito lisa, de cada um dos lados do grande janelão, envolta pelo reboco onde assentaram os azulejos, formando estes uma cercadura ao painel central (Fig. 3.5/CORTE BB').

Na parede longitudinal, norte, da nave aparece o púlpito com embasamento de pedra e cujo acesso era feito pelo exterior. A base apresenta sete orifícios circulares onde se fixava a guarda de apoio (Figs. 5.35-5.36-5.37).

Os dois pequenos altares que ladeiam o arco triunfal da Igreja são emoldurados em arco de volta perfeita. O vão da esquerda é revestido a cantaria, ornada com simples motivos geométricos, e o da direita, semelhante ao anterior, mas construído em alvenaria de tijolo. Neste último, observam-se vestígios do seu interior formando uma superfície côncava, muito usada para a colocação de santos de adoração (Figs 5.38-5.39-5.40-5.41).

Estes altares são de feitura posterior, não remontando por isso ao tempo da fundação. A sua tipologia acompanha a época de construção do nicho e janelões que apresenta o alçado principal.

Passamos agora a referir, muito sucintamente, os vários vãos existentes na Igreja do Convento de N. S. das Virtudes. É de salientar que estes, antes do início dos trabalhos arqueológicos, em 1993, se encontravam quase todos entaipados, facto que justifica, também, o não sustentarem há muito tempo qualquer tipo de caixilharia.

O vão (P1) situado na capela-mor, na sua parede voltada a sul, tem soleira, ombreiras e vergas guarnecidas com pedra calcária (Fig. 5.42).

As ombreiras, algumas com cabeça de 18 centímetros, são constituídas por várias aduelas.

A verga é formada por quatro aduelas, também de dimensões variáveis, em arco de ogiva perfeita ou, como é conhecido, por arco quebrado.

Duas peças constituem a soleira.

Sendo aqui a espessura da parede de 55 centímetros, excluindo a parede de entaipamento, foi necessário escorar a carga, que se abate sobre o vão, através de um sobre-arco curvo, também chamado soffito, que descansa nos enxalços, de cerca de 35cm de largura. Estes apresentam um pequeno rasgamento para o exterior.

De referir ainda que as aduelas constituintes do vão são biseladas, tendo as duas aduelas adjacentes à soleira, de cada lado do vão, o chanfro com um perfil em S.

Possui ainda os orifícios onde rodavam os gonzos da porta, na sua parte superior (Fig. 5.43-5.44).

O vão (P2) localizado na parede longitudinal da nave, virada a sul, tem de profundidade a mesma largura da parede que é de 63 centímetros (Fig. 5.42).

No vão, parcialmente destruído, observa-se na sua constituição pedras de diversos tamanhos e tijolos artesanais (Figs. 3.24-3.48).

No lado do corpo da Igreja o arco de descarga é formado com o tijolo colocado ao cutelo. Virados à capela os enxalços são ligeiramente rasgados.

Uma pedra trabalhada de 1,62m de comprimento e 0,445m de largura forma a soleira. Peça que já se encontra quebrada transversalmente. Observam-se, também, os orifícios onde assentavam os gonzos. Na parte superior e inferior do vão pequenas cavidades circulares fazem antever o encaixe daquelas peças.

Esta soleira configura, para o lado interior da capela, um degrau, cujo remate é revestido por tijoleira, de 25cm de comprimento por 13cm de largura. Estas perfazem a continuidade da soleira e encontram-se totalmente danificadas.

O vão (P3) atípico que se situa no mesmo enfiamento de parede, do anterior, é semelhante na sua constituição, sendo aqui a profundidade de cerca de 0,96m (Fig. 5.42).

A principal diferença entre estas duas últimas portas consiste nas ombreiras. Nesta, existem ainda algumas pedras paralelepípedicas de dimensões diferenciadas e revestidas com algum reboco. O enxalço é em alvenaria mista. O seu voamento, ao contrário do da porta P2, é voltado para o interior da igreja, o que significa que nunca houve qualquer dependência anexa àquela parte da nave. Trata-se, portanto de um vão de exterior (Fig. 3.25).

O que resta da soleira dá para confirmar que o capeamento era em pedra.

O vão (P4) situado no alçado principal é o de maiores dimensões e, também, por isso se designa de portal principal (Fig. 5.42-3.29-3.30).

O sistema construtivo deste portal é idêntico ao do vão (P5) que se lhe segue, voltado a norte, tendo em consideração as devidas proporções.

Algumas das pedras encontram-se com falta de ligamento entre si e danificadas, quer pela passagem do tempo, quer por puro vandalismo ou, eventualmente, deslocação e reposição neste local.

De tipologia tardo-manuelina, salientamos a sua decoração. Embora de talhe singelo, dá ao conjunto arquitectónico do alçado uma beleza que não se consegue deixar de admirar.

Formado por dois arcos quebrados com arquivoltas simples e delgadas, que se prolongam, nos pés-direitos, até às suas bases quadrangulares. Estas são encimadas por um toro sobreposto de dois colarinhos. O embasamento de cada uma das arquivoltas é também quadrangular (Figs. 5.45-5.46).

Ao nível das impostas, os arcos assentam, sobre capitéis de decoração vegetalista de factura simples. Os quatro coxins, assentes cada um deles num colarinho, diferem entre si pelos seus ornatos fitomórficos e os ábacos apresentam forma prismática.

No interior do vão, os arcos quebrados são precedidos por reforços constituídos, na espessura da parede, por arcos segmentares, ou seja, arcos cujos centros se situam abaixo da raiz ou impostas. Também neste lado se observam os orifícios onde rodavam os gonzos da caixilharia.

Na gola, onde assentava o aro da porta, observam-se dois grandes parafusos que estão chumbados na pedra.

A soleira composta por cinco pedras com um ressalto, forma uma cota inferior para o lado interior da igreja. Neste mesmo lado e em prolongamento está colocada uma fiada de oito pedras quadrangulares de variados comprimentos.

O vão (P5), localizado na parede longitudinal da nave, orientado a norte, pressupõe, pelo seu rasgamento, que contactava com um ambiente exterior. Avançamos a hipótese de ter estado sob uma galeria, onde assentava o segundo pavimento, e orientado para o interior do claustro (Figs. 5.42-5.47-5.48).

A constituição deste portal é semelhante às dos vãos P1 e P8, embora de dimensões superiores (Figs. 5.49-5.50-5.51).

O soffito, em arco de volta abatida, também chamado de gearção, são blocos de pedra aparelhada de 42cm de comprimento por 32 a 33cm de altura máxima (aduelas).

Nas ombreiras, com cabeça de 22cm, as aduelas diferem no seu comprimento.

Nesta porta salientamos o aspecto decorativo dos batentes superiores. O da direita é uma peça com três faces, biselada na sua extremidade inferior, enquanto que a da esquerda tem apenas duas faces em que a sua intersecção é transformada num triângulo isósceles, ligeiramente côncavo (Fig. 5.52).

A soleira é formada por cinco pedras de tamanhos diferentes. No interior três delas, com uma cota inferior, acompanham o rasgamento do vão.

O vão (P6) que se encontra no mesmo enfiamento que o anterior distingue-se de todos os restantes pela sua forma e pelas dimensões das peças suas constituintes (Fig. 5.42). Trata-se de um vão rectângular com ombreiras formadas por três peças, aparelhadas nas suas faces exteriores. Estas, com cabeça de 20 a 21cm, constituem três aduelas em cada um dos lados. Sobre estas descansa a verga, formada por uma peça única de 1,70m de comprimento, incluindo também, tal como nas outras portas, os orifícios de encaixe dos gonzos. A cantaria tem sacada de 2cm relativamente ao paramento da parede exterior (Figs. 5.53-5.54).

A soleira desta porta é diferente de todas as outras. Trata-se de soleira entalada com a altura total de 15,5cm. Em altura é formada por três fiadas de lajes sobrepostas, sendo o capeamento constituído por cinco pedras rectangulares de dimensões diferentes entre si. A espessura de cada laje é de aproximadamente 6,5cm. Sendo a sua largura de 70cm é formada, horizontalmente, por duas filas de pedras.

O vão é aberto numa parede de espessura, aproximadamente, de 70cm. Foi medido, junto à ombreira voltada a nascente, 68cm e na ombreira voltada a poente, 70 cm. Isto quer dizer, à semelhança dos outros vãos, que foi necessário escorar devido à força de compressão que é exercida sobre o vão. Construiu-se um sobre-arco plano em tijolo, colocado ao cutelo, e enxalços de alvenaria de pedra (Fig. 5.55). Estes enxalços têm um ligeiro rasgamento para o exterior da Igreja.

O vão (P7) que se localiza na capela-mor, orientado para norte, é de constituição idêntica à da porta P2, tendo como diferença acentuada as suas dimensões. Aqui a espessura da parede é de 52cm (Figs. 5.42-3.38).

A pedra da soleira tem o mesmo desenho da porta supracitada. A sua tonalidade é mais clara, tendo uma largura de 35,5cm e cerca de 1,32m de comprimento.

A verga, também em tijoleira, tem em cada uma das suas extremidades uma pedra com os orifícios destinados aos gonzos da porta. Estas duas pedras, também de origem calcária, têm uma superfície lisa nas suas partes inferiores e são abauladas nas extremidades em contacto com a alvenaria.

O vão (P8) localizado na pequena capela, orientado a nascente, é semelhante à porta P1, tendo apenas a diferenciá-las os aspectos a seguir descritos (Figs. 5.42-3.10-4.17):

Verga constituída por duas aduelas, uma para cada lado do arco de ogiva;

A soleira é formada por três pedras que variam nas suas dimensões;

A escorar a parede temos o mesmo sistema construtivo, embora o seu sobre-arco, de 41cm de comprimento, seja liso (Figs. 5.56-5.57).

O escoramento é feito com três peças, tendo as das extremidades os orifícios característicos para o enfiamento dos gonzos. Diferenciam-se estes dos da porta P1. Enquanto que os primeiros se situam num plano diferente do do sofito, os do presente vão estão à sua face (Fig. 5.58).

O vão (P9), localizado no plano superior, é um acesso que pertenceu ao segundo piso do Convento. É um aspecto do presente edifício que nos confirma a sua presença em tempos remotos (Figs. 5.59-3.21-5.60). Foi uma porta de ligação entre dependências do espaço conventual, nomeadamente, o coro alto e outra sala.

Também as ombreiras, verga e soleira são em pedra. As primeiras com cabeça de 20cm, são constituídas por duas aduelas. A verga é formada por uma pedra única e a soleira por duas. A cantaria faz sacada relativamente ao paramento exterior.

Os batentes, tal como na porta P7, estão encastrados na tijoleira que segue a cantaria do vão, na sua parte superior.

À semelhança das outras portas, a parede apresenta uma largura superior ao vão, verificando-se assim enxalços de uma alvenaria mista, de pedra e tijolo, com um rasgamento quase imperceptível.

Os vãos de janela da Igreja, capela-mor e nave, que passamos, de seguida, a descrever têm em comum o desenho da sua planta. Esta aumenta a sua largura do exterior para o

interior, formando um ressalto em ângulo recto. Esta disposição tem a vantagem de, ao abrir-se a porta, esta não afrontar o vão.⁵

O vão (J1) é a fenestração que se encontra na parede nascente da capela-mor (Fig. 5.59). A cantaria que constitui a verga, ombreiras e peitoril é de sacada, formando na sua parte oposta a chamada gola, que tem como função o assentamento da caixilharia. Este aspecto da cantaria verifica-se em todas as janelas pois todas elas têm a mesma morfologia (Figs. 4.10-5.61).

Na parte interior, a restante espessura do vão, com aproximadamente 47cm, é constituída por tijolo, colocado ao cutelo, que assenta num sobre-arco raso, também em tijolo, que, por sua vez, se apoiam em dois barrotes de madeira. Estes assentam as suas extremidades nos enxalços laterais (Fig. 5.15). Embora as madeiras estejam completamente danificadas é, actualmente, um dos vestígios da aplicação desta matéria prima na Igreja.

O vão é protegido por um gradeamento de ferro, formado por três barras colocadas verticalmente e de secção quadrada.

O vão (J2) insere-se na parede sul da capela-mor e com modelo idêntico ao da janela anterior, tem a diferenciá-las o seguinte (Fig. 5.59):

- Parede a escorar com cerca de 1,20m de espessura;
- Enxalços e peitoril amplamente rasgados, tendo o último um ligeiro declive;
- Verga e peitoril formados por uma peça de cantaria e ombreiras por duas peças, do mesmo material, de cada um dos lados;
- De alguns vestígios que se verificam no interior do vão, pode-se afirmar que o seu revestimento foi em azulejo, conforme já referido;
- O gradeamento forma uma quadricula em ferro forjado de três barras verticais e seis barras horizontais com secções em losângulo e quadrangulares, respectivamente.

O vão (J3) no plano superior da nave, orientada a sul, tem um sistema construtivo idêntico à anterior, variando nas suas dimensões e sendo os seus enxalços apenas rebocados, como tratamento final do paramento (Figs. 5.59).

O gradeamento de ferro é constituído por cinco barras na vertical e quatro barras horizontais, todas de secções circulares.

⁵ SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Alvenaria e Cantaria*, Lisboa, s.d., p. 103.

Nesta janela, pelo grau de degradação que apresenta, consegue-se observar, tanto do exterior como no interior do vão, o archete. Constituído em tijolo colocado ao cutelo, encima o lintel, aliviando desta forma a sua resistência à flexão (Figs. 3.27-5.62).

A cantaria é inteiriça em ambas as partes do vão.

Os vãos (J4-J5) do alçado poente, encimam o portal principal numa posição simétrica em relação ao seu eixo (Figs.5.59-5.61).

As ombreiras são formadas por duas peças de cantaria e o peitoril por uma. Em ambas as janelas a pedra que forma o peitoril encontra-se quebrada, o que reflecte os deslocamentos transversais e horizontais a que aquela parede está sujeita.

A composição do gradeamento é de quatro barras na vertical e cinco na horizontal, de tipologia igual ao vão J2.

O vão (J6) insere-se na parede, orientada a sul, da pequena capela (Fig. 5.59). A seteira, com enxalços de alvenaria de tijolo, tem uma abertura de acentuado rasgamento, virado ao interior da capela (Figs. 3.49-5.63).

No canto superior direito do vão observa-se ainda um vestígio de uma pequena moldura decorativa, presume-se que tenha tido molde de gesso.

Aproveitamos aqui para mencionar um rasgamento que está marcado no pequeno muro adjacente a esta capela (J6A). É provável ter sido uma pequena fresta inserida num compartimento fechado que apenas tinha tido serventia como corredor de passagem (Figs. 3.39-5.64).

O óculo (J7) localizado no alçado poente da mesma capela, tem uma forma tronco-cónica e apresenta um ligeiro voamento para o interior do edifício (Fig. 5.59).

À face do paramento exterior, a abertura, em forma de elipse, é circunscrita por alvenaria de tijolo colocado no sentido da sua maior dimensão (Figs. 3.50-5.65).

No monumento observam-se vários vãos entaipados e os motivos podem ser diversificados, ou porque deixaram de ser funcionais, ou por exigências provocadas pelas alterações introduzidas no edifício, ou por protecção ao vandalismo, quando o mesmo deixou de ser usado. Dentro deste grupo, o vão que se destaca é o que também observamos na figura 3.50, sob a cornija. Do que nos é dado observar, nota-se um soffito com um ligeiro rasgamento

para o interior da capela. Exteriormente, o arco que encima a verga, esta inexistente, é também em tijolo, à semelhança de algumas portas já mencionadas.

Quanto à funcionalidade do vão poderá ter sido aproveitado para armário, à semelhança de um idêntico que existe numa dependência do Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação, em Montemor-o-Novo (Fig. 5.66).

O nicho (N) encontra-se centrado no frontão do alçado principal da igreja (Fig. 5.67). Um artigo do Dr. Aníbal Lamy refere o seguinte: "[...] *assim se reerguem o frontão com campanário (ornado com volutas barrocas) [...]* ".⁶ Confrontando esta descrição com a que se encontrou no livro de Frei Luís Pereira de Sousa, *O terramoto do primeiro de Novembro de 1755*, e a propósito do terramoto de 1531, que diz: "[...] *e dormydo na sacristia das virtudes caio ho campanairo todo sobre sãcristia e hua telha frio ao dito frey martinho de hua ferida pequena na cabeça [...]*".⁷

Comparando estas narrações e pensando que os dois campanários são ambos a mesma peça, ficaríamos com a ideia da possibilidade de existir uma sacristia contígua à parede do alçado principal da Igreja, orientada a norte. Nesta fase do nosso estudo apoiamos mais a hipótese de, nesta zona do Convento, se encontrar uma dependência com funções de outra natureza, indício que nos é transmitido pelo mascarão apostado no alçado da nave. Esta tipologia de nichos é tradicional em muitas igrejas portuguesas, onde se colocam imagens seráficas do(a) padroeiro(a) local.

É um nicho campaniforme que, à face do paramento exterior, é encimado por um pequeno frontão e ornado, lateralmente, por volutas barrocas. O arco, as ombreiras e o peitoril, em alvenaria de tijolo, parece ser capeado em gesso, à semelhança da constituição dos elementos decorativos (Figs. 3.43-3.33-5.61).

Salientamos as duas bacias em pedra, no interior da nave, e o mascarão encastado no alçado norte. As bacias podendo servir para a retenção da água benta, usual no culto cristão, são também peças funcionais, enquanto que o mascarão, como ornato arquitectónico que se vulgarizou na Europa a partir do renascimento, é meramente simbólico e poderá estar

⁶ LAMY, Aníbal, e outros, "Dois casos de degradação do património cultural português / A Igreja de Santa Maria das Virtudes e o Solar de Chavões", *História*, 12, Lisboa, 1979, pp. 70.

⁷ V. ANEXO VII, p. 288.

directamente relacionado com as práticas da dependência onde se inseria (Figs. 3.26-3.34-3.41).

Acrescentamos, aqui, o pormenor de duas cavidades verificadas no interior do corpo da Igreja. A primeira localiza-se no altar-mor e a segunda na nave, ambas nas paredes voltadas a norte (Figs. 5.68-3.18-5.69). É de salientar o pormenor dos dois azulejos que vestem a base da segunda cavidade. Supomos, no primeiro caso, tratar-se de local onde eram guardados os óleos eucarísticos e, no segundo caso, poderá tratar-se de um espaço para depósito das esmolas oferecidas à Ordem.

5.2.2.3 REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS DE COBERTURAS

Em relação à capela anexa à Igreja, e sobre este assunto, já foi levantada a nossa conjectura.

No que respeita ao corpo principal da Igreja avançamos com a probabilidade de uma cobertura em tijoleira cerâmica ou tijolo artesanal na capela-mor e de ripado de madeira, sob telha de canudo, em todo o comprimento da nave. A hipótese que apresentamos, quanto ao tipo de cobertura da capela-mor, baseia-se nos elementos cerâmicos que estão no topo da parede da cabeceira (Fig. 5.70). Quanto a este tipo de revestimento da abóbada, apresentamos o exemplo da Igreja de S. Vicente, em Montemor-o-Novo, embora, ali, a tijoleira esteja colocada sobre uma superfície plana (Fig. 5.71). Por outro lado o que observamos na figura 5.26, uma fiada de telhas argamassadas, faz-nos duvidar deste nosso pressuposto.

Relativamente à nave não temos qualquer dúvida quanto ao seu tipo de cobertura, face ao ressalto apropriado para assentamento do ripado e a algumas cavidades existentes (Fig. 5.72).

Observa-se na parede nascente e sul da cabeceira da igreja, sob a cornija, uma faixa cerâmica, de 19cm de altura. Trata-se de um friso decorativo pela alternância de cor mas essencialmente funcional. Sendo o seu material cerâmico e por isso com propriedades absorventes, evita parte da escorrência das águas pluviais ao longo das paredes (Fig. 5.73).

Do que resta das cornijas verificamos que as mesmas são construídas em tijolo. A encimá-las foram colocadas tijoleiras de dimensões que rondam os 26x14x3,5cm (Fig. 5.74).

Os canelotes dos beirados que subsistem, apenas nas paredes voltadas a sul, são constituídos exclusivamente de telha tradicional de canudo. Este é também um aspecto que demonstra que o desenvolvimento do espaço conventual se fazia para o lado norte da Igreja.

O beirado existente sobre a capela evitava a escorrência das águas pluviais pela parede, e que infiltrar-se-iam no seu paramento interior, passando pela estrutura da abóbada de cruzaria de ogivas. Pelas telhas a água correria para a cobertura da capela, que se supõe ter sido de quatro águas, e daqui para as caleiras, também em telha, passando depois pelas gárgulas até chegar ao exterior do edifício (Fig. 5.8).

Observamos como acabamento à cobertura da pequena capela, um remate em forma de varandim (Fig. 5.75). Esta guarda é composta de pilaretes paralelepípedicos coroados por volumes esféricos, que de perto, se assemelham a vasos bojudos. Os pequenos pilares são construídos em alvenaria de tijolo e, num deles, foi medido 84cm de altura, 46cm de largura e a profundidade varia entre 30 a 37cm. Assentam numa base de 45cm medidos até à extremidade, incluindo o comprimento da tijoleira que forma a cornija da capela. Intervalam os pilaretes blocos cerâmicos decorativos, restando, intacto, apenas o troço observado na figura 5.75.

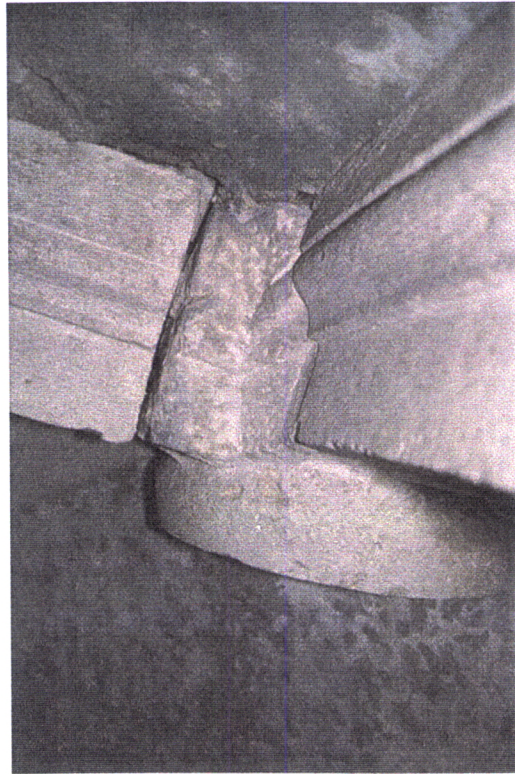


Fig. 5.1 – Calcário observado na construção da abóbada de cruzaria de ogivas. 1996.



Fig. 5.2 – Calcário de estrutura heterogénea. Manchas amarelas, de tonalidade mais ou menos acentuada. 1996.



Fig. 5.3 - Calcário de estrutura heterogénea. Manchas cinzentas, de tonalidade mais ou menos acentuada. 1996.



Fig. 5.4 – Início da nave. Parede que enforma o arco triunfal, do lado sul. Observa-se a tipologia da pedra que constitui a alvenaria. 1996.



Fig. 5.5 – Tijolo artesanal como elemento estrutural de um vão. 1996.

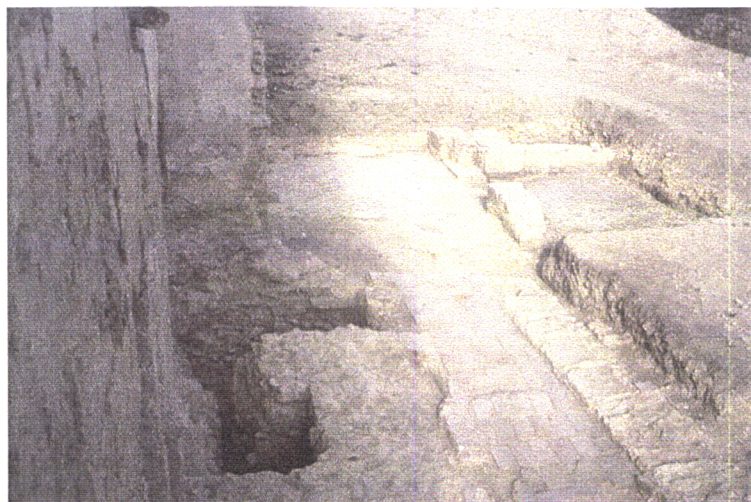


Fig. 5.6 – Área de escavações arqueológicas, a norte do monumento. Tipologia das tijoleiras aplicadas no revestimento de pavimentos. 1995.

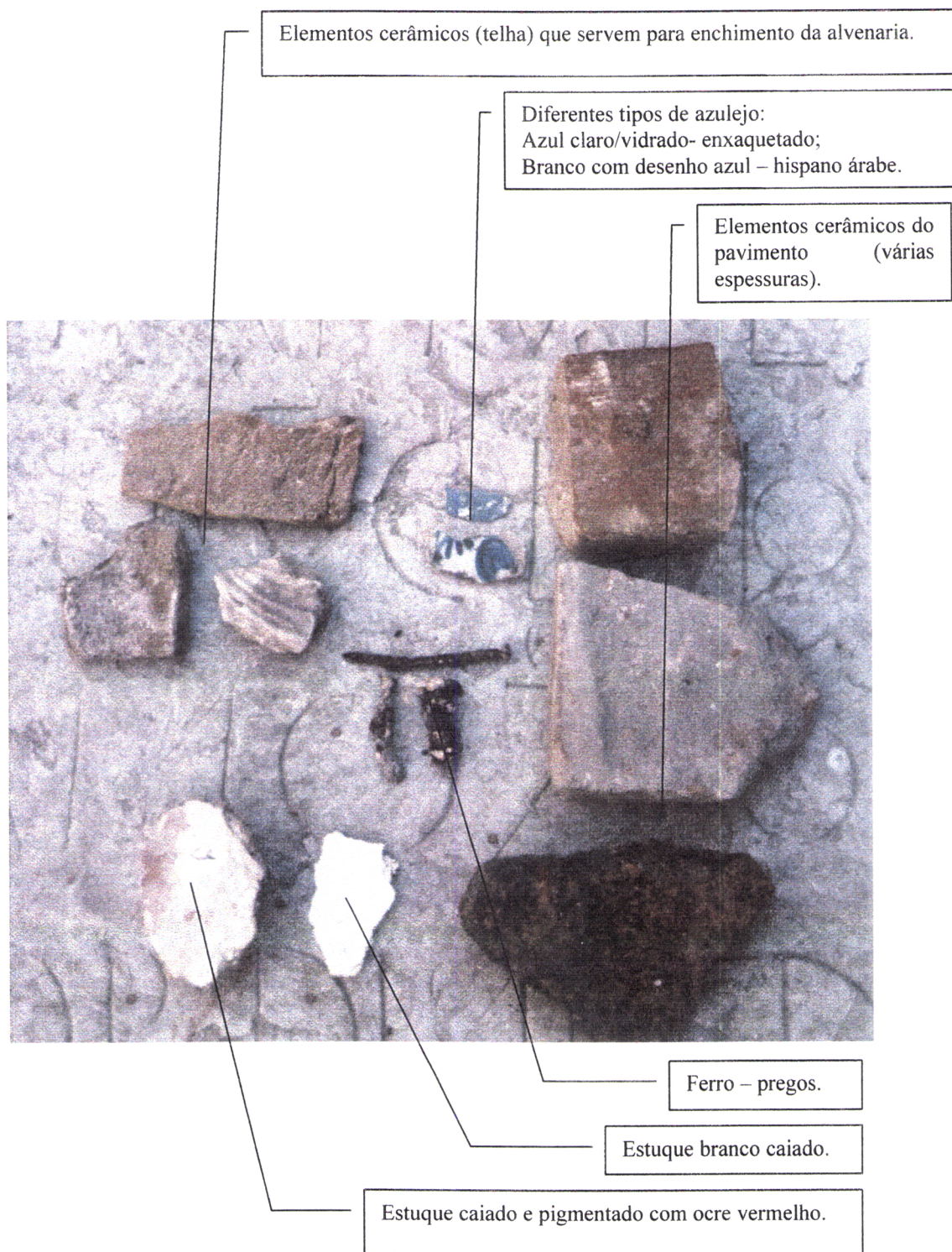


Fig. 5.7 –Identificação de pequenos fragmentos de material construtivo encontrado na zona das escavações arqueológicas. 1995.



Fig. 5.8 – Aplicação da telha de canudo no beirado da capela-mor e na caleira. 1996.



Fig. 5.9 – Friso de azulejos, sob as cornijas da capela-mor. Parede interior do alçado sul. 1995.

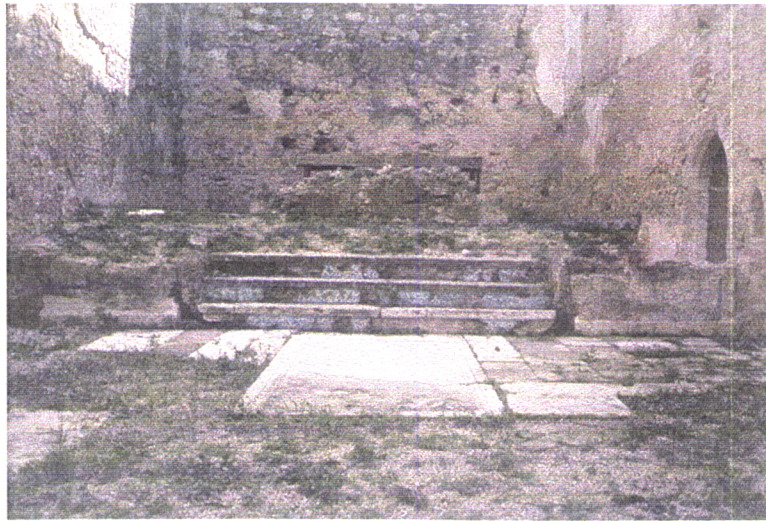


Fig. 5.10 – Altar-mor da Igreja de N. S. das Virtudes (Azambuja). 1995. Alguns azulejos que revestem os espelhos dos degraus e o murete lateral direito.



Fig. 5.11 – Patamar revestido com azulejos, no interior da capela da Igreja das Virtudes. 1995



Fig. 5.12 – Dois exemplares de azulejos, de tipologia mais antiga, situados na capela da Igreja das Virtudes. 1995.



Fig. 5.13 – Vista exterior do janelão situado na parede sul da nave da Igreja. Gradeamento em ferro forjado. 1996.